

**Projeto de pesquisa: O Brasil na era da globalização: condicionantes domésticos e internacionais ao desenvolvimento**

**Subprojeto VIII. Crédito Bancário no Brasil: evolução e transformações institucionais**

**Relatório I: Transformações institucionais do Sistema Bancário Brasileiro**

**M<sup>a</sup> Cristina Penido de Freitas**

## Índice

Sumário Executivo .....	1
VIII.1. Introdução .....	3
VIII.2. Condicionantes .....	5
2.1 Ambiente macroeconômico .....	5
VIII.2.1.1 Histórico.....	5
VIII.2.1.2 Período Recente (1999-2005).....	10
VIII.2.2 Alterações no marco regulatório .....	11
VIII.2.3 Privatização dos bancos públicos.....	16
VIII.2.4 Oportunidades de negócios .....	19
VIII.3. Novo Perfil Institucional do Sistema Bancário Brasileiro .....	22
3. 1 Reestruturação financeira e patrimonial .....	28
3. 2 Padrões de atuação.....	44
VIII.4. As Instituições Públicas Federais na Atual Configuração do Sistema Bancário.....	53
VIII.4.1 O ajustamento dos bancos públicos federais .....	53
VIII.4.2 Banco do Brasil.....	57
VIII.4.3 Caixa Econômica Federal .....	67
VIII.5. Considerações Finais.....	78
VIII.6. Bibliografia .....	79
VIII.7. Anexos .....	84
VIII.7.1 Anexo metodológico .....	84
VIII.7.2 Anexo estatístico .....	90

## Sumário Executivo

O sistema financeiro brasileiro passou por profundas transformações desde a implementação do Plano Real em 1994, as quais foram condicionadas por um amplo conjunto de fatores de natureza macroeconômica, estrutural e regulatória. Dentre esses, se destacam a estabilidade dos preços, a gestão das políticas monetária e cambial, a adesão ao Acordo de Basileia, a abertura financeira e ampliação da presença estrangeira no SFN e a privatização das instituições financeiras estaduais.

Nesse primeiro relatório do subprojeto VIII, que tem como tema o crédito bancário e as transformações institucionais, foi examinada a reestruturação financeira e patrimonial de uma amostra de 50 bancos, que integram a base de dados dos 50 Maiores Bancos disponibilizada pelo Banco Central. Com o propósito de comparar eventuais diferenças nos padrões de atuação, os bancos foram agrupados pela natureza do capital: públicos federais, públicos estaduais, privados nacionais e privados estrangeiros.

As principais conclusões que emergem da análise sobre as transformações institucionais do sistema bancário brasileiro no período 1995-2005 são:

- A internacionalização do sistema contínua elevada e em expansão, embora alguns bancos estrangeiros tenham se retirado do país em razão do fracasso de suas estratégias de expansão e/ou revisão das estratégias de atuação internacional das matrizes;
- A elevada rentabilidade do sistema bancário aumenta ainda mais a partir do ciclo de expansão do crédito iniciado em 2003, indicando que os bancos apostam na queda dos juros e, portanto, na redução das margens das operações de tesouraria.
- A concentração do sistema não implicou menor concorrência, a qual é bastante acirrada, a despeito de não assumir a forma de concorrência via preço. A forte concorrência em um cenário de juros em declínio deve resultar em nova onda de aquisições;
- Os bancos privados nacionais priorizaram a redução de custo operacional e apresentam indicadores de desempenho superiores ao dos bancos estrangeiros em atuação no país;
- O sistema bancário brasileiro opera com baixa alavancagem, índice de Basileia superior ao mínimo exigido, índice de imobilização bem abaixo do máximo permitido, o que indica solidez e folga para ampliar a concessão de crédito.

- Bancos públicos e, em particular, os federais, ainda possuem participação expressiva no sistema bancário, controlando mais de um terço dos ativos totais do sistema.
- Os dois principais bancos federais, Banco do Brasil e a Caixa, passaram a operar com base em critérios privados de rentabilidade e risco.
- No caso do Banco do Brasil, essa reorientação de prioridades tem início em 1996 com a capitalização e o saneamento na carteira de crédito agrícola. Na CEF, a atuação mais agressiva teve início em 2002 após o saneamento das carteiras e capitalização no âmbito do Proef.

Os elevados lucros que estas instituições estão obtendo desde 2002 são espelhos das estratégias concorrenciais adotadas pelos bancos federais com vistas a se aproximar do padrão privado. No caso do BB, essa meta já foi alcançada em 2006, quando o banco registrou o lucro recorde de R\$ 6,0 bilhões (rentabilidade patrimonial recorde de 32,1%).

No segundo relatório, cujo foco será o crédito, procurar-se-á investigar as conseqüências do padrão de atuação com base em critérios privados no desempenho por esses dois bancos federais das funções públicas de promoção do desenvolvimento econômico e social.

**Projeto de pesquisa: O Brasil na era da globalização: condicionantes domésticos e internacionais ao desenvolvimento**

**Subprojeto VIII. Crédito Bancário no Brasil: evolução e transformações institucionais**

**Relatório I: Transformações institucionais do Sistema Bancário Brasileiro**

**M<sup>a</sup> Cristina Penido de Freitas**

**VIII.1. Introdução**

O sistema financeiro brasileiro passou por profundas transformações desde a implementação do Plano Real em 1994, as quais foram condicionadas por um amplo conjunto de fatores de natureza macroeconômica, estrutural e regulatória. Dentre esses, se destacam a estabilidade dos preços, a gestão das políticas monetária e cambial, a adesão ao Acordo de Basileia, a abertura financeira e ampliação da presença estrangeira no SFN e a privatização das instituições financeiras estaduais.

Ao influenciar o espaço e a dinâmica concorrencial dos bancos, esses fatores desencadearam ações e reações por parte das instituições bancárias de maior porte que conduziram a uma intensificação do processo de fusão e de aquisição em um movimento semelhante ao observado nos países centrais e em vários países latino-americanos. Ante a entrada de novos concorrentes e aproveitando as oportunidades de negócios oferecidas pela privatização dos bancos estaduais e pela fragilização de alguns bancos de médio e pequeno porte, tanto os grandes bancos privados nacionais como os estrangeiros já presentes no país procuraram consolidar suas posições no sistema bancário brasileiro mediante o ganho de escala.

Como resultado, o número de instituições bancárias reduziu-se entre dezembro de 1994 e dezembro de 2005. Igualmente, houve um processo de concentração do sistema bancário brasileiro desde o final dos anos 90. Considerando o total dos ativos desse sistema, em dezembro de 2005, os vinte maiores bancos detinham 91,6%, contra 83,2% em 1995.

As mudanças no perfil institucional do sistema bancário não conduziram, contudo, a esperada ampliação dos volumes de crédito, alongamentos de prazo e redução de custos do crédito e dos serviços bancários. Contrariando as expectativas otimistas das autoridades econômicas e as previsões dos economistas ortodoxos, os bancos privados nacionais e estrangeiros já presentes no país continuaram, no cenário de estabilidade dos preços, a destinar parcela mais expressiva de seus ativos aos títulos públicos. Comportamento

rapidamente adotado pelos bancos estrangeiros recém-chegados.<sup>1</sup>

A análise das transformações institucionais do sistema financeiro, objeto do presente relatório, será feita a partir da noção de concorrência como um processo incessante, que assume um caráter particular na atividade bancária (Freitas, 1997)<sup>2</sup>. Se, de um lado, essas instituições são agentes econômicos que estão submetidos à lógica implacável da valorização da riqueza em um mundo de incerteza e irreversibilidade; de outro lado, por ocuparem um lugar central no processo de criação monetária na economia capitalista contemporânea, estão sujeitas ao controle e regulação estatal, que lhe circunscreve o espaço concorrencial. Todavia, como os bancos reagem às modificações no ambiente macroeconômico, regulatório e competitivo no qual atuam e, ao mesmo tempo, agem ativamente sobre as transformações que são aí produzidas, esses limites que circunscrevem o espaço e as formas da concorrência não são imutáveis. Ao contrário, evoluem com o desenvolvimento da economia.

Com o desenvolvimento institucional do sistema financeiro e com as subseqüentes modificações das relações entre os bancos, o banco central e as instituições financeiras não-bancárias, as estratégias dos bancos, no que se referem aos empréstimos, à aquisição de ativos negociáveis e à captação de recursos, evoluem em novas direções. As estratégias adotadas pelos bancos na administração de seus ativos e passivos sempre têm o objetivo de obter continuamente os maiores lucros possíveis, conciliando rentabilidade com a liquidez dos investimentos financeiros.

Como instituições submetidas à lógica capitalista de valorização da riqueza, os bancos não respondem passivamente nem à política monetária nem à demanda dos demais agentes econômicos por empréstimos e ativos financeiros (Freitas, 1999). Por essa razão, nem sempre o comportamento do sistema bancário é funcional para o desenvolvimento e para a dinâmica da acumulação produtiva ou se dá no sentido esperado ou desejado pelo Banco Central.

Ademais, os bancos possuem preferência para liquidez que refletem suas expectativas em relação ao futuro. Assim, tanto a concessão de crédito bem como a aquisição de outros ativos financeiros que compõem o portfólio das instituições bancárias, dependem de suas expectativas e antecipações sobre as condições e oportunidades de negócio ao longo do ciclo

---

<sup>1</sup> Como será visto no segundo relatório desse subprojeto, ante o comportamento “disfuncional” do sistema bancário no contexto de estabilidade dos preços, o debate sobre o crédito bancário no Brasil passou a privilegiar aspectos da chamada agenda de reformas microeconômicas.

<sup>2</sup> A noção de concorrência como um processo incessante e de seu caráter particular na atividade bancária se contrapõe à noção convencional de concorrência como forma de mercado e à utilização do instrumental de organização industrial na análise empírica da concorrência bancária. Os estudos no âmbito do *mainstream* sobre concorrência bancária, bastante usais nos Estados Unidos e na Europa, começaram a se difundir no Brasil recentemente. Mencione-se, entre outros textos, Belaisch (2003), Nakane e Weintraub (2004), Ferreira e Farina (2005).

econômico. Ao mesmo tempo, quando decidem ampliar o crédito, os bancos ensinam aos seus clientes, atuais e potenciais, como utilizar seus serviços, incitando a demanda.

Esse relatório tem como objetivo analisar as transformações institucionais do sistema bancário brasileiro no período 1995-2005, com ênfase na reestruturação patrimonial e financeira de uma amostra de 50 bancos.<sup>3</sup> Com este propósito, o relatório se divide em quatro seções, além dessa introdução. Na segunda seção, serão examinados os condicionantes passados e atuais das transformações institucionais do sistema financeiro: o ambiente macroeconômico, a abertura ao investimento estrangeiro e outras alterações no marco regulatório, a privatização dos bancos públicos estaduais e as oportunidades de negócios. Na terceira seção, se analisará a conformação institucional resultante desse processo de internacionalização e consolidação do sistema bancário. Na quarta seção, o foco recairá sobre as duas principais instituições bancárias públicas federais – Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF) –, com objetivo de avaliar como reagiram às alterações das estratégias concorrenciais das instituições bancárias privadas, nacionais e estrangeiras. Na quinta e última seção, serão apresentadas as considerações finais.

## **VIII.2. Condicionantes**

### **2.1 Ambiente macroeconômico**

#### **VIII.2.1.1 Histórico**

A introdução do Plano Real desencadeou modificações significativas no perfil institucional do sistema financeiro brasileiro e, em particular, do sistema bancário. O quadro de estabilidade dos preços promoveu uma alteração profunda no ambiente macroeconômico, explicitou desequilíbrios operacionais e patrimoniais, camuflados pela alta inflação, modificou as perspectivas imediatas e as estratégias de concorrência das instituições bancárias.<sup>4</sup>

Algumas instituições, sobretudo as de pequeno porte, revelaram-se economicamente viáveis somente no contexto inflacionário, dado que o ganho fácil derivado do giro do dinheiro no contexto de inflação elevada camuflava a existência de custos elevados. Com a redução da inflação, os bancos perderam acesso a esses ganhos e viram, igualmente,

---

<sup>3</sup> A relação dos bancos que integram a amostra é apresentada no Quadro 1A no Anexo Metodológico.

<sup>4</sup> Os impactos da introdução do Plano Real sobre o sistema bancário foram analisados em inúmeros estudos. Ver, dentre outros, Mendonça de Barros e outros (1996 e 1998), Freitas (2000), Paula, Alves e Marques (2001), Boechat, Melo e Carvalho (2002), Carvalho e Oliveira (2002), Carvalho, Studart e Alves (2002), Vidotto (2002), Maia, C. (2003), Maia, G (2003), Cintra (2006).

diminuir suas receitas de *floating* <sup>5</sup>. Segundo cálculos do IBGE e Andima, os ganhos com inflação que chegaram a representar 40% das receitas com a intermediação financeira nos anos iniciais da década de 1990 se reduziram a 20,7% em 1994 e a 0,6% em 1995 (IBGE; Andima, 1997).

Além disso, o Plano Real contribuiu para aprofundar as dificuldades de instituições de grande porte com frágeis estruturas financeiras, seja em virtude de uma assunção excessiva de risco de crédito, seja em consequência de estratégias desastrosas de interação banco-indústria, seja em decorrência, como se revelou posteriormente, de práticas fraudulentas (Freitas, 2000).

Com a queda da inflação e a estabilidade relativa dos preços, os bancos procuraram redefinir rapidamente suas estratégias de ação, as quais, em alguns casos, se revelaram de alto risco.<sup>6</sup> No clima de otimismo e euforia vivido em 1994, agentes econômicos, empresas e indivíduos contraíram empréstimos com base em expectativas de receitas futuras, contando com a possibilidade de renovação dos compromissos de crédito até a concretização dos retornos esperados. Motivados pela lógica concorrencial, os bancos viabilizaram a expansão da demanda por crédito, na expectativa de ampliar suas fatias de mercado e suas margens de lucro, e substituíram os ganhos de *floating* pelas receitas de operação de crédito, sem uma avaliação adequada dos riscos.

Esse movimento característico da hipótese de instabilidade financeira formulada por de Minsky<sup>7</sup> assumiu contornos particulares no caso brasileiro devido à falta de “cultura de crédito” do sistema bancário. Envolvidos durante anos com o financiamento do setor público e se beneficiando da inflação, os bancos brasileiros se encontravam completamente despreparados para a concessão de crédito, com sistemas internos de controle bastante ineficientes.<sup>8</sup>

A gravidade de tais desequilíbrios foi, sem dúvida, importante determinante do grau de sucesso ou fracasso das diversas estratégias de ajustamento e de adaptação às novas condições adotadas pelas diferentes instituições. Nesse quadro, as entidades mais frágeis

---

<sup>5</sup> Como explica Carvalho (1995), os “ganhos inflacionários” referem-se às receitas obtidas pelos bancos como resultado da corrosão, pela inflação, dos valores reais dos recursos de terceiros neles depositados, sem remuneração ou remunerados abaixo da inflação. As receitas de *floating*, presentes mesmo com inflação zero, referem-se ao rendimento adicional gerado pelos recursos não-remunerados, ao serem aplicados pelos bancos.

<sup>6</sup> Cabe ressaltar que algumas instituições bancárias vinham redefinindo suas estratégias desde 1993.

<sup>7</sup> Segundo Minsky (1982), os bancos atuam de modo pró-cíclico: expandem o crédito e favorecem o endividamento das famílias e empresas na fase ascendente do ciclo econômico, conduzindo a uma fragilidade financeira crescente, a qual só é percebida pelos agentes econômicos quando as condições macroeconômicas se alteram. Nesse contexto, os agentes altamente endividados procuram recuperar a liquidez pela venda de ativos, enquanto os bancos contraem o crédito em face do risco cada vez maior de inadimplência.

<sup>8</sup> Os próprios banqueiros privados brasileiros reconheciam o fato de que lhes faltava *expertise* para concessão de crédito em um ambiente de baixa inflação. Ver: Freitas, 1999: 128.



sucumbiram às pressões de seus rivais, tornando-se objeto de disputa entre as instituições mais agressivas, que pretendiam ampliar suas bases de atuação.

As sucessivas elevações dos percentuais de compulsório e dos juros - duas das principais medidas de política financeira restritiva adotada a partir de julho de 1994 com o objetivo de conter o aumento do crédito e, conseqüentemente, a expansão da demanda agregada - ao promover o aumento do nível de inadimplência acabou contribuindo para aprofundar a fragilidade de inúmeras instituições bancárias. O forte aperto de liquidez foi agravada pela contração das operações interbancárias por parte dos grandes bancos varejistas, que preferiam destinar parcela ainda maior de seus recursos excedentes para o mercado de títulos públicos em detrimento do mercado interbancário, o que dificultou sobremaneira o financiamento dos bancos de menor porte.

O episódio da crise mexicana, no final de dezembro de 1994, também repercutiu de maneira adversa sobre o sistema bancário brasileiro, devido à regionalização do risco. Em virtude da deterioração das contas externas brasileiras associada à fuga dos investidores externos, o Bacen interrompeu o processo de redução gradual das taxas nominais de juros e, assim, provocou a elevação das taxas reais de juro. Adicionalmente, elevou a 30% o percentual do compulsório sobre os depósitos a prazo. Criou-se, então, um ciclo vicioso, no qual as altas taxas de juro elevavam o risco de crédito das instituições financeiras, ao contribuir para o aumento do nível de inadimplência, e tornavam rígidas as taxas de juro exigidas dos tomadores finais. Com o aumento dos juros e o crescimento da inadimplência, cuja trajetória manteve-se fortemente ascendente até julho de 1996, os bancos tornaram-se mais seletivos, o que dificultou o refinanciamento dos devedores não-financeiros e das instituições bancárias mais dependentes do mercado interbancário.

A insolvência do Banco Econômico, em agosto de 1995, explicitada pela intervenção do Bacen, trouxe incertezas quanto à capacidade de o sistema financeiro adaptar-se ao novo ambiente macroeconômico. Tal clima de intranqüilidade gerou uma distribuição desigual de liquidez entre os bancos e fez aumentar o número de instituições que se viram obrigadas a recorrer ao redesconto, em razão da retração do mercado interbancário. A concentração de liquidez prejudicou, sobretudo, as instituições menores, pois, sem um esquema oficial que garantisse os depósitos, o público preferiu fazer suas aplicações em instituições percebidas como mais sólidas, tais como os bancos oficiais e os bancos estrangeiros, na chamada 'fuga

para segurança'.<sup>9</sup>

Diante desse quadro, o CMN e o Bacen decidiram promover a flexibilização do compulsório e a redução gradual dos juros. Contudo, a preferência pela liquidez dos bancos inviabilizou os esforços da autoridade monetária com vistas a reativar o mercado interbancário e acabou gerando o que a imprensa especializada denominou de 'empoçamento da liquidez'. Os bancos preferiram manter recursos ociosos a incorrer no risco de cedê-los a instituições que poderiam revelar-se pouco sólidas ou que eram vistas como frágeis. Nesse contexto, os problemas das instituições que enfrentavam dificuldades antes mesmo da edição do Plano Real, como era o caso do Bamerindus e do Banco Nacional, se aprofundaram.

Com acesso ao interbancário virtualmente fechado, o Bamerindus e o Banco Nacional foram amplamente financiados pelos bancos oficiais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), que desempenharam, na prática, o papel de prestador de última instância, para evitar que esses grandes bancos em dificuldades fossem buscar refinanciamento exclusivamente junto ao redesconto.<sup>10</sup>

Em 3 de novembro de 1995, para tentar solucionar a crise do Banco Nacional, em situação reconhecidamente falimentar desde o mês de outubro, o governo editou, por meio da Medida Provisória nº 1.179, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), programa de financiamento da absorção de bancos em dificuldades por instituições saudáveis.<sup>11</sup> Em 16 de novembro, foram regulamentados e normatizados o Proer e o Fundo Garantidor de Crédito,<sup>12</sup> que assegura, com base em contribuições do sistema financeiro, o recebimento dos recursos de depósitos à vista e a prazo, e daqueles provenientes de poupança, letras de câmbio e letras hipotecárias até o valor de R\$ 20 mil por pessoa, medidas válidas, retroativamente, a todas as instituições sob

---

<sup>9</sup> Esse comportamento, bastante freqüente em episódios de falência bancária, foi agravado pelo fato de os correntistas do Banco Econômico terem ficado sem acesso às suas contas de depósito durante um longo período após a intervenção.

<sup>10</sup> Na época, especulava-se no mercado financeiro que essas instituições estavam sendo igualmente utilizadas pelo Bacen para, por meio de captação maciça no interbancário, minimizar os efeitos do fenômeno de 'concentração da liquidez' nos bancos privados considerados mais sólidos, os quais ameaçavam fechar suas carteiras de captação de depósitos a prazo. Sobre o financiamento do Banco Nacional e Bamerindus pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, ver Mesquita (1996), Tavares (1996) e IBGE - Andima (1997).

<sup>11</sup> No âmbito desse programa, o Banco Central destinou aos bancos recursos da ordem de R\$ 20,3 bilhões entre 1995 e 1997. Para maiores detalhes sobre o Proer, ver, entre outros, Freitas (2000), Maia, C. e Maia, G (2003).

<sup>12</sup> É preciso destacar que a criação de um fundo de garantia de depósitos bancários estava prevista na Constituição Federal de 1988, mas sua implementação dependia da regulamentação do artigo 192, mediante a elaboração de Lei Complementar. Ao instituir o Fundo de Garantia de Depósitos, o Conselho Monetário Nacional avançou sobre competência privativa do Congresso e correu o risco de sofrer uma ação direta de inconstitucionalidade.

intervenção desde a implementação do Plano Real.<sup>13</sup>

Pelo Proer, os passivos e ativos recuperáveis das instituições insolventes eram transferidos para outras instituições, enquanto os débitos irrecuperáveis eram absorvidos pelo Banco Central, que também financiava a absorção pelos bancos adquirentes da parcela recuperável da carteira da instituição insolvente.

Como modalidade de empréstimo de última instância, o Proer cumpriu um papel importante, ao diminuir a vulnerabilidade do sistema financeiro na transição para o quadro macroeconômico de baixa inflação. Do mesmo modo, o programa contribuiu para tranqüilizar a população no que se refere à disponibilização dos depósitos a vista e de outros passivos das instituições em liquidação extrajudicial.<sup>14</sup> Porém, criado às pressas sob a alegação de ameaça de crise sistêmica, o Proer mostrou-se, na prática, um mecanismo de socialização de perdas privadas. Não havia no programa nenhum dispositivo que impunha aos bancos a obrigação de assumir os chamados 'ativos podres'. Como destaca Carvalho, F. (1996, p. 49), tal lacuna transformava o programa numa oferta efetiva de subsídios às instituições financeiras, em vez de um benefício temporário para a recuperação institucional, a exemplo do que foi oferecido no Chile após a crise financeira dos anos 1980.

Várias instituições malograram em suas tentativas de adaptar-se ao novo ambiente macroeconômico de relativa estabilidade monetária e de taxas de juros elevadas e ao novo contexto concorrencial, o que levou o Bacen a agir em prol do 'saneamento' do sistema<sup>15</sup> Como pode ser constatado na Tabela 3, entre julho de 1994 e maio de 1998, a autoridade monetária interveio em 47 instituições bancárias, comerciais ou múltiplas, e de investimento seja mediante a modalidade de liquidação extrajudicial, seja por meio do Regime de Administração Especial Temporária (RAET), seja ainda por intermédio de intervenção (Freitas, 2000:265).<sup>16</sup> A partir de 1999, o número de falências e liquidação caiu significativamente, indicando a superação da fase de profunda fragilidade financeira das instituições bancárias.

---

<sup>13</sup> Esse limite foi elevado a R\$ 60 mil em setembro de 2006.

<sup>14</sup> No caso do Banco Nacional, ao contrário do que ocorreu na experiência de intervenção no Banco Econômico, os correntistas tiveram acesso normal às suas contas desde o primeiro dia útil que se seguiu à intervenção, dada a transferência simultânea do controle acionário ao Unibanco. Assim, os temores de ocorrência de possíveis corridas bancárias - e, portanto, de eclosão de uma crise sistêmica - foram definitivamente afastados.

<sup>15</sup> Cabe mencionar que no final de 1995, o Banco Central teve seus poderes de supervisão reforçados pela Medida Provisória nº. 1.182, de 17.11.1995, posteriormente convertida na Lei 9.447, de 14.3.1997, o que possibilitou ações preventivas na fiscalização das instituições financeiras. Entre outros, foi concedido ao Banco Central poder para desapropriar as ações do controlador de um grupo financeiro no caso de não-atendimento das recomendações estabelecidas para resolução de situação de iliquidez (BCB, 2003:46). É possível inferir que sem a alteração na legislação, o número de intervenções e liquidações teria sido ainda maior do que o verificado no período 1995-98.

<sup>16</sup> Também foram liquidadas inúmeras corretoras de câmbio, distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários, cooperativas de crédito, administradoras de consórcio etc.

### VIII.2.1.2 Período Recente (1999-2005)

A adoção do regime de câmbio flutuante em 1999 acompanhada pela introdução do regime monetário de metas de inflação marca o início de uma nova rodada do processo de reestruturação do sistema bancário brasileiro. A desvalorização cambial propiciou lucros extraordinários para inúmeras instituições, nacionais e estrangeiras, que apostaram corretamente contra o real, ao mesmo tempo em que representou vultosos prejuízos para aquelas poucas instituições que, ao lado do Banco Central, assumiram a posição oposta no processo especulativo, como nos casos dos bancos Marka, FonteCindam e Boavista.

Nesse cenário de alta volatilidade macroeconômica, os grandes bancos privados nacionais deram continuidade à absorção dos concorrentes menores, disputando espaço com os estrangeiros. A compra de importantes bancos pelos estrangeiros como o foi o caso do Real pelo ABN (1998) e do Banespa pelo Santander (2000), desencadeou uma nova ofensiva por parte dos grandes privados. Em 2000, por exemplo, o Bradesco comprou o Boavista, enquanto o Unibanco comprou o Credibanco e o Bandeirante. Em 2001, o Bradesco venceu o Citibank na disputa pela compra do Mercantil de São Paulo e sua cobiçada financeira, a Finasa. No ano seguinte, adquiriu outras cinco instituições com investimentos que superaram R\$ 1,5 bilhão, consolidando sua posição como maior banco privado do país.

O ambiente macroeconômico no biênio 2001-2002 sofreu o impacto dos mais variados “choques”, dentre os quais se destacam o racionamento de energia, a crise financeira argentina, o atentado do 11 de Setembro nos Estados Unidos e a incertezas decorrente da sucessão presidencial. Contudo, esses acontecimentos pouco afetaram o sistema bancário brasileiro. Compensando a fraca demanda por crédito por operações de tesouraria com títulos públicos atrelados aos juros ou a câmbio, as instituições auferiram lucros recordes em 2002.

Para algumas instituições estrangeiras, contudo, a alta volatilidade da economia brasileira aliada, entre outros fatores, aos reflexos da crise argentina sobre a rentabilidade das filiais e/ou subsidiárias, a dificuldade de adaptação ao mercado brasileiro considerado arriscado demais pelos acionistas e investidores e a alteração nas estratégias globais de concorrência, pesou na decisão de sair do Brasil.<sup>17</sup> Este foi o caso do espanhol Bilbao Viscaya Argentaria Brasil (BBV Brasil), que tendo entrado no mercado brasileiro mediante a compra do Excel Econômico em 1998, vendeu suas operações no país para o Bradesco em

---

<sup>17</sup> Este movimento é ainda recente para permitir uma avaliação precisa se essa retração é conjuntural ou reflete uma mudança no padrão de atuação global das grandes instituições bancárias européias e norte-americanas na América do Sul. Sobre o impacto da crise argentina na reavaliação das estratégias dos bancos internacionais, ver: (CGFS, 2004).

2002. Outras instituições estrangeiras que encerraram suas atividades no país foram compradas por bancos estrangeiros, como o Sudameris (adquirido pelo ABN Amro em 2003)<sup>18</sup> e o Lloyds (adquirido pelo HSBC em 2003)<sup>19</sup>, enquanto outros como JP Morgan e o Deutsche Bank venderam parte de suas atividades para bancos privados nacionais. Em 2005, foi a vez do Bank of America (BofA) que operava no país através do BankBoston se retirar, vendendo sua subsidiária ao Banco Itaú.

No período recente, a estabilidade dos preços associada à relativa recuperação da renda salarial e expansão do emprego deu origem a um clima de otimismo que viabilizou um novo ciclo de crédito.<sup>20</sup> O potencial de crescimento do mercado de crédito pessoal associado às expectativas de redução nas taxas básicas de juros, e conseqüente diminuição dos ganhos com as operações de tesouraria, levaram os bancos a redefinir suas estratégias e priorizar a concessão de crédito. Ao mesmo tempo, uma nova modalidade de crédito, o crédito consignado em folha de pagamento, deu alento a alguns bancos médios que rapidamente ocuparam esse nicho do mercado.

A ampliação significativa do volume de crédito que atingiu o equivalente a 31,3% do PIB em 2005 se refletiu nos resultados apresentados pelos bancos, com destaque para os grandes bancos varejistas. Nesse contexto de ampliação do crédito, sob a liderança da modalidade pessoa física, vários bancos ativaram suas financeiras ou procuraram adquirir instituições menores que possuíam forte penetração no segmento de financiamento ao consumo (Cintra, 2006).

### VIII.2.2 Alterações no marco regulatório

Na discussão sobre a natureza do ajuste do sistema bancário brasileiro após a introdução do Plano Real predominava entre os analistas a visão, compartilhada pelas autoridades governamentais<sup>21</sup>, de que o número de instituições era excessivo. Portanto, deveria ser reduzido mediante a absorção das instituições mais vulneráveis por aquelas mais aptas a funcionar em um ambiente de estabilidade econômica. Em consonância com esse

---

<sup>18</sup> Em dezembro de 2001, o Itaú chegou a anunciar a compra do Sudameris, porém a operação não foi concluída. Durante o processo de *due diligence*, o Itaú constatou problemas, anulando a transação. Em abril de 2003, o banco italiano foi adquirido pelo holandês que pagou à controladora Intesa, o equivalente a R\$ 2,3 milhões.

<sup>19</sup> O Llodys já havia se retirado do segmento de administração de ativos (*assets management*) em 2001, quando vendeu sua subsidiária para o Itaú. Em outubro de 2003 foi adquirido com pagamento à vista de US\$ 815 milhões pelo HSBC que venceu a disputa acirrada com o banco Itaú.

<sup>20</sup> Após a expansão nos anos iniciais do Plano Real, a economia brasileira não experimentava uma ampliação relativamente prolongada do crédito com essa observada a partir de 2003. Sobre o ciclo recente do crédito, ver Cintra (2006).

<sup>21</sup> Ver, por exemplo, os trabalhos elaborados pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda por José Roberto Mendonça de Barros (Barros e Almeida Jr. 1996 e Barros, Loyola e Bogdanski, 1998).

ponto de vista, o governo procurou influenciar de modo ativo o redesenho do sistema financeiro nacional mediante uma ampla gama de instrumentos de política financeira, dentre as quais importantes alterações no marco regulatório.<sup>22</sup>

Uma das principais medidas regulatórias adotadas pelo governo que induziu a consolidação do sistema bancário foi a adesão ao Acordo da Basileia e conseqüente convergência da regulamentação prudencial interna aos padrões fixados pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês). A exigência de enquadramento das instituições aos princípios desse Acordo – e em particular, ao requerimento de capital mínimo dos bancos equivalente a 8% dos ativos ponderados pelos riscos – foi estabelecida pela Resolução n.º 2.099 de 17 de agosto de 1994.<sup>23</sup> As dificuldades de adequação às exigências de capital previstas para vigorar em 1995 obrigaram várias instituições a buscar novas parcerias.

Com a flexibilização das condições de entrada de bancos estrangeiros, a abertura do capital à participação de sócios estrangeiros foi a saída encontrada por várias instituições de médio e pequeno porte. Esse movimento foi reforçado em 1997, quando o requerimento de capital mínimo foi elevado a 10% em 25 de junho (Resolução n.º 2.399) e posteriormente a 11% em 27 de novembro (Circular n.º 2.748).<sup>24</sup>

As exigências de enquadramento das instituições bancárias nesses novos limites de capital e de patrimônio mínimos também atuaram como importante catalisador da reestruturação patrimonial dos bancos federais. Por estarem operando abaixo do mínimo de 11% exigido para a relação entre o patrimônio de referência e os ativos ponderados pelo risco, os bancos federais – BB, CEF, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia – foram incluídos no Programa de Fortalecimento das Instituições Federais (Proef).<sup>25</sup> Instituído em 21 de junho de 2001 pela Medida Provisória n.º 2.155 e compreendendo medidas para

---

<sup>22</sup> As outras medidas de política financeira que condicionaram o ajuste do sistema bancário foram: a concessão de incentivos fiscais para os gastos com reestruturação administrativa e tecnológica; a linha especial de financiamento no âmbito do Proer; criação de um programa de ajuste para os bancos estaduais (Proes). Como será visto no item 2.1.3, esse programa oferecia, além da privatização, as opções de extinção e de transformação desses bancos em agência de fomento.

<sup>23</sup> O objetivo do índice de Basileia é garantir que as instituições mantenham recursos próprios suficientes para evitar insolvência técnica (patrimônio negativo), causada por perda inesperada em seus ativos expostos a risco.

<sup>24</sup> Em 1999, a resolução n.º 2606 alterou os critérios para ponderação dos riscos, em particular, às exposições em ouro e moeda estrangeira, o que exigiu elevação do capital para readequá-lo ao mínimo de 11% dos ativos ponderados pelos riscos. A volatilidade cambial que se seguiu à adoção do regime de câmbio flutuante exigiu, contudo, a contínua atualização dos critérios de ponderação do risco de taxa de câmbio e do preço do ouro.

<sup>25</sup> O Proef representou a conclusão dos trabalhos de inspeção realizados nos bancos federais pelo Banco Central entre agosto de 1999 e junho de 2000. A fiscalização do Banco Central detectou sério comprometimento patrimonial em razão de créditos de baixa liquidez e/ou difícil recuperação em todos os quatro bancos federais. Face aos problemas identificados foi solicitado ao Tesouro, acionista controlador, a apresentação, nos moldes da regulamentação prudencial vigente, de um plano de regularização com as medidas a serem adotadas para o equacionamento das deficiências patrimoniais de cada uma das instituições (BCB, 2003).

saneamento patrimonial e reforço do capital, o Proef conduziu a significativas modificações nas políticas operacionais e nos sistemas de controle interno das instituições bancárias federais, em um movimento de aproximação com a lógica privada de eficiência microeconômica e de geração de retorno aos acionistas, como será visto na seção 4.<sup>26</sup>

Outra mudança considerável foi a decisão de alterar de modo decisivo, em 23 de agosto de 1995, o marco legal relativo ao tratamento conferido ao capital estrangeiro mediante a Exposição de Motivos n.º 311 encaminhada pelo ministro da Fazenda ao presidente da República, e aprovada por este. Por meio deste documento, o presidente da República passou a utilizar as prerrogativas previstas no Artigo 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelecendo ser do interesse do país a entrada e/ou o aumento da participação de instituições estrangeiras no sistema financeiro.<sup>27</sup>

A partir da promulgação da nova Constituição Federal em 1988, o acesso do capital estrangeiro ao sistema financeiro tornou-se virtualmente proibido. O Artigo 52 das Disposições Constitucionais Transitórias deixou, todavia, em aberto a possibilidade de entrada de instituições estrangeiras no mercado brasileiro, prevendo autorizações resultantes de acordos internacionais, da aplicação do princípio de reciprocidade, em contrapartida ao estabelecimento de filiais de bancos brasileiros no exterior, e de circunstâncias consideradas de “interesse nacional” pelo governo. Os pedidos seriam examinados caso a caso, com aprovação final pelo presidente da República.

A ação governamental, expressa na política de abertura do sistema ao investimento direto estrangeiro mediante a utilização do Artigo 52 das Disposições Constitucionais Transitórias, promoveu uma ampla reforma *ad hoc* do sistema financeiro nacional à revelia do Congresso Nacional, responsável pela elaboração da nova lei complementar do sistema financeiro (Freitas, 1999; Freitas e Prates, 2001b).<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> No caso do Banco do Brasil, esse movimento em direção à lógica privada de gestão e atuação se iniciou em 1997, na sequência do provisionamento para créditos de má qualidade e do aporte de capital do Tesouro realizado pelo Tesouro em 1996. Na avaliação de Vidotto (2002) é, sobretudo, na gestão do crédito que as novas regras de conduta do BB revelariam uma aproximação com perfil de atuação de uma instituição financeira privada típica. Sobre esse ponto, ver também Andrade e Deos (2006).

<sup>27</sup> No Brasil, com exceção do período 1946 e 1964, quando vigorou uma completa liberdade de acesso de instituições estrangeiras ao sistema financeiro nacional, sempre houve regras restritivas, seja à entrada de bancos estrangeiros, seja às suas condições operacionais no mercado local. Desde a reforma financeira de 1965 até 1995, os IDE no sistema bancário, bem como o leque de atividades permitidas aos bancos estrangeiros, dependiam da aplicação do princípio de reciprocidade. Por esse critério, o governo brasileiro autorizava exclusivamente a entrada de bancos originários dos países que permitiam o acesso de bancos brasileiros aos seus sistemas financeiros. Todavia, a instalação de escritórios de representação esteve livremente permitida ao longo desse período (Freitas, 1999).

<sup>28</sup> Ainda no intuito de favorecer a entrada de capitais externos no sistema financeiro nacional, em 16 de novembro de 1995, o Conselho Monetário Nacional (CMN) eliminou, por meio da Resolução n.º 2.212, a exigência de que o capital mínimo de um banco estrangeiro fosse o dobro daquele exigido para um banco nacional.

Tomada no contexto de fragilidade crescente do sistema bancário brasileiro, que sofria as conseqüências de uma brutal contração de liquidez associada à adoção de políticas restritivas em resposta aos impactos da crise mexicana, a abertura ao capital estrangeiro veio ao encontro dos interesses dos bancos internacionais.<sup>29</sup> Diversas instituições financeiras manifestaram um grande interesse em operar no país, de modo a se beneficiar das vastas possibilidades de negócios e de lucratividade associados ao processo de privatização e de reestruturação industrial, sobretudo, no segmento bancário de investimento. O potencial de crescimento do mercado de varejo e de contas bancárias também exerceu uma forte atração para os bancos estrangeiros, sejam os recém-chegados, sejam aqueles já instalados no país.

O anúncio oficial de que o governo lançaria mão desse expediente sempre que necessário, tanto para permitir a participação estrangeira na capitalização de instituições financeiras privadas nacionais e/ou no processo de privatização dos bancos oficiais, como para promover a modernização do sistema financeiro nacional, contribuiu para exacerbar o anseio das instituições financeiras estrangeiras por ingressar no mercado brasileiro. Multiplicaram-se os contatos entre bancos nacionais e estrangeiros interessados em efetuar associações, adquirir participação acionária majoritária ou integral. Esse movimento tomou tal dimensão que o Banco Central precisou lembrar aos interessados que a entrada de capital externo no setor necessita de autorização prévia da presidência da República, através do Comunicado n.º 5796 de 10-09-97.

Como havia inúmeras instituições procurando ingressar no país, o Banco Central passou a exigir o pagamento de um "pedágio", a título de contribuição para a recuperação dos recursos públicos utilizados no saneamento do sistema financeiro.<sup>30</sup> Em julho de 1999, a cobrança de "pedágio" foi substituída por outras exigências, como por exemplo, nível mínimo de *rating* no mercado internacional, manutenção de determinado nível de linhas de crédito externo, determinado aporte de capital e transferência de tecnologia.

Nesse contexto, algumas instituições estrangeiras optaram pela aquisição do controle acionário dos bancos locais, enquanto outras preferiram instalar sucursal ou de subsidiária. No primeiro caso, se incluem o HSBC e o espanhol BBVA que adquiriram bancos em situação falimentar. Para assumir o controle acionário do Bamerindus em 1997, à época o

---

<sup>29</sup> A grande maioria dos bancos que atua em âmbito internacional expandiu suas atividades no exterior, após alguns anos de retração na década de 1980, motivada pela crise da dívida dos países periféricos, na busca de amplos canais de distribuição. Na década de 1990, com a concorrência acirrada nos mercados nacionais e mundiais e os limites para compressão dos custos, o caminho escolhido foi ampliação da massa de clientes e do volume de negócios mediante instalação e diversificação das atividades no mercado local. (Freitas, 1999).

<sup>30</sup> Desde o fim de 1995 até o mês de fevereiro de 1998, o Banco Central brasileiro arrecadou o equivalente a US\$ 140 milhões (e esperava receber outros US\$ 50 milhões) em contrapartida de 24 autorizações de entrada, aquisição e/ou ampliação da participação acionária estrangeira no capital de instituições financeiras locais (Freitas, 2000).



quarto maior banco privado brasileiro, o HSBC contou com recursos do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer). E no segundo caso, estão o suíço UBS, que instalou subsidiária de controle integral, e o holandês Rabobank que abriu uma sucursal.

As estratégias de expansão agressiva dos bancos espanhóis, e também de outros rivais como o HSBC, forçaram a reação dos bancos estrangeiros já presentes no país. Com a liberalização das condições de entrada e atuação, alguns optaram por ampliar suas redes de agências, como os norte-americanos Citi e BankBoston, enquanto outros decidiram comprar bancos locais ou adquirir participações, como o inglês Lloyds e o holandês ABN Amro.

O marco regulatório condiciona não só as condições de entrada e de atuação das instituições bancárias como também suas formas de concorrência (Freitas, 1997). O direito normativo que vigora na tradição jurídica brasileira delimita e condiciona o espaço concorrencial dos bancos na medida em que essas instituições só podem oferecer aos seus clientes novos instrumentos e modalidades que estejam contempladas na legislação em vigor.<sup>31</sup> Ou seja, a regulamentação limita a capacidade de inovação das instituições bancárias, levando-as a buscar diferenciação vis-à-vis os rivais e obtenção de vantagens competitivas mediante outras estratégias, como aquisição para ganho de escala e conquista de nichos de mercado, a construção de uma imagem de experiência, de tradição e de solidez; a utilização agressiva de técnicas de *marketing*, a incorporação de inovações tecnológicas, em particular, na área de “telemática”<sup>32</sup>, etc.

No caso brasileiro, a regulamentação também se aplica à cobrança por prestação de serviços bancários. A partir da resolução 2.302 de 25 de junho de 1996, os bancos puderam cobrar tarifas pela prestação de uma ampla gama de serviços, desde que cumprissem as exigências de fixar, em suas agências, um quadro com a relação dos serviços e respectivas tarifas e periodicidade dos reajustes e de informar os clientes com antecedência de trinta dias sobre a cobrança de novas tarifas.<sup>33</sup> No processo de reestruturação patrimonial e financeira

---

<sup>31</sup> Nos países anglo-saxões onde prevalece o direito comum para o qual tudo que não é interdito é autorizado, os bancos e demais instituições financeiras possuem uma ampla liberdade para desenvolver novas práticas e novos instrumentos que viabilizam a ampliação do espaço de valorização. Nos países onde prevalece a tradição do direito normativo, a capacidade de inovação das instituições bancárias é muito mais limitada, sobretudo, no que se refere às tentativas de escapar dos limites fixados pela regulamentação.

<sup>32</sup> No Brasil, os bancos utilizam de forma intensiva a incorporação de tecnologia como arma de concorrência de diferenciação e obtenção de vantagens competitivas. Na presente década, os investimentos em recursos tecnológicos permitiram a ampliação do auto-atendimento, que de simples caixas eletrônicas se transformaram em agências virtuais, onde os clientes realizam inúmeras operações, inclusive contratação de financiamento pré-aprovado. Ao mesmo tempo, no âmbito interno, a incorporação do desenvolvimento tecnológica permitiu avanços tanto controles internos como no gerenciamento de riscos e oferta de novos produtos e serviços.

<sup>33</sup> Em dezembro de 1996, o CMN estabeleceu, mediante a resolução n.º 2343, a obrigatoriedade de informação pelas instituições financeiras ao Bacen das tarifas máximas cobradas pela prestação de serviços.

desencadeado pelo Plano Real, a eliminação das restrições à cobrança por serviços desempenhou um papel-chave para a grande maioria das instituições bancárias, independente da natureza do capital, como será visto na seção 3.

Com lançamento do novo Sistema de Pagamento em 22 de abril de 2002 e a introdução da transferência eletrônica disponível (TED), que permite a compensação de valores em tempo real, os bancos conseguiram ampliar ainda mais suas receitas com prestação de serviço ao mesmo tempo em que reduziram custos com compensação de cheques.

Outra alteração de caráter regulatório refere-se introdução da figura do correspondente bancário. Pela resolução 2.640 de 25 de agosto de 1999 (posteriormente modificada pela Resolução 2.707 de 3 de março de 2000), os bancos foram autorizados a operar por meio de pontos de atendimento instalados em estabelecimentos comerciais, farmácias, casas lotéricas etc. em cidades nas quais não possuam agências ou postos de atendimento. A CEF, por exemplo, explorou intensamente essa possibilidade, que lhe permitiu estar presente em todos os 5.562 municípios brasileiros.<sup>34</sup>

Todavia, no período recente, a mais importante modificação no marco regulatório do sistema bancário brasileiro foi introduzida pela Lei 10.820 de 17 de dezembro de 2003 que autorizou os bancos a realizarem operações de crédito consignado, com desconto em folha de pagamento, para trabalhadores ativos e inativos. Essa nova modalidade de crédito criou um novo nicho de negócio rapidamente ocupado por bancos de pequeno porte.<sup>35</sup>

### **VIII.2.3 Privatização dos bancos públicos**

No que se refere especificamente à reestruturação das instituições públicas, as autoridades econômicas assumiram uma postura ativa no sentido de forçar no curto prazo a redução da presença do setor público estadual na atividade bancária e financeira. Priorizou-se a mudança no controle acionário das instituições consideradas viáveis ou recuperáveis e a liquidação daquelas que apresentavam graves desequilíbrios operacionais.<sup>36</sup>

Os ajustes estruturais profundos do segmento bancário público foram iniciados em dezembro de 1994 quando da aplicação pelo Banco Central do Regime de Administração

---

<sup>34</sup> Em 2005, a CEF contavam com 12.442 correspondentes bancários, dos quais, 8.856 casas lotéricas. Nos correspondentes bancários, os clientes da CEF recebem benefícios do governo federal, efetuam pagamento de contas de luz, água, telefone, etc. (CEF, 2005).

<sup>35</sup> Como mostra Cintra (2006), o estoque de crédito consignado alcançou R\$ 32 bilhões em dezembro de 2005, respondendo por 45,7% do crédito pessoal concedido.

<sup>36</sup> Os bancos públicos, em particular, os estaduais vinham acumulando problemas desde os 80 com a crescente deterioração financeira dos estados no contexto da crise fiscal. Com o Plano Real e a estabilização dos preços, a situação de desequilíbrio patrimonial da maioria dessas instituições se agravou de forma considerável, comprometendo sua viabilidade. Além da baixa qualidade dos ativos, estas instituições operavam com elevados custos administrativos e defasagem tecnológica. Sobre o sistema bancário público estadual e seu ajustamento após o Plano Real, ver: Vidotto (2002), Maia, C (2003) e Saviano Jr. (2004).

Especial Temporário (RAET) no Banespa e no Banerj<sup>37</sup>, antes da posse dos novos governadores eleitos em outubro de 1994. Até sua privatização em 1997, o Banerj teve sua administração terceirizada enquanto o Banespa ficou, diretamente, sob administração federal, sendo “federalizado” em 1997.

A reestruturação do sistema bancário público estadual ganhou forças em agosto de 1996, quando o governo federal implementou um programa de ajuste fiscal dos Estados, que previa a transferência de controle acionário dos bancos públicos estaduais, com o refinanciamento, pelo governo federal, do total das dívidas dos Estados junto aos seus respectivos bancos. Além da privatização, eram oferecidas, ainda, as opções de extinção e de transformação desses bancos em agência de fomento.

Mediante a edição da Medida Provisória n.º 1.514<sup>38</sup>, o governo definiu as alternativas para a reestruturação do sistema bancário estadual: o saneamento com vistas à privatização, extinção dos bancos estaduais ou transformação em agências de fomento, com utilização de recursos da União. Tais processos poderiam ficar a cargo tanto dos governos estaduais como do governo federal.

Se ficasse a cargo dos governos estaduais havia duas alternativas de encaminhamento. A primeira previa o financiamento de 100% para liquidar, privatizar, transformar em instituição não-financeira ou transformar em agência de fomento. A segunda previa o financiamento de 50% dos gastos com o saneamento dos bancos e manutenção do controle acionário por parte dos Estados, com exigência de aporte imediato de recursos pelo controlador. Se o saneamento ficasse a cargo do governo federal, a instituição seria federalizada, isto é, teria o controle acionário assumido pela União, para posterior privatização ou liquidação (Dieese, 1998).

Em 28 de fevereiro de 1997, mediante a Resolução n.º 2365, o Conselho Monetário Nacional aprovou a criação do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), fornecendo ao Banco Central os instrumentos de suporte ao processo de ajuste dos bancos estaduais. Entre esses instrumentos destacam-se as linhas especiais de assistência financeira de liquidez, vinculadas a :

a) títulos ou direitos relativos a operações de responsabilidade do Tesouro Nacional ou de entidades da administração pública federal indireta;

---

<sup>37</sup> Nessa mesma ocasião foi decretada a liquidação extrajudicial do Beron (Rondônia), do Bemmat (Mato Grosso) e do Produban (Alagoas).

<sup>38</sup> Os atos praticados com base nessa medida provisória foram convalidados pelas Medidas Provisórias n.º 1514-1 e n.º 1514-2 editadas, respectivamente, em 05/9/96 e em 3/10/96. Posteriormente, em 13 de fevereiro de 1997, essa Medida Provisória foi reeditada com o n.º 1556-7.

b) reestruturação da carteira de ativos e/ou passivos de instituições financeiras estaduais;

c) transferências para instituições financeiras federais de passivos de instituições financeiras estaduais junto ao público.

Através da Circular n.º 2742 de 1997, o Banco Central definiu as instituições financeiras, sob controle dos Estados, que poderiam solicitar o apoio financeiro do Proes e definiu as seguintes condições de acesso aos recursos:

a) instituições que estejam em processo de privatização ou de transformação em instituição não-financeira, inclusive agência de fomento;

b) instituições que assumam direitos e obrigações de instituição enquadrada no item anterior;

c) instituições públicas federais que venham assumir passivos detidos junto ao público por instituições financeiras estaduais.

Pressionados pela magnitude das dívidas a renegociar com o governo federal (da ordem de R\$ 60 bilhões), vários Estados optaram por aderir ao Proes. Outros preferiram ficar fora do programa, mas adotaram medidas com vistas a mudanças na gestão e no perfil de atuação das instituições financeiras sob seu controle (Ver Quadro 2A, no Anexo Estatístico).

Entre 1997 e 2005, doze bancos estaduais foram privatizados (Tabela 1). Embora fosse permitida a participação de instituições de capital estrangeiro nos leilões de privatização apenas três bancos estaduais foram adquiridos por bancos estrangeiros: Banespa pelo Santander e Bandepe e Paraiban pelo ABN Amro. O Bradesco foi o banco privado nacional que mais se beneficiou dos leilões de privatização dos bancos estaduais, adquirindo no total cinco instituições, se for considerado o Credireal comprado pelo BNC, posteriormente adquirido pelo Bradesco.

Observa-se ainda que, no primeiro governo Lula, apenas duas instituições foram levadas a leilão: o BEC e BEM, ambas adquiridas pelo Bradesco. O processo de privatização das duas instituições “federalizadas” restantes – BEP e BESC – encontra-se paralisado por decisão judicial.

**Tabela 1. Bancos Públicos Privatizados**

Instituição	Tipo	Data da Operação	Comprador	Valor Pago (US\$ milhões) <sup>(1)</sup>	Crédito Tributário <sup>(2)</sup> (R\$ milhões)
Banerj	Estadual	26/06/97	Banco Itaú	289	...
Credireal	Estadual	07/08/97	BCN <sup>(3)</sup>	112	115
Bemge	Estadual	14/09/98	Banco Itaú	499	210

Bandepe	Estadual	17/11/98	ABN Amro	154	166
Baneb	Estadual	26/06/99	Bradesco	148	300
Banestado	Federalizado	17/10/00	Itaú	871	1.447
Banespa	Federalizado	20/11/00	Santander	3.641	1.411
Paraiban	Estadual	08/11/01	ABN Amro	30	...
BEG	Federalizado	04/12/01	Itaú	274	...
BEA	Federalizado	24/01/02	Bradesco	76	...
BEM	Federalizado	10/02/04	Bradesco	27	140
BEC	Federalizado	21/12/05	Bradesco	302	

**Fonte:** Banco Central do Brasil/Diretoria de Liquidação e Desestatização – Boletim da Situação dos Bancos Estaduais, maio de 2002; Salviano Jr (2004); Carvalho (2004 e 2005). Elaboração Própria.

**Notas:**

(1) Convertido pelo dólar do dia da aquisição.

(2) Vantagens fiscais concedidas ao banco adquirente.

(3) Em outubro de 1997, o BCN foi adquirido pelo Bradesco, que incorporou todas as agências e operações do antigo Credireal.

#### VIII.2.4 Oportunidades de negócios

A reestruturação do sistema financeiro brasileiro não foi, todavia, ditada exclusivamente por dificuldades financeiras. É preciso não esquecer que os bancos são instituições ativas que definem suas estratégias de ação com o propósito de ampliar suas vantagens em relação aos concorrentes. A absorção de outras instituições é, portanto, uma das armas utilizadas no processo contínuo de busca de vantagens competitivas, que se traduzem em maior poder de mercado e em ganhos extraordinários. O processo de fusões e absorção aparece, portanto, como uma forma de adequação do sistema bancário ao novo ambiente macroeconômico de estabilidade monetária, ditada pela própria dinâmica concorrencial das instituições financeiras.

Igualmente, observou-se a adoção de estratégia de saída do mercado em condições favoráveis por instituições “saudáveis”, cujos proprietários decidiram buscar a valorização do seu capital em outro ramo de atividade. Este parece ter sido o caso do Banco Noroeste, cujos proprietários venderam o controle do capital da instituição para o banco espanhol Santander. Outros exemplos no mesmo sentido são as venda do controle do Banco Real para o ABN Amro em julho de 1999.<sup>39</sup>

<sup>39</sup> Esse também parecia ser o caso da venda dos bancos Meridional e Bozano Simonsen para o Santander em janeiro de 2000. Contudo, escândalos, envolvendo a existência de caixa 2 e remessa de recursos para o exterior, noticiados, posteriormente pela imprensa, levaram a crer que a saída do Grupo Bozano do setor bancário possuiu outros determinantes que a realocação patrimonial. O Meridional, adquirido em leilão de privatização, e o Banco Bozano Simonsen eram controlados por uma *holding* de propriedade de Júlio Bozano com sede em Grand Cayman.

Na dinâmica competitiva capitalista, a estratégia de absorção dos concorrentes, porém, nem sempre resulta em sucesso e em sinergias positivas. No passado recente do Brasil, houve inúmeros exemplos de experiências malsucedidas, dentre os quais a compra do Econômico pelo Excel, do Credireal pelo BCN, do Banorte pelo Banco Bandeirantes, do Boavista pelo Inter Atlântico (em consórcio com o Grupo Monteiro Aranha). Esses bancos acabaram sendo absorvidos por concorrentes nacionais ou serviram de porta de entrada para bancos estrangeiros.

Os dois maiores bancos privados nacionais, Bradesco e Itaú, que já vinham realizando diversas aquisições, comprando bancos privados menores e bancos públicos estaduais nos leilões de privatização, também aproveitaram essas oportunidades criadas pelas saídas das instituições estrangeiras que fracassaram em suas tentativas de conquistar o mercado brasileiro, seja devido a forte volatilidade macroeconômica após a introdução do câmbio flutuante, seja devido à subestimação das dificuldades, seja devido a erros de avaliação sobre as perspectivas de negócios e lucros. O Bradesco adquiriu o BBVBrasil, a área de gestão de recursos do JP Morgan e as subsidiárias da American Express, respectivamente, em 2002 e 2003, enquanto o Itaú comprou o americano BankBoston em 2005 por US\$ 2,5 bilhões.<sup>40</sup> O resultado dessa estratégia de conquista de parte de mercado foi a consolidação do Bradesco e do Itaú no topo da classificação dos maiores bancos privados, na qual ocupavam, respectivamente, a primeira e a segunda posição em dezembro de 2005.

No sentido contrário, outra importante operação de compra realizada em 2005 foi aquisição do Pactual pelo banco suíço UBS. A nova instituição que vai surgir o Pactual UBS deverá ocupar o segundo lugar como maior intermediário de vendas de ações na América Latina, atrás apenas do Crédit Suisse (Kleber, 2006).<sup>41</sup>

Além de aquisições, o processo concorrencial no sistema bancário também comporta alianças e parcerias. No caso do Brasil, e particular, no ciclo recente de crédito iniciado em 2003 se multiplicaram as parcerias entre bancos de diferentes portes.<sup>42</sup> Entre 2001 e 2005, por

---

<sup>40</sup> Nessa operação, o Itaú adquiriu também os ativos da sucursal do BankBoston no Chile e no Uruguai. Em troca, o BofA assumiu participação de 7,4% no capital do Itaú (havia opção de chegar até 20%), mediante a aquisição de ações preferenciais sem direito a voto, o que não afeta a classificação do Banco Itaú como banco nacional de capital privado. Embora anunciada em 2005, a transação só foi finalizada em agosto de 2006 (Balbi, 2006 e Carvalho, 2006).

<sup>41</sup> Em fevereiro de 2007, o Banco Cacique comprado pelo francês Société Générale por cerca de R\$ 840 milhões. Sediado em São Paulo, o Cacique emprega 1.800 mil funcionários e tem 150 agências com 600 mil clientes ativos, com forte presença nos segmentos de crédito consignado e outras modalidades destinadas à pessoa física. Em março de 2006, o Société Général já havia adquirido 70% do capital do Banco Pecúnia, que opera no segmento de financiamento ao consumidor. Com a compra do Cacique, o Société reforçou suas apostas no potencial de crescimento de crédito ao consumidor. (Banco..., 2007).

<sup>42</sup> Os bancos também vêm estabelecendo parcerias e acordos de cooperação com financeiras independentes e com grandes grupos varejistas. Sobre esse ponto, ver Cintra (2006) e Oliveira (2006).

exemplo, o Banco do Brasil manteve uma parceria com o Deutsche Bank, por meio da consultoria financeira MaxBlue, para conquistar clientes no segmento de alta renda. No âmbito dessa parceria foram criadas a Maxblue Holdings e a Maxblue DTVM. Em 2005, optando por atuar de maneira independente junto ao segmento de alta renda, o BB pôs fim a essa parceria, realizando reorganização societária nessas duas empresas (BB, 2005).

Para os bancos médios e pequenos, as parcerias têm a vantagem de permitir a ampliação das operações ativas sem descumprir os requerimentos de capital. Para os grandes bancos, as parcerias ou aquisição de carteiras de crédito de bancos menores abrem a possibilidade de penetrar em nichos do mercado de crédito a custos mais baixo do que os investimentos necessários para ampliação da base de clientes.<sup>43</sup>

O Bradesco vem seguindo essa estratégia desde 2002, quando fez acordo de compra para aquisição da carteira do Banco Ford, reforçando assim sua participação na área de financiamento ao consumo, inaugurada com compra do Mercantil de São Paulo e sua financeira Finasa. Em 2003, além de reforçar sua atuação no segmento de financiamento ao consumo ao comprar o Banco Zogbi, o Bradesco fez um acordo com os Correios, que permitiu a criação do Banco Postal, com transformação das agências dos Correios em correspondentes bancários (Cotias, 2004). Dessa forma, o banco ampliou a capilaridade de sua rede física para atender uma parcela da população de renda mais baixa, sem incorrer no custo correspondente de instalação.

A estratégia de aquisição de carteiras de concorrentes também foi seguida pelas instituições públicas. Esse foi o caso da Caixa Econômica Federal que em 2005 adquiriu a carteira de crédito consignado dos bancos privados BMG e do BMB (CEF, 2005).

Cabe mencionar ainda que o ciclo recente de liquidez nos mercados financeiros internacionais tem favorecido a ampliação dos negócios dos bancos brasileiros no exterior. Em um cenário internacional favorável, os bancos brasileiros utilizam suas filiais no exterior para captar recursos a custo mais baixo do que o mercado doméstico. Vários bancos brasileiros possuem agências e subsidiárias no exterior. O Banco do Brasil que na década de 1980 chegou a ter uma ampla rede de agências espelhadas pelos cinco continentes, possui atualmente 17 agências, sete subagências, nove escritórios de representação e cinco subsidiárias em países estrangeiros. O Bradesco possui cinco agências no exterior, uma subsidiária e acordo operacional com dois bancos. Já o Itaú tem o controle de quatro bancos no exterior e participação em outros dois.

---

<sup>43</sup> Um outro exemplo de cooperação é parceria, que estava sendo negociada no final de 2006, entre o Bradesco, BB e CEF para o compartilhamento da rede de caixas eletrônicos. (Bautzer, 2006).

Atualmente, está em curso a abertura de capital de algumas instituições bancárias de pequeno porte. Dentre essas, quatro – Banco Cruzeiro do Sul, BicBanco, BMC e Panamericano – concentram suas atividades no segmento de crédito consignado. A colocação de ações em bolsa é a estratégia escolhida para viabilizar a expansão dos créditos. Com abertura de capital, esses bancos pretendem atrair investidores estrangeiros e os investidores institucionais brasileiros que após a falência do Banco Santos reduziram a compra de CDB de bancos de pequeno e médio porte (Balarin, 2007).

### VIII.3. Novo Perfil Institucional do Sistema Bancário Brasileiro

Ao longo do período 1995-2005, o número de instituições bancárias se reduziu substancialmente. Considerando apenas as instituições bancárias no sentido estrito, ou seja, bancos comerciais e múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal, o número de bancos reduziu-se de 144 para 104 entre dezembro de 1995 e dezembro de 2005 (um recuo de 40 instituições e de 27,7% em termos percentuais).

As informações apresentadas na Tabela 2 fornecem um panorama geral do processo de reestruturação do sistema bancário brasileiro. Entre mudança de controle acionário, incorporação, cisão, liquidação e falência e mudança de objeto social, ocorreu um total de 347 alterações entre 1994 e 2005. Nesse período, faliram e/ou foram liquidados 60 bancos ao mesmo tempo em que ocorreram 90 alterações de controle acionário. Igualmente, várias instituições alteram seu objeto social, transformando-se seja em instituição financeira não-bancária, seja em instituição não-financeira.

O movimento de liquidação das instituições financeiras observado desde 1994 perdeu força em 1999. Enquanto em 1997 ocorreram onze liquidações de bancos, esse número reduziu-se a apenas um em 1999. Esta redução pode ser interpretada como sinal de que o sistema financeiro encontrava-se melhor adaptado ao ambiente de relativa estabilidade de preços e menos vulnerável aos impactos das crises externas. Entre 2001 e 2003, o número de liquidação e falência voltou a subir, mas sem retornar ao patamar verificado no auge do período de fragilidade financeira.

**Tabela 2 - Reestruturação do Sistema Bancário Brasileiro 1994-2005**

Alterações	1994	1995	1996	1997	1998	1999 <sup>(3)</sup>	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Total
De Controle Acionário <sup>(1)</sup>	2	1	7	10	16	7	16	8	8	6	8	1	90
Incorporação		2	3	1	1	1	17	17	20	22	20	2	106
Cisão					3	1	5	2	2	7	2	6	28
Liquidação e Falência	7	9	6	11	9	1		4	4	4	3	2	60
Transformação <sup>(2)</sup>		1	7	7	7	8	10	7	8	4	1	3	63



<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>23</b>	<b>29</b>	<b>36</b>	<b>18</b>	<b>48</b>	<b>38</b>	<b>42</b>	<b>43</b>	<b>34</b>	<b>14</b>	<b>347</b>
--------------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------

Fonte: Banco Central do Brasil - *Relatório da Evolução do Sistema Financeiro Nacional*. Vários números.

Notas:

- (1) Inclui alterações de controle acionário decorrentes de fusões e aquisições no exterior.
- (2) Transformação refere-se à mudança de objeto social. Sob esse título incluem-se tanto a transformação de banco comercial em banco múltiplo com carteira comercial e vice-versa como a transformação de banco em instituição financeira não-bancária – banco de investimento, distribuidoras de títulos e valores, financeiras etc. –, e em instituição não-financeira.
- (3) No relatório de 1999 publicado em junho de 2000 só constam ocorrências verificadas de julho a dezembro de 1999. Portanto, o total do ano deve ser, com toda certeza, maior.

Nesse cenário de ajuste e transformação institucional ocorreu também a entrada de novas instituições no sistema bancário brasileiro (Tabela 3). Entre dezembro de 1995 e dezembro de 2005 foi autorizada a constituição de 22 bancos comerciais ou múltiplos com carteira comercial, dentre os quais cinco de capital nacional e dezessete de capital estrangeiro.

**Tabela 3 – Autorização de Novas Instituições Bancárias 1995 – 2005<sup>(1)</sup>**

<b>Autorizações</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999<sup>(3)</sup></b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>Total</b>
Nacionais					1		1	1	1	1		5
Estrangeiras <sup>(2)</sup>	1	1	4	5	1	5	1	1		1		17
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>22</b>

Fonte: Banco Central do Brasil - *Relatório da Evolução do Sistema Financeiro Nacional*. Vários números.

Notas:

- (1) O ano indica a data de publicação da autorização de funcionamento no Diário Oficial, a qual não necessariamente é efetivada no mesmo ano.
- (2) Apenas constituição de filiais e subsidiárias. Não inclui a participação (ou ampliação da participação) em instituições bancárias já existentes nem a constituição de escritórios de representação.
- (3) No relatório de 1999 publicado em junho de 2000 só constam autorizações concedidas de junho a dezembro de 1999.

O processo de reestruturação do sistema bancário brasileiro foi acompanhado pela concentração dos ativos (Tabela 4). Considerando o total dos ativos desse sistema, em dezembro de 2005, os vinte maiores bancos detinham 91,6% (contra 83,2% em 1995) e os cinco maiores controlavam 58,6% dos ativos totais (56,2% em 1995).

**Tabela 4 – Evolução da Concentração do Sistema Bancário Brasileiro<sup>1</sup>**

	1995				2000				2005			
	5 maiores	10 maiores	20 maiores	50 maiores	5 maiores	10 maiores	20 maiores	50 maiores	5 maiores	10 maiores	20 maiores	50 maiores
Ativo Total menos Intermediação	57,0%	71,2%	83,3%	95,8%	57,8%	73,6%	89,1%	97,3%	59,3%	80,1%	92,2%	98,4%
Ativo Total	56,3%	70,6%	83,0%	95,9%	56,6%	72,6%	88,3%	97,3%	58,6%	79,9%	91,6%	98,4%
Depósito Total	64,1%	77,6%	85,9%	97,0%	47,4%	64,9%	89,1%	93,4%	64,1%	85,5%	94,2%	98,7%
Patr. Líquido	44,3%	65,3%	71,4%	91,3%	66,5%	78,7%	91,8%	97,5%	54,2%	75,6%	86,5%	96,0%

Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Nota:

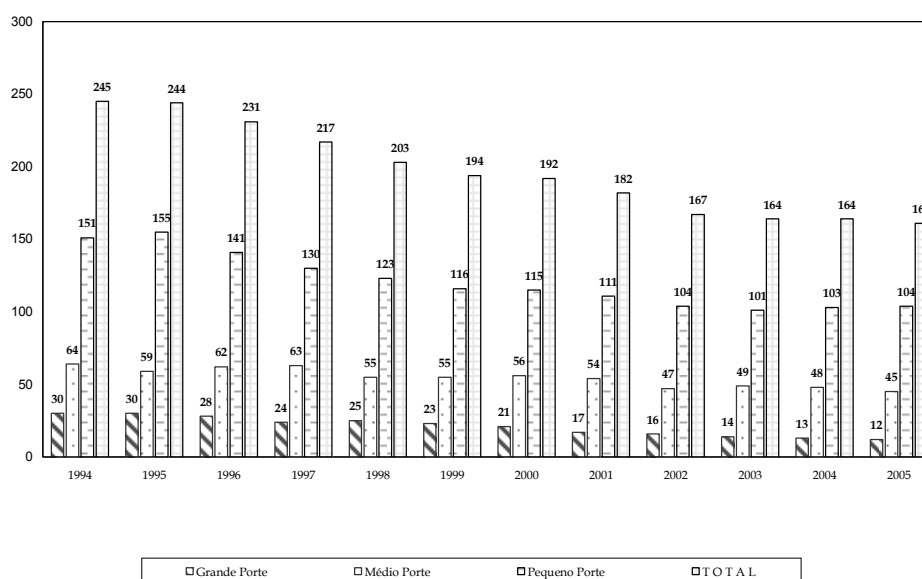
1. Como sistema bancário está sendo considerado o Consolidado Bancário 1, composto por bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e caixas econômicas. Essa classificação incluía 144 instituições em 1995 e 104 em 2005.

Embora inclua os bancos múltiplos com carteira de investimento, os Gráfico 1 e 2

permitem avaliar a reestruturação do sistema bancário em termos do porte das instituições.<sup>44</sup> No período 1994 a 2005, o número de bancos de grande porte declinou de 30 para 12, o que representa uma variação negativa de 60%. Em termos absolutos, a redução dos bancos de pequeno porte foi mais expressiva, se reduzindo de um total de 151 para 104 instituições entre 1994-2005 (um total de 47), porém, em termos relativos, a queda foi de 31,1%. Já o segmento de bancos de médio porte apresentou menos variação no período tanto em termos absolutos (64 em 1994 e 45 em 2005, uma redução de 19 instituições), como em termos relativos (declínio de 29,7%).

Quanto à participação nos ativos totais do sistema bancário, a classificação por porte revela o avanço dos bancos médios e dos bancos pequenos, que ampliaram sua fatia de mercado entre 1996 e 2005. Os bancos médios saltam de 18,1% em 1996 para 26,3% enquanto a participação dos pequenos bancos subiu para 5,1% (3,6% dos ativos totais em 1996). Observe-se que, essa ampliação se deu no ano de 2005, em razão da ampliação do crédito pessoal e, em particular, da modalidade de crédito consignado. Em contrapartida, o segmento de bancos de grande porte perdeu espaço relativamente, com queda de participação nos ativos totais de 78,3% em 1996 para 68,6% em 2005.

**Gráfico 1. Evolução da quantidade de bancos por porte (1) (2)**



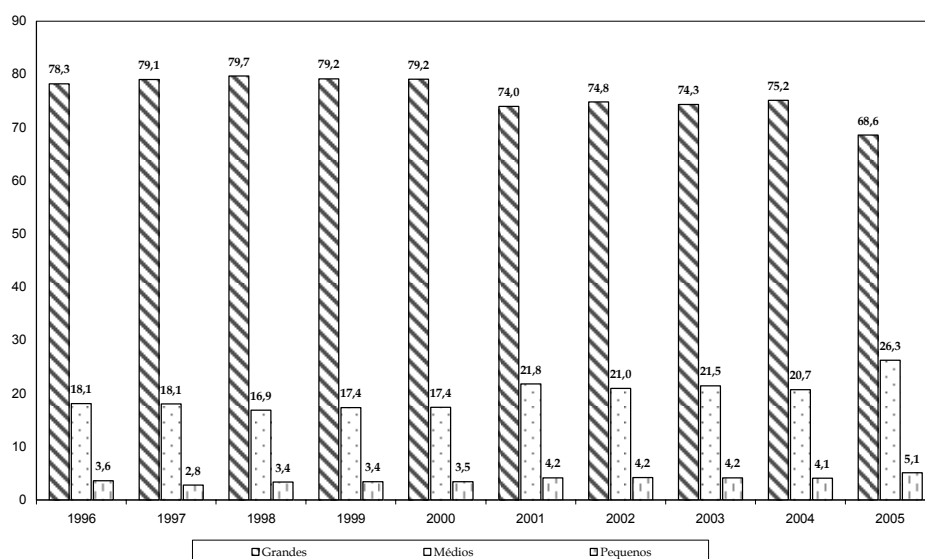
**Fonte: Banco Central do Brasil – Relatório da Evolução do Sistema Financeiro Nacional. Vários números. Elaboração própria.**

**Nota:**

- (1) Inclui bancos múltiplos com carteira de investimentos.
- (2) A classificação das instituições por porte é feita com base no ativo total ajustado (ativo total menos contas de compensação) apresentado pelos bancos comerciais, bancos múltiplos e caixa econômica nos meses de dezembro. Para maiores detalhes, ver Anexo Metodológico.

<sup>44</sup> Nos relatórios de evolução do SFN, não estão disponíveis, na classificação por porte, informações apenas para os bancos estrito senso (consolidado bancário 1, na terminologia do Banco Central). Por essa razão, os gráficos incluem os bancos múltiplos com carteira de investimento.

**Gráfico 2. Evolução da Participação dos Bancos por Porte <sup>(1)</sup> <sup>(2)</sup> nos Ativos Totais do Sistema Bancário ( em %)**



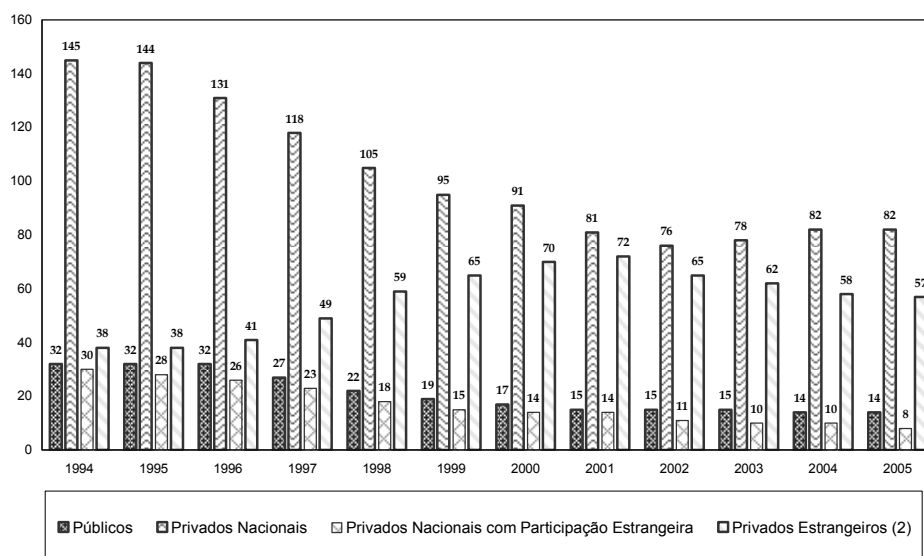
**Fonte:** Banco Central do Brasil – Relatório da Evolução do Sistema Financeiro Nacional. Vários números. **Elaboração própria.**

**Nota:**

(1) Inclui bancos múltiplos com carteira de investimentos.

(2) A classificação das instituições por porte é feita com base no ativo total ajustado (ativo total menos contas de compensação) apresentado pelos bancos comerciais, bancos múltiplos e caixa econômica nos meses de dezembro. Para maiores detalhes, ver Anexo Metodológico.

A análise da reestruturação institucional do sistema bancário também pode ser realizada pela ótica da natureza do capital. Utilizando o mesmo universo de 245 instituições em 1994 e 161 em 2005, observa-se a forte redução no número de instituições privadas com capital nacional: 82 em 2005 contra 144 em 1994 (Gráfico 3) Ao mesmo tempo, verificou-se o avanço no número de bancos com controle estrangeiro, que saltou de 38 para 57 no período, em parte, mediante a ampliação da participação no capital votante das instituições bancárias nacionais. Como reflexo do processo de privatização dos bancos estaduais, o número de bancos públicos também declinou, passando de 32 em 1994 para 14 em 2005.

Gráfico 3. Evolução do número de bancos por natureza do capital <sup>(1)</sup>

Fonte: Banco Central do Brasil – Relatório da Evolução do Sistema Financeiro Nacional. Vários números.

Nota:

(1) Inclui bancos múltiplos com carteira de investimentos.

(2) Inclui instituições com controle estrangeiro e filiais de bancos estrangeiros.

As mudanças na composição do sistema bancário podem igualmente ser avaliadas pela participação nos ativos, depósitos e créditos totais (Tabela 6). Entre 1994 e 2005, ocorreu uma redução da participação dos bancos públicos e expansão dos bancos privados, em particular, dos estrangeiros, cujo expressivo crescimento reflete as aquisições de importantes instituições nacionais, públicas e privadas. De participações que variavam entre 5,6% (operação de crédito) e 7,5% (ativos totais), os bancos com controle estrangeiros respondiam em 2005 por 23,2% dos ativos, 20,6% dos depósitos e 27% das operações de crédito do sistema bancário brasileiro.

Em razão das privatizações dos bancos estaduais, o segmento de bancos públicos encolheu. Esse segmento que em 1994 controlava mais da metade dos ativos, dos depósitos e das operações de crédito, respondiam em 2005 por cerca de um terço dessas contas. Embora menor, o peso dessas instituições permanece, todavia, elevado, em razão da presença do BB e da CEF, que juntos respondem por 27,8% dos ativos totais, 31,2% dos depósitos e 27,1% das operações de crédito do sistema bancário.

Já os privados nacionais que na segunda metade da década de 1990 perderam terreno para os estrangeiros, reagiram nos últimos anos. Entre 1994 e 1999, os bancos privados nacionais perderam terreno com o avanço dos estrangeiros tanto em termos dos ativos totais (recoo de 41,0% para 33,3%), como dos depósitos (41,4% em 1994 e 32,1% em 1999) e, em

menor medida, nas operações de créditos (queda de 35% para 32%). Entre 2000 e 2005, com intensificação pelos grandes bancos varejistas das aquisições de concorrentes públicos e privada, o segmento privado nacional reconquistou espaço e aumentou suas fatias de mercado. Em 2005, esse segmento ampliou para 43,8% sua participação nos ativos totais (35,5% em 2000), 42,2% nos depósitos (34,3% em 2000) e para 41,8% nas operações de créditos (35,0% em 2000).

**Tabela 6. Evolução da Participação das Instituições nos Ativos, Depósitos e Crédito do Sistema bancário (em %)**

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Ativos Totais</b>												
Bancos Públicos	51,5	52,3	51,1	50,2	46,1	43,3	36,9	32,3	35,0	37,7	34,9	33,0
Bancos Privados Nacionais (1)	41,0	39,0	38,4	36,9	35,5	33,3	35,5	37,5	37,3	41,3	42,3	43,8
Bancos com Controle Estrangeiro	7,5	8,7	10,5	12,9	18,5	23,3	27,6	30,1	27,7	21,0	22,8	23,2
<b>Depósitos Totais</b>												
Bancos Públicos	52,5	58,6	59,3	59,4	51,5	51,0	44,4	43,8	42,7	43,2	39,8	37,3
Bancos Privados Nacionais (1)	41,4	35,4	33,5	33,0	33,3	32,1	34,3	35,8	37,2	38,9	40,0	42,2
Bancos com Controle Estrangeiro	6,2	6,0	7,2	7,6	15,2	16,9	21,4	20,4	20,1	17,9	20,2	20,6
<b>Operações de Crédito</b>												
Bancos Públicos	59,3	62,3	58,4	52,6	53,7	48,0	39,6	25,2	29,1	33,4	32,0	31,2
Bancos Privados Nacionais (1)	35,1	31,6	32,0	35,6	31,3	32,0	35,0	42,8	40,4	42,2	42,3	41,8
Bancos com Controle Estrangeiro	5,6	6,1	9,6	11,8	15,0	20,0	25,5	32,0	30,5	24,3	25,7	27,0

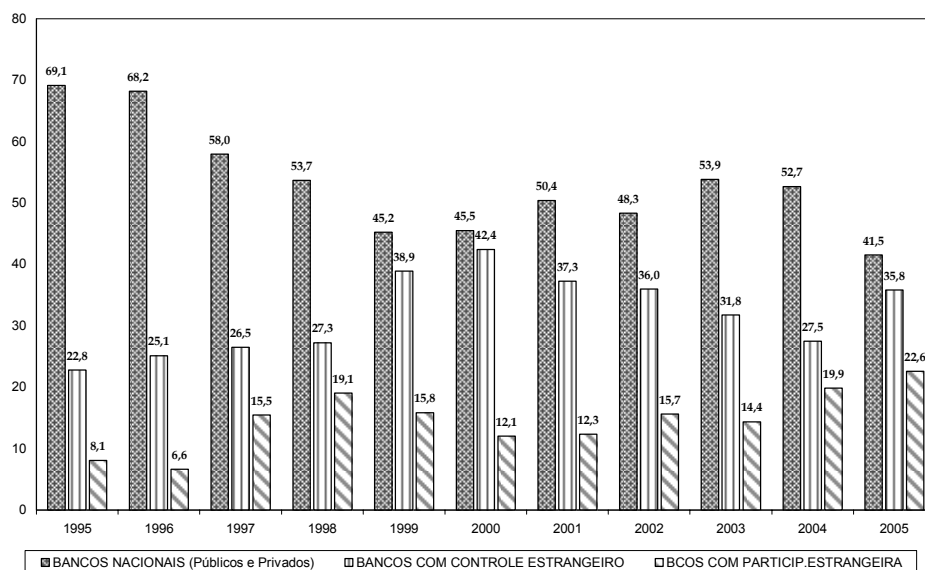
**Fonte:** Banco Central do Brasil - Relatório da Evolução do Sistema Financeiro Nacional. Vários números. **Elaboração própria.**

**Nota:**

(1) Inclui bancos com participação estrangeira.

O aumento da internacionalização do sistema bancário brasileiro se traduziu igualmente no avanço dos bancos estrangeiros na captação de recursos externos (Gráfico 4). Em 1995, os bancos nacionais, públicos e privados, responderam por 69,1% dos recursos totais captados no exterior pelo sistema bancário. Em 2005, a participação dos nacionais recuou para 41,5% enquanto a participação dos bancos com controle estrangeiro subiu de 22,8% para 35,8% no mesmo período. No caso dos bancos com participação estrangeira, a expansão foi ainda mais expressiva: de 8,1% em 1995 saltou para 22,6% em 2005. Se considerarmos, em conjunto, os bancos com controle e participação estrangeira, estes eram responsáveis por 58,4% do total dos recursos captados no exterior em 2005, contra somente 30,9% em 1995. A captação de recursos no exterior é sem dúvida uma alternativa de financiamento mais vantajosa para os bancos estrangeiros em comparação com os bancos brasileiros, pois se beneficiam dos *rating* de suas matrizes.

**Gráfico 4. Evolução na participação dos bancos na captação de recursos externos totais do sistema bancário (%)**



Fonte: Banco Central do Brasil – Relatório da Evolução do Sistema Financeiro Nacional. Vários números. Elaboração própria.

A conformação institucional resultante do processo de internacionalização e consolidação do sistema bancário será analisada nessa seção, a partir do exame dos dados contábeis dos cinquenta maiores bancos – bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal –, de acordo com a classificação por tamanho do ativo efetuada pelo Banco Central. Com o objetivo de verificar se o padrão de atuação é influenciado pela natureza do controlador, as instituições bancárias incluídas nessa amostra foram agrupadas, segundo a natureza do capital em: público federal, público estadual, privado nacional e privado estrangeiro (filiais de bancos estrangeiros e instituições com participação e com controle estrangeiro).

Para avaliar a direção e os resultados da reestruturação será analisada a seguir, a evolução das principais contas patrimoniais que integram os balancetes dos 50 maiores bancos: composição dos ativos e passivos, bem como das fontes de receitas e custos. Igualmente, serão examinados vários indicadores de desempenho, como custo operacional, eficiência, liquidez, inadimplência, rentabilidade patrimonial, entre outros.<sup>45</sup>

### 3.1 Reestruturação financeira e patrimonial

No processo de ajustamento às transformações no ambiente macroeconômico e concorrencial, os bancos seguiram estratégias variadas tanto no que se refere às aplicações e

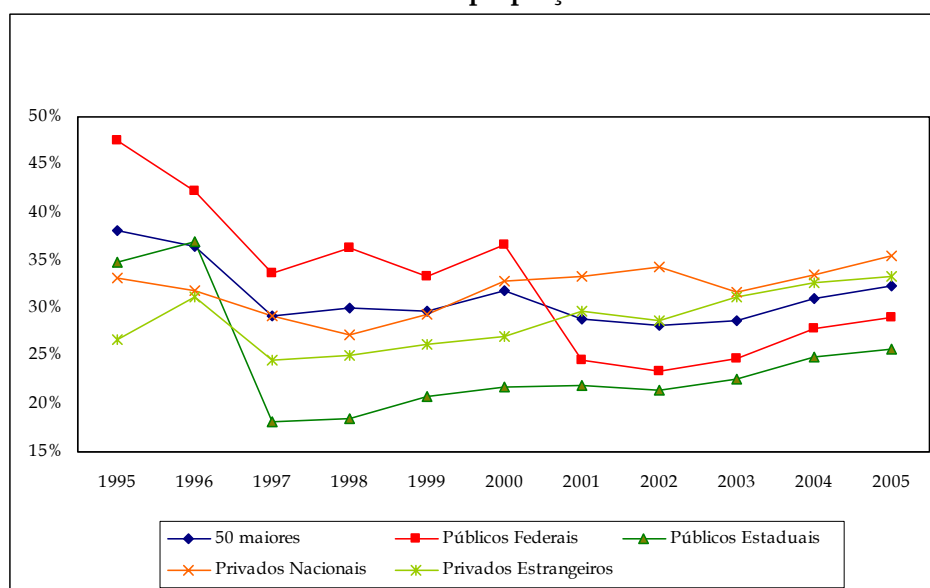
<sup>45</sup> No Anexo Metodológico são apresentados maiores detalhes sobre os indicadores que serão utilizados nessa seção.

fonte de recursos quanto à forma de ampliação da escala operacional (aquisição e incorporação *versus* crescimento orgânico).

No período 1995-2005, houve uma alteração expressiva na composição dos ativos dos cinquenta maiores bancos (Gráfico 5 e 6). Em dezembro de 1995, as operações de crédito representavam 38,1% dos ativos totais enquanto as aplicações com títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos correspondiam a 16,5%<sup>46</sup>. Em 2005, os montantes aplicados em operações de crédito eram apenas ligeiramente superiores ao volume de aplicação em títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos: 31% e 29%, respectivamente.

A ampliação das aplicações em títulos e valores mobiliários e a relativa perda de espaço das operações de crédito no período pós-real sugerem que a estabilidade de preços não foi suficiente para alterar a preferência pela liquidez do sistema bancário brasileiro em relação ao padrão dos anos de alta inflação. Isto porque prevaleceu no período um ambiente de instabilidade macroeconômica, entendida como volatilidade dos preços-chave (câmbio e juros), e de combinação desfavorável desses preços para o crescimento e o investimento produtivo.<sup>47</sup>

**Gráfico 5. Créditos como proporção dos ativos totais**

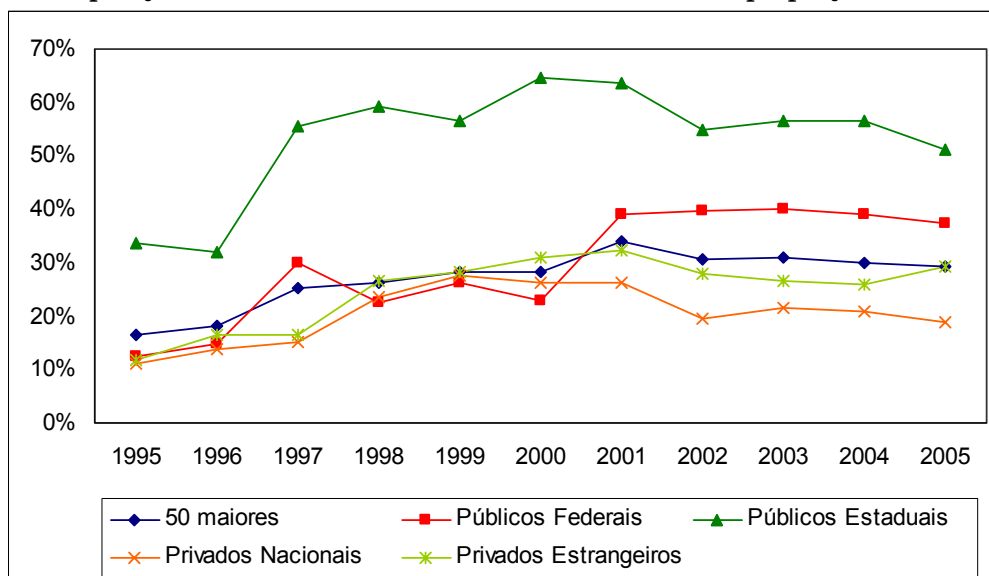


Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

<sup>46</sup> As operações de crédito e as aplicações em títulos e valores imobiliários são as principais contas do Ativo das instituições bancárias. Além delas, o Ativo compreende as disponibilidades (recursos em caixa dos bancos), aplicações e relações interfinanceiras, outros créditos e imobilizado.

<sup>47</sup> Informações apresentadas no Relatório de Estabilidade Financeira de novembro de 2006 mostram, contudo, que esse quadro se alterou ligeiramente com as aplicações em valores mobiliários crescendo em ritmo menor do que as operações de crédito. Com a ampliação da carteira de crédito, os bancos procuram compensar a diminuição das receitas com aplicações títulos em decorrência da diminuição na taxa de juros.

Gráfico 6. Operações com títulos e instrumentos derivativos como proporção dos ativos totais



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

O corte por natureza do capital mostra que a diminuição das operações de crédito como proporção dos ativos no período em exame foi puxada pelos bancos públicos, em particular os federais. Para os bancos privados, tanto nacionais como estrangeiro, ocorreu ampliação do crédito nos ativos totais. Em relação aos estrangeiros, chama igualmente a atenção o aumento das aplicações em títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, que saltou de 11,6% em 1995 para 26% em 2005, refletindo a preferência dessas instituições por títulos públicos, sobretudo indexados aos juros e câmbio como instrumento de proteção contra a alta volatilidade dessas variáveis.

No caso dos bancos públicos federais, embora a participação das operações de crédito no total dos ativos tenha crescido partir de 2003, atingindo 29% em 2005, não houve retorno ao patamar observado em 1995 (47,6%). Em contraste, ocorreu um extraordinário aumento nas aplicações em títulos e valores mobiliários que saltaram de 12,4% do total dos ativos em 1995 para 37,4% em 2005 (ou seja, um crescimento da ordem de 200%). Isto ocorreu em razão tanto da troca de ativos dessas instituições no âmbito do Proef como de políticas operacionais que priorizaram as rentáveis e líquidas aplicações em títulos, como será visto na seção 4.

Movimento semelhante é observado no caso dos bancos públicos estaduais. Nesse segmento, o saneamento das carteiras de crédito na preparação para privatização que envolveu a troca de ativos de baixa liquidez por ativos mais rentáveis e líquidos explica tanto o recuo da participação das operações de crédito como o salto das aplicações em títulos e valores imobiliários que de 33% em 1995 se eleva a 64,7% em 2000. A partir de 2001, ocorreu

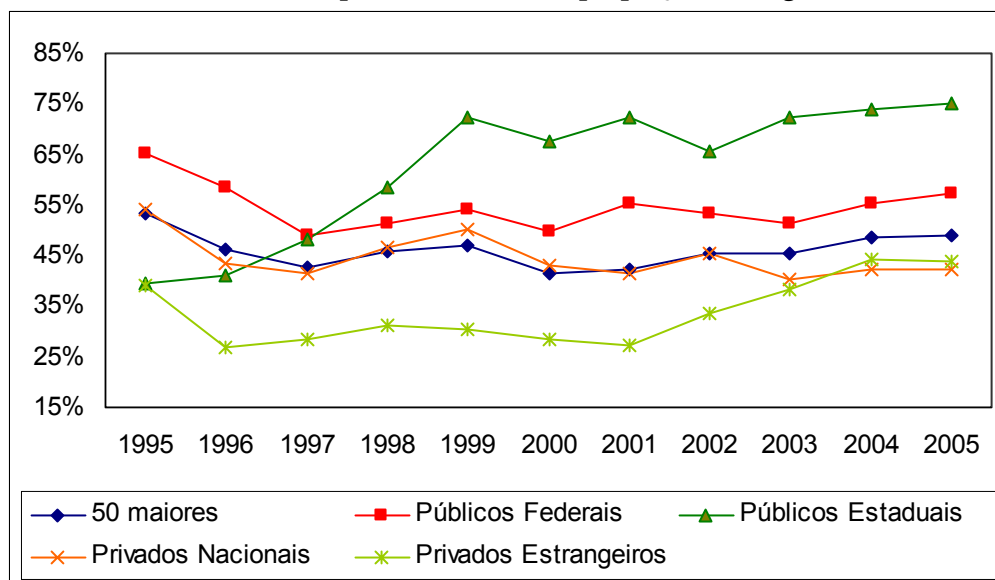


um relativo declínio no peso das aplicações em títulos, que, permanecem, contudo em um patamar bastante elevado (51,2% em 2005) quando comparado com os demais segmentos. Em contraposição, após ter caído para o menor nível em 1997 (18,2%), as operações de crédito ampliam continuamente a participação no total dos ativos, alcançando 25,7% em 2005.

No que se refere à obtenção de recursos, observa-se que a captação de depósitos, com destaque para as modalidades a prazo e de poupança, constituiu a principal forma de captação do sistema bancário brasileiro ao longo do período em exame (Gráficos 7 e 8) Para o conjunto dos 50 maiores bancos, os depósitos totais respondiam em 2005 por quase metade do passível exigível total.<sup>48</sup>

Há, contudo, diferenças quando se considera a composição do passivo pela origem do controle acionário. Para os bancos públicos, em 2005, os depósitos representavam 75,1% das obrigações totais dos bancos estaduais e 57,4% dos bancos federais. Nota-se, contudo, que em 1995 a importância dos depósitos era maior para os bancos federais (65,3%) do que para o segmento estadual (39,6%). Para os bancos privados nacionais, a participação dos depósitos no total do passivo exigível declinou de 54,2% em 1995 para 42,2% em 2005. Refletindo a aquisição de importantes instituições domésticas de varejo, a importância dos depósitos como fonte de recursos cresceu no segmento de bancos estrangeiros, atingindo 43,8% das obrigações totais em 2005 (39,1% em 1995).

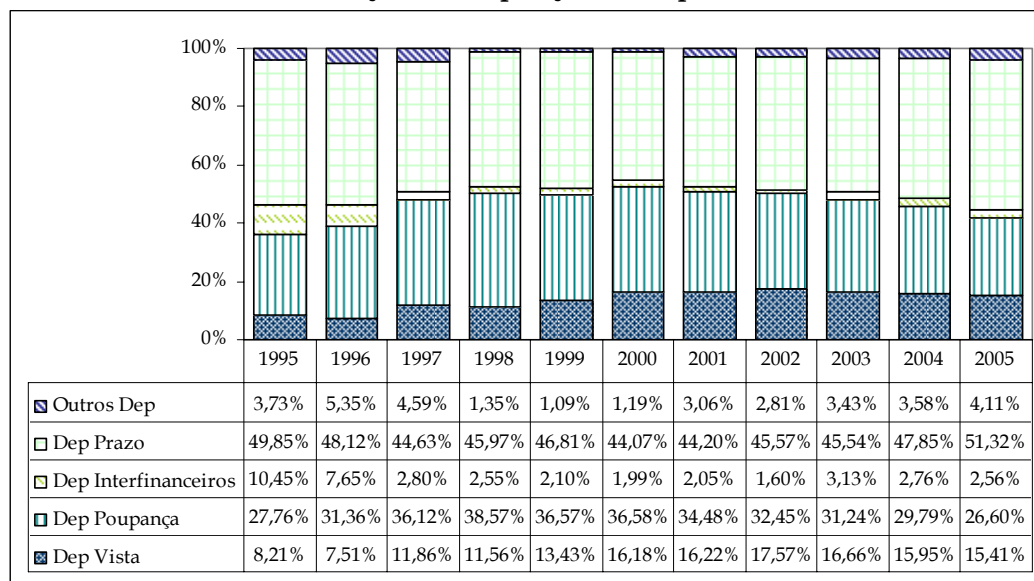
**Gráfico 7. Depósitos totais como proporção do exigível**



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

<sup>48</sup> Os dados sobre a evolução da composição do Passivo e dos depósitos totais são apresentados, respectivamente, nas Tabelas A2 e A3 do Anexo Estatístico.

Gráfico 8. Evolução da composição dos depósitos bancários

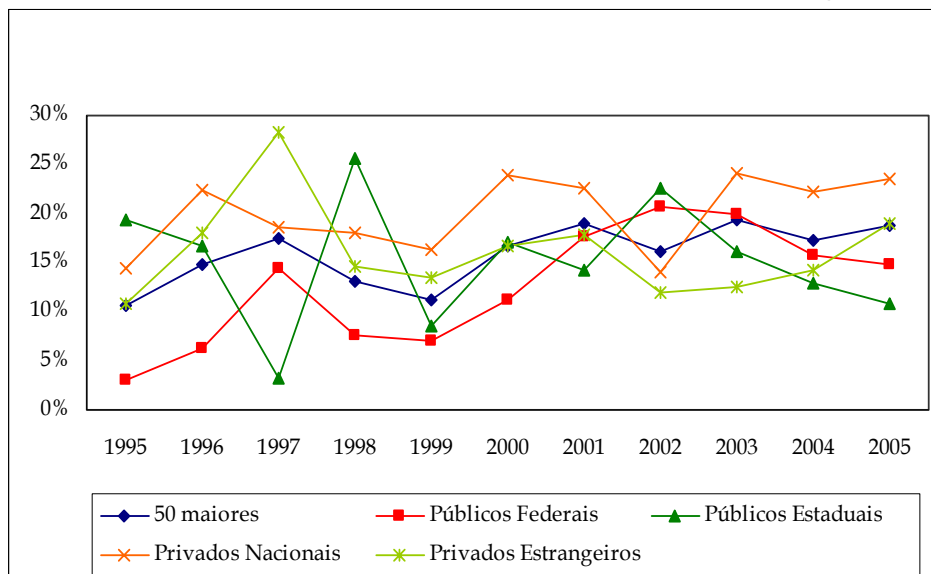


Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

A captação no mercado aberto constituiu a segunda principal fonte de recursos do sistema bancário brasileiro em 2005.<sup>49</sup> A participação dessa modalidade de *funding* no total do passivo exigível das 50 maiores instituições subiu de 10,6% em 1995 para 18,8% em 2005 (Gráfico 9). O segmento dos bancos estaduais é o único que registra declínio nessa modalidade, cuja participação nas obrigações totais recua de 19,4% para 10,8% entre 1995 e 2005. Em contraste, para os bancos federais a captação no mercado aberto ganhou importância, respondendo por 14,9% em 2005 (contra apenas 3,1% em 1995). Também nos segmentos privados, nacional e estrangeiro, a captação no mercado aberto ampliou sua participação como fonte de financiamento. No caso dos bancos privados, essa modalidade saltou de 14,4% em 1995 para 23,5% em 2005, enquanto para os bancos estrangeiros o peso dessa modalidade subiu para 19% em 2005 (10,9% em 1995).

<sup>49</sup> A conta captação no mercado aberto inclui os fundos de investimentos e as operações compromissadas com títulos.

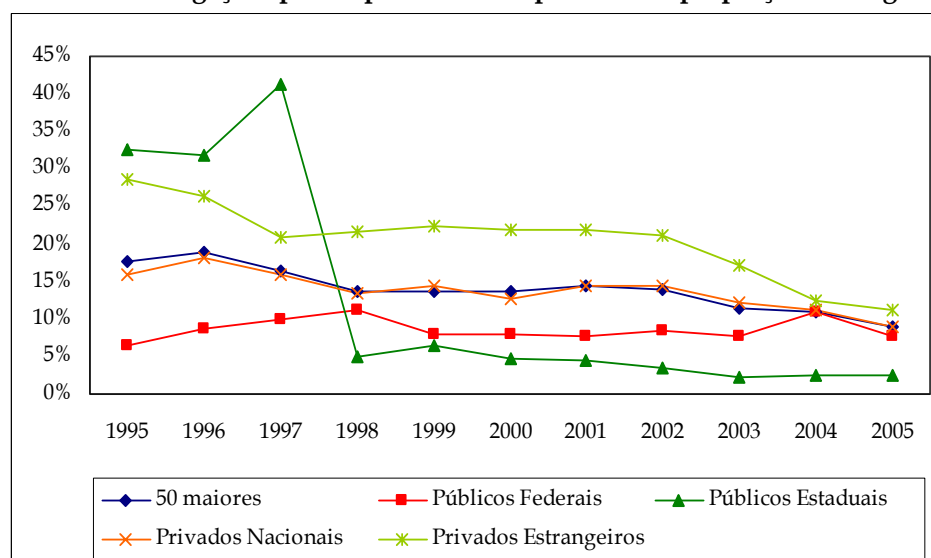
Gráfico 9. Captação no mercado aberto como proporção do exigível



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

No período analisado, verifica-se igualmente, a perda de importância das obrigações por empréstimos e repasses, cuja participação no passivo exigível se reduziu de 17,7% em 1995 para 8,9% em 2005 no conjunto dos 50 maiores bancos (Gráfico 10). O declínio foi ainda mais acentuado no segmento dos bancos estaduais, em razão das privatizações. Única exceção dentre os segmentos foi o dos bancos federais, que registrou, no período em foco, ampliação ainda que modesta da participação das obrigações por empréstimos e repasses (7,7% em 2005 contra 6,5% em 1995).

Gráfico 10. Obrigações por empréstimos e repasse como proporção do exigível



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

A evolução dos números de funcionários e de agências constitui outro indicador

importante na análise da reestruturação financeira e patrimonial do sistema bancário brasileiro. No processo de ajuste desencadeado pela estabilização dos preços e perdas dos ganhos decorrentes da inflação, os bancos reduziram esses números como forma de cortar custos operacionais. Como mostra os dados relativos aos 50 maiores bancos, o número de funcionários declinou de 592.278 em 1995 para 478.857 em 1999, voltando a subir na década atual, embora sem retornar ao patamar inicial: 512.218 em 2005. O número de agências também diminuiu entre 1995 e 1998, embora em menor intensidade, voltando a crescer em seguida, revelando que – a despeito dos fortes investimentos em automação e em informática para viabilizar transações pela internet –, os bancos buscaram ampliar sua capilaridade.<sup>50</sup>

**Tabela 7. Sistema Bancário - Evolução do Número de Funcionários e de Agências**

Ano	Nº Func		Nº Agências		Func/Agência	
	Abs	Índice	Abs	Índice	Abs	Índice
1995	592.278	100,0	16.123	100,0	36,7	100,0
1996	541.992	91,5	15.760	97,7	34,4	93,6
1997	501.110	84,6	15.370	95,3	32,6	88,8
1998	493.650	83,3	15.439	95,8	32,0	87,0
1999	478.857	80,9	15.545	96,4	30,8	83,9
2000	501.983	84,8	16.103	99,9	31,2	84,9
2001	483.235	81,6	16.682	103,5	29,0	78,9
2002	488.921	82,5	17.173	106,5	28,5	77,5
2003	483.139	81,6	16.891	104,8	28,6	77,9
2004	497.697	84,0	17.400	107,9	28,6	77,9
2005	512.218	86,5	17.847	110,7	28,7	78,1

Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

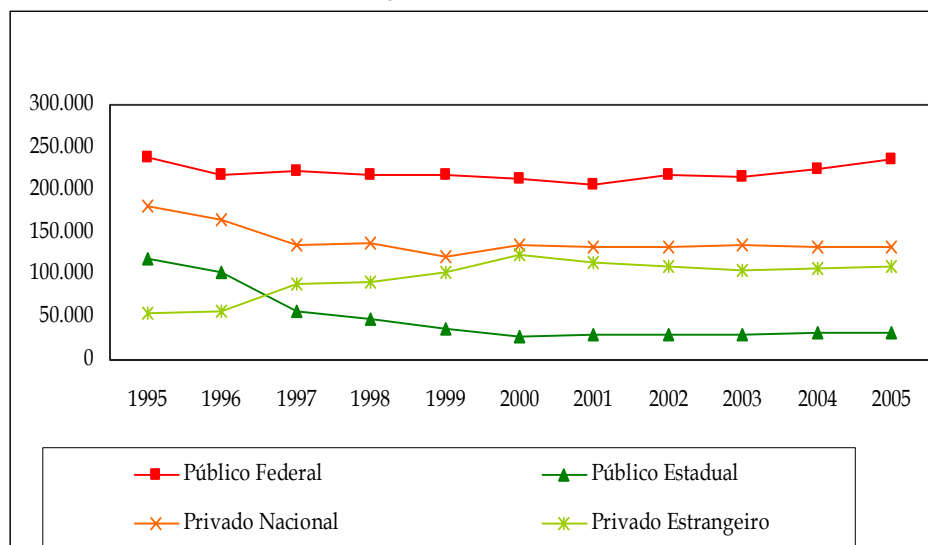
Considerando a origem do controlador (Gráfico 11), observa-se que a redução do número de funcionários no segmento bancário privado nacional concentrou-se no período 1995-97, com diminuição da ordem de 26% (de 180.445 em 1995 caiu para 134.410 em 1997). Além da automação, os bancos privados nacionais terceirizaram várias atividades. Desde 2000, o número de funcionário nesse segmento se manteve relativamente estabilizado no patamar de 133 mil. Já no caso dos bancos federais, após retração de 14% no período 1995-2001, o número de funcionários voltou a subir na presente década, em razão da forte ampliação da base de clientes.<sup>51</sup> Em 2005, o número de funcionários dos bancos federais, da ordem de 236.149, praticamente retornou ao patamar em 1995. No caso dos bancos estrangeiros, o número de funcionário aumentou entre 1995 e 2000, com as aquisições de

<sup>50</sup> Os dados sobre a evolução dos números de funcionários e agências em cada um dos segmentos dos bancos por natureza de capital são apresentados nas Tabelas A4 e A5 no Anexo Estatístico.

<sup>51</sup> A base de clientes pessoas físicas do Banco do Brasil saltou de 6,1 milhões em 1996 para 10,4 milhões em 1998. A partir de 2003, houve um novo salto para 18,8 milhões em 2003, alcançando 22,9 milhões em 2005. Já a CEF saltou de 23,1 milhões de clientes em 2002 para 35 milhões em 2005.

importantes bancos varejistas. No triênio, 2001-2003, o número de funcionários se reduz em 16,4% em relação a 2000, voltando a subir lentamente em 2004 e 2005.

**Gráfico 11. Evolução do número de funcionários**

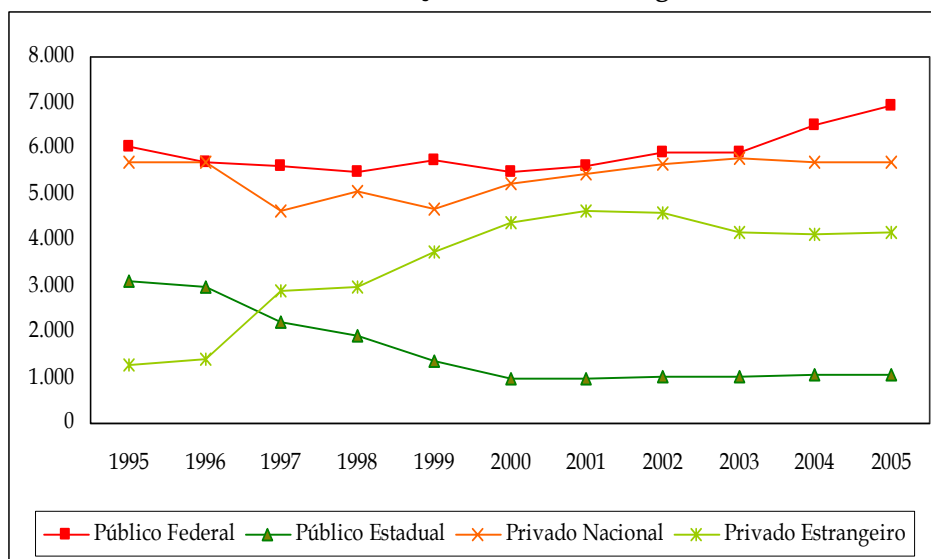


Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

No que se refere ao número de agências, os bancos estrangeiros são o segmento que registrou a maior ampliação no número de agências ao longo do período 1995-2005 (Gráfico 12). Em função das aquisições de importantes bancos varejistas, como Bamerindus, Real e Banespa, e da estratégia de crescimento orgânico dos Citi e do BankBoston, o número de agências dos bancos estrangeiros saltou de 1.275 em 1995 para 4.640 em 2001, declinando para 4.149 em 2005, em razão, principalmente, da compra do BBVA pelo Bradesco, que incorporou as agências desse banco espanhol aqui no Brasil.

Nos demais segmentos, como mencionado, a diminuição no número de funcionários foi acompanhada de uma menor redução inicial do número de agências. No segmento dos bancos privados nacionais enquanto o número de funcionários retraiu 26% entre 1995-97, o número de agências declinou 14% no mesmo período. No caso dos bancos públicos federais, houve um corte de 9% das agências no período 1995-2000, com o fechamento, sobretudo, de agências em cidades onde havia sobreposição entre o BB e a CEF. Todavia, partir de 2001, esse segmento voltou a instalar agências, em ritmo que se intensificou no biênio 2004-2005. O número de agências dos bancos federais que totalizava 6.933 em 2005, superava em 15% o existente em 1995 (6028).

Gráfico 12. Evolução do número de agências



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Todas essas alterações identificadas nas estratégias operacionais do sistema bancário brasileiro ao longo do período 1995-2005 se refletiram consequentemente na estrutura das receitas e despesas, bem como na rentabilidade patrimonial dessas instituições. Os perfis das receitas e despesas variam, contudo, entre os distintos segmentos que compõe a amostra dos 50 maiores bancos, indicando as diferenças nas estratégias de aplicação dos ativos e de gestão dos passivos, bem como de graus de alavancagem.<sup>52</sup>

No lado das receitas, observa-se, que a despeito das oscilações resultantes da instabilidade macroeconômica, as receitas provenientes das operações de crédito prevaleceram se manteve como a principal fonte de ganho do sistema bancário (Gráfico 13). Entre 1996 e 2002, importância relativa dessa modalidade de receita diminuiu com recuo na participação nas receitas totais de 50,4% para 35,0% para o conjunto dos 50 maiores bancos. Com o novo ciclo de crédito que se iniciou em 2003, essas receitas voltaram a crescer, atingindo 43,7% em 2005, ainda bem abaixo do patamar de 1996. As diferenças entre os segmentos bancários por natureza do capital são, contudo, consideráveis.

<sup>52</sup> Os dados sobre a evolução das receitas e despesas no período 1995-2005 são apresentados nas Tabelas A6 e A7 do Anexo Estatístico.

**Gráfico 13. Evolução das receitas com operações de crédito (% das receitas totais)**

Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

No caso dos bancos públicos, e em particular dos federais, a perda de importância das receitas com operações de crédito foi mais acentuada que nos demais segmentos em razão do saneamento das carteiras de crédito, da priorização de aplicações mais líquidas e mais rentáveis e da cobrança de tarifas por serviços. Em contrapartida, se elevaram os ganhos com aplicações em títulos e com prestação de serviço, que passam a responder por parcela crescente das receitas totais desses segmentos (Gráficos 14 e 15).

Para o segmento dos bancos federais, a retração da importância das receitas provenientes das operações de crédito foi particularmente intensa entre 1998-2002, quando atingiu seu patamar mais baixo de participação nas receitas totais: 24,6% (52,5% em 1995). Em 2003, à semelhança do que se verificou para o conjunto dos 50 maiores bancos, a participação das receitas de operação de crédito nas totais volta a crescer, atingindo 32,2%, com ampliação do crédito às pessoas físicas. Essa participação, todavia, é a menor observada entre todos os segmentos.

Em contraste, no segmento dos bancos privados nacionais, as receitas de operações de crédito prevaleceram sobre as demais ao longo de todo o período em análise, mantendo-se acima do patamar de 45% das receitas totais. Observe-se, que em 2005, a participação das receitas provenientes das operações de crédito era ligeiramente superior àquela verificada em 1995: 51,8% contra 51%. No caso dos bancos estrangeiros, em virtude do aumento da internacionalizada do sistema bancário, a importância das receitas de operações de crédito cresceu de forma mais expressiva, alcançando 46,4% em 2005 (41,9% em 1995)

Dentre as receitas do sistema bancário brasileiro, aquelas provenientes das operações

de tesouraria (aplicações em títulos e valores mobiliários) são a segunda mais importante, respondendo por mais de um quarto das receitas totais dos 50 maiores bancos. Para os bancos públicos, a importância dessas receitas era ainda maior em 2005: 38,5% do total das receitas no caso dos bancos estaduais e 34,7% no caso dos bancos federais (18,3% em 1995), que se beneficiaram de troca de ativos de baixas liquidez e rentabilidade por títulos federais a valor de mercado nos processos de saneamento.

**Gráfico 14. Evolução das receitas com títulos e valores mobiliários (% das receitas totais)**

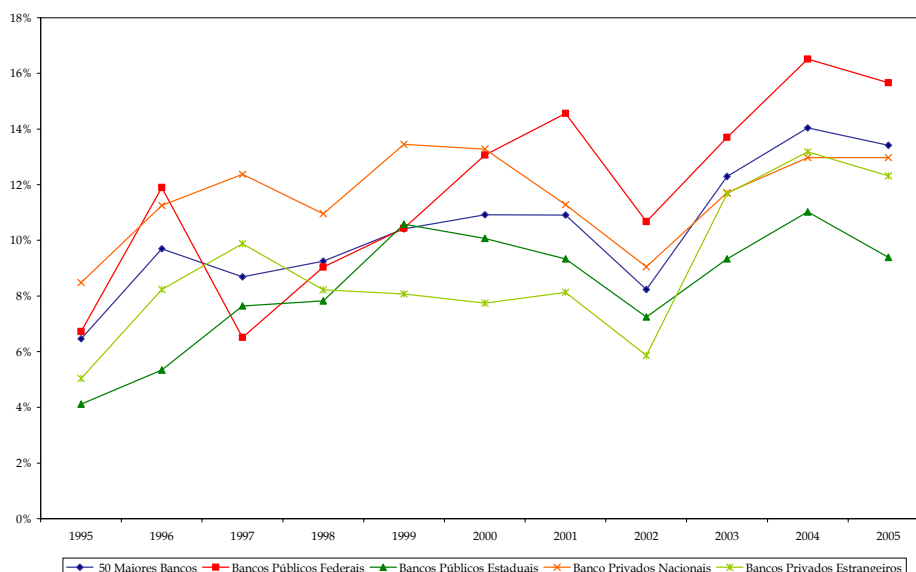


Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

A ampliação das receitas com prestação de serviços como forma de compensar a perda com os ganhos decorrentes da inflação foi uma estratégia largamente utilizada pelo sistema bancário brasileiro, em particular, a partir de 1996 quando houve total flexibilização das normas que restringiam essas cobranças, como já mencionado. Independentemente da natureza do capital, todos os bancos passaram a cobrar tarifas por serviços anteriormente oferecidos gratuitamente aos clientes. Todavia, no caso dos bancos federais, esse aumento foi o mais notável. Nesse segmento, os ganhos com prestação de serviços atingiram 15,7% das receitas totais (6,7% em 1995), patamar bem superior ao observado nos demais segmentos: 9,4% nos bancos públicos estaduais, 12,3% nos bancos privados estrangeiros e 13,0% nos bancos privados nacionais.



**Gráfico 15. Evolução da receita com prestação de serviços (% das receitas totais)**



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

A análise da composição das despesas do sistema bancário no período 1995-2005 também revela as diferenças nas estratégias de captação e operacionalização.<sup>53</sup> O aumento das aplicações em títulos públicos e a utilização das operações compromissadas lastreadas nesses papéis como fonte de captação alternativa aos depósitos, como mencionado anteriormente, explicam porque os gastos com captação no mercado aberto superam as demais despesas de intermediação. Para todos os segmentos por natureza do capital, essas despesas representavam acima de 40% das despesas totais no segundo semestre de 2005, embora em patamar menor do que o observado no início do período, em razão da queda dos juros, que reduz o custo de carregamento dos títulos (Gráfico 16).

<sup>53</sup> As informações disponíveis sobre as contas de resultado do sistema bancário na base de dados do Banco Central sobre os 50 Maiores Bancos referem-se ao segundo semestre e não ao exercício anual como as contas do ativo, passivo e patrimônio líquido. Ver: Anexo Metodológico.

Gráfico 16. Evolução das Despesas com captação no mercado aberto

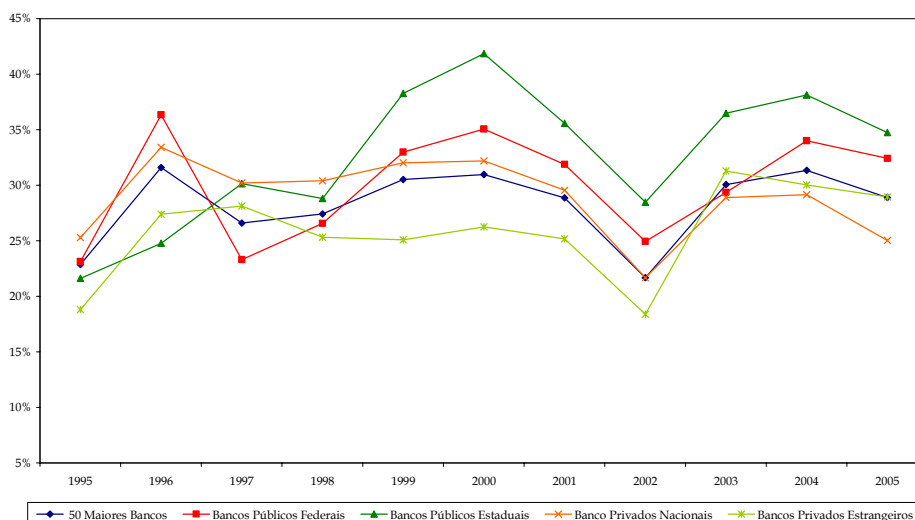


Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

As despesas administrativas representam o segundo maior custo do sistema bancário. Para o conjunto dos 50 maiores bancos, o peso das despesas administrativas nas despesas totais aumentou de 22,9% no segundo semestre de 1996 para 28,9% no segundo semestre de 2005, com forte oscilação ao longo do período (Gráfico 17). Nos diferentes segmentos, a evolução das despesas administrativas apresenta, contudo, padrão diferenciado. Para os bancos públicos e bancos estrangeiros, o aumento das despesas administrativas foi mais acentuado do que nos bancos privados nacionais, para os quais a participação dessa modalidade de despesa nos custos totais manteve-se praticamente inalterada se for considerado apenas os dois extremos do período (25,3% em 1995 e 25,0% em 2005, ambos no segundo semestre do ano).

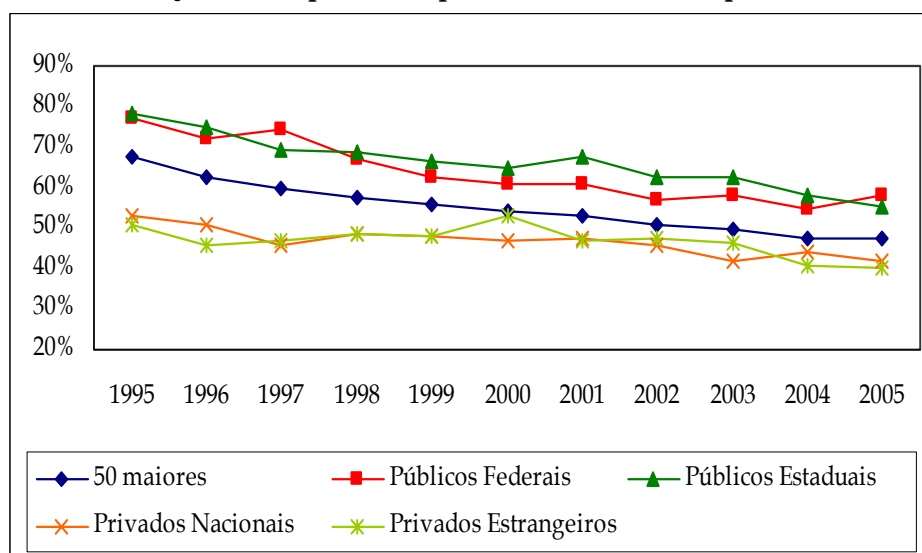
Todavia, em razão da redução do quadro de funcionários, da terceirização e da automação de várias funções e atividades, o peso das despesas com folha de pessoal declinou consideravelmente ao longo do período 1995-2005 em todos os segmentos (Gráfico 18). Para o conjunto dos 50 maiores bancos, a participação dos gastos com pessoal no total das despesas administrativas caiu de 67,4% no segundo semestre de 1995 para 47,4% no segundo semestre de 2005. Embora tenha ocorrido ajuste no número de funcionários nos bancos públicos federais, em razão da necessidade de ampliação do quadro funcional face à forte expansão da base de clientes, nesse segmento as despesas de pessoal respondiam no segundo semestre de 2005 por 58,1% das despesas administrativas (77,5% no segundo semestre de 1995), bem acima dos percentuais dos bancos privados nacionais (42,1%) e estrangeiros (39,9%).

Gráfico 17. Evolução das despesas administrativas



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Gráfico 18. Evolução das despesas com pessoal no total das despesas administrativas



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

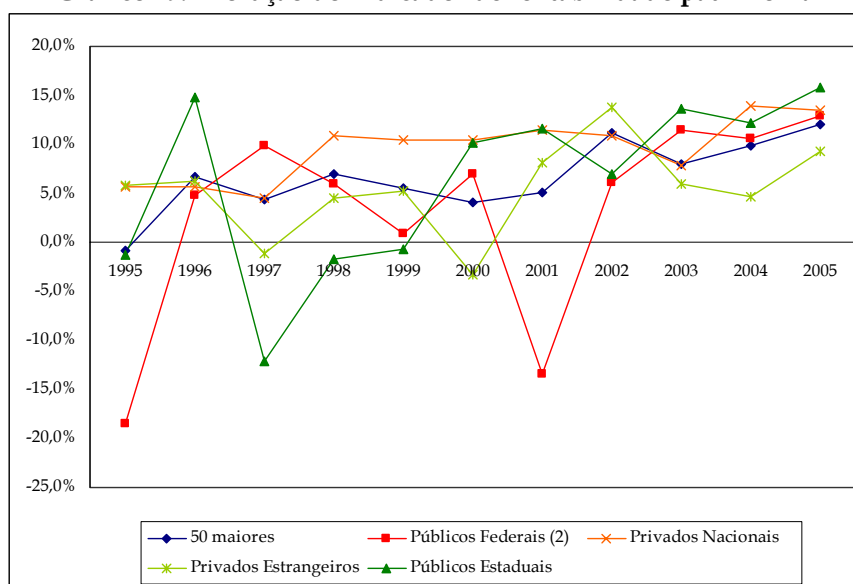
O desempenho do sistema bancário pode ser avaliado comparando a rentabilidade sobre o patrimônio líquido. Embora os dados sobre lucro líquido se refiram exclusivamente ao resultado apurado de julho a dezembro e não ao exercício anual como o patrimônio líquido, esse indicador oferece informações úteis, ainda que subestimada, sobre a rentabilidade patrimonial no período 1995-2005.

Para o conjunto dos 50 maiores bancos, observa-se que, à exceção do segundo semestre de 1995, quando o resultado foi influenciado pelo prejuízo do Banco do Brasil, o indicador apresenta valores positivos ao longo do período em exame. Nos anos recentes, a

rentabilidade patrimonial dos bancos incluídos na amostra foi bastante elevada (Gráfico 19).

No corte por natureza do capital, todavia, o exame revela desempenho heterogêneo, influenciado pelo resultado negativo de algumas instituições de maior peso. No caso dos bancos federais, por exemplo, a variabilidade do indicador reflete os prejuízos incorridos pelo BB no segundo semestre de 1995 e pela CEF no segundo semestre de 2001. No caso dos bancos estrangeiros, o segmento registrou resultado negativo no segundo semestre de 1997 e segundo semestre de 2000, sendo que, nesse último ano, o desempenho do grupo foi afetado pela incorporação do Banespa que registrou elevado prejuízo.

**Gráfico 19. Evolução do indicador de rentabilidade patrimonial**



**Fonte:** Banco Central do Brasil - Top 50. **Elaboração própria.**

**Notas:**

(1) Para evitar distorções foram excluídos do cálculo desse indicador, os bancos que registravam Patrimônio Líquido negativo: Banerj em 1995; Bamerindus em 1997; Banestado e BEG em 1998.

(2) No segundo semestre de 1995, o Banco do Brasil incorreu em prejuízo. No segundo semestre de 2001, em virtude dos ajustes realizados em cumprimento do Programa de Fortalecimento das Instituições Federais, a CEF e o BNB registraram forte prejuízo.

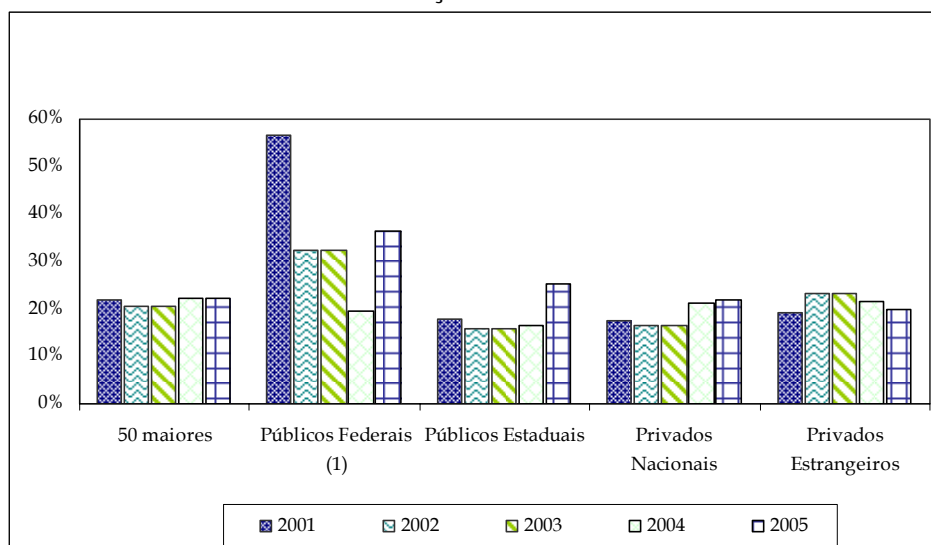
No conjunto de dados contábeis dos 50 maiores bancos relativos ao período 1995-2005 as informações sobre os índices de Basileia e de imobilização (que refletem, respectivamente, o nível de capital das instituições ponderado pelos riscos dos ativos e as aplicações em imóveis) cobrem apenas os cinco últimos anos (Gráfico 20 e 21). Ambos indicadores são monitorados pelo Banco Central, uma vez que a regulamentação prudencial em vigor, baseada no Acordo de Basileia do qual o Brasil se tornou signatário em 1994, estabelece um percentual mínimo de 11% para o capital próprio (índice de Basileia) e um percentual

máximo de 50% para o índice de imobilização.<sup>54</sup>

Mesmo sem informação para o todo o período em exame, é possível inferir que, no processo de reestruturação patrimonial do sistema bancário brasileiro ocorreu tanto reforço da capitalização como redução do imobilizado. Além da exigência legal de se adequar ao requerimento mínimo de capital de 11% dos ativos ponderados pelo risco, os bancos reduziram seus investimentos em imóveis, substituindo a posse dos imóveis nos quais estão instaladas as agências pelo aluguel mediante contrato de longa duração com os adquirentes dos imóveis.

Na presente década, o indicador de imobilização recuou de 28,7% para 19,7% para o conjunto dos 50 maiores bancos. A melhora nesse indicador foi ainda mais expressiva no caso dos bancos privados nacionais (22,1% em 2005 contra 40,5% em 2001). No que se refere ao índice de Basileia, nota-se que, em média, os bancos incluídos entre os 50 maiores possuíam 22,3% de capital, ou seja, mais do que o dobro do mínimo capital requerido pela regulamentação em vigor. Em ambos os indicadores houve notável melhoria, o que sugere que sistema bancário está mais hígido e mais preparado para enfrentar as oscilações adversas nos juros, câmbios e ampliação dos níveis de inadimplência.

**Gráfico 20. Evolução do índice de Basileia**



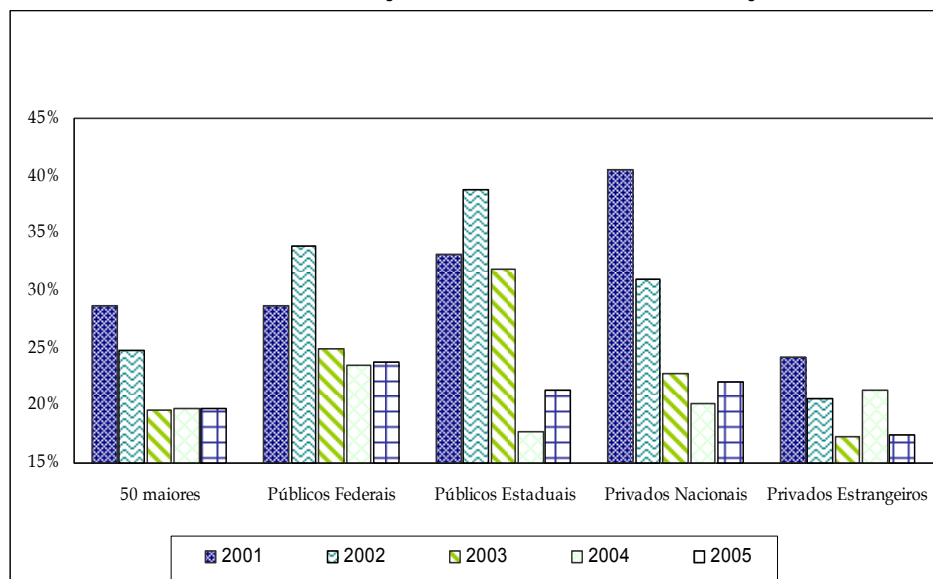
Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Nota:

(1) em 2001, o Besc apresentava Índice de Basileia de 180% e o Basa de 62%.

<sup>54</sup> O limite máximo atual de imobilização foi fixado pela Resolução 2.669 de 1999. Esse índice expressa a relação entre o patrimônio e o ativo permanente. Os principais objetivos deste limite são garantir que recursos de terceiros não sejam aplicados em imobilizações e que as instituições operem com o mínimo de capital próprio.

Gráfico 21. Evolução do indicador de imobilização



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Para avaliar como os bancos brasileiros, privados e públicos, e os estrangeiros que operam no país se saíram na redefinição dos padrões de atuação em um ambiente em profunda transformação e de concorrência acirrada, examina-se a seguir um conjunto de indicadores de desempenho referentes ao período 1995-2005.

### 3.2 Padrões de atuação

Como já mencionado, a construção de vantagens competitivas é um dos mecanismos centrais da concorrência bancária. Ao contrário do que sustenta a visão convencional, que privilegia a concorrência via preço<sup>55</sup>, a concorrência no sistema bancário brasileiro é acirrada, a despeito de não se traduzir em redução dos *spreads* e dos preços das tarifas cobradas pelos serviços. Como qualquer entidade com fins lucrativos, os bancos buscam continuamente a ampliação dos seus lucros seja por meio do diferencial de taxa de juros entre suas aplicações ativas e os recursos captados, seja por meio das comissões e tarifas obtidas com os múltiplos serviços ofertados, seja por meio da incorporação de avanços tecnológicos.

Ao longo do período analisado nesse relatório, os bancos nacionais e estrangeiros buscaram obter vantagens competitivas em relação aos seus rivais de várias maneiras, ao mesmo tempo em que adaptavam suas estratégias operacionais ao novo ambiente macroeconômico. As principais armas utilizadas no processo concorrencial foram: a absorção de concorrentes, com carteira de operações ativas e/ou redes de agência complementar; a incorporação de tecnologias que permitem aperfeiçoar controles, simplificar processos e

<sup>55</sup> Ver, por exemplo, Belaisch (2003).

ampliar a oferta de serviços a menor custo; o marketing para consolidação da imagem e da marca; adoção de estratégias comerciais mais agressivas para ampliar as atividades, base de cliente e a venda de produtos e serviços.

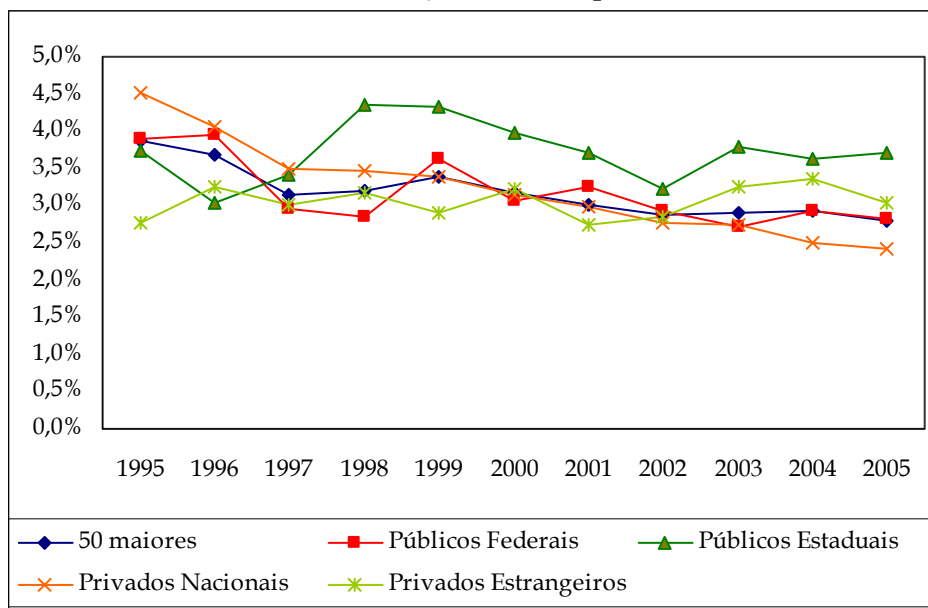
Nem todas as instituições bancárias que integram a amostra dos 50 maiores bancos foram bem-sucedidas em suas estratégias concorrenciais. Várias dentre elas faliram e/ou foram absorvidas pelos rivais, o que, como foi visto no início dessa seção, resultou em maior concentração do sistema (Tabela 4). Porém, considerado em seu conjunto, esses bancos se fortaleceram, com melhoria em vários dos indicadores de desempenho. A disputa por mercado levou os bancos a buscar redução dos custos e riscos e aumento da eficiência operacional.

Ao longo do período em análise, o conjunto dos 50 maiores bancos conseguiu reduzir e forma sustentada os seus custos operacionais (Gráfico 22). Embora os dados se refiram aos valores acumulados de julho a dezembro de cada ano, nota-se que o custo operacional declinou de 3,9% no segundo semestre de 1995 para 2,8% no segundo semestre de 2005. O corte pela origem do controlador, revela que os bancos privados nacionais tiveram maior sucesso que os seus concorrentes em cortar custos em suas atividades operacionais. No segundo semestre de 2005, esse segmento apresentava um custo operacional de 2,4% (4,5% no segundo semestre de 1995), bem abaixo dos bancos federais (2,8%), dos bancos estrangeiros (3,0%) e dos públicos estaduais (3,7%). Em relação a esse último segmento, observa-se que, à exceção do biênio 1995-96, os custos operacionais permaneceram sempre em nível bem superior ao dos demais.

O aumento da eficiência gerencial do sistema bancário brasileiro ao longo do período em exame também é confirmado pelo indicador de eficiência que relaciona as despesas administrativas e tributárias com o resultado bruto da intermediação mais as receitas com prestação de serviço (Gráfico 23). Tanto o conjunto dos 50 maiores bancos como cada um dos segmentos bancários por natureza obteve sucesso em ampliar a eficiência, reduzindo esse índice (quanto menor melhor) de forma expressiva no período considerado. Uma vez, os bancos privados nacionais se destacam pelo melhor desempenho *vis-à-vis* aos demais concorrentes: queda para 0,59 no segundo semestre de 2005 (1,0 no segundo semestre de 1995). Esse indicador revela ainda o grande esforço realizado pelos bancos públicos federais para ampliar sua eficiência e se aproximar dos seus concorrentes privados. Nesse segmento, o indicador de eficiência caiu de 2,88 no segundo semestre de 1995 para 0,77 no segundo semestre de 2005. Embora ainda permaneça distante do padrão dos bancos privados nacionais, os bancos federais estão próximos dos bancos estrangeiros, que são instituições

que operam com estruturas bem menores.

**Gráfico 22. Evolução do custo operacional<sup>(1)</sup>**

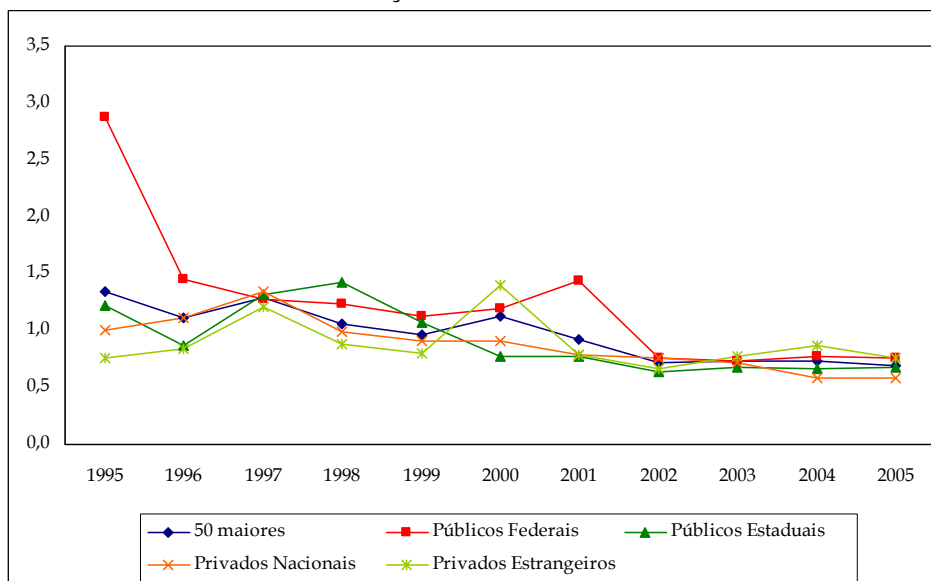


Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Nota:

(1) Relação entre despesas administrativas e os ativos totais.

**Gráfico 23. Evolução do indicador de eficiência<sup>(1)</sup>**



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Nota:

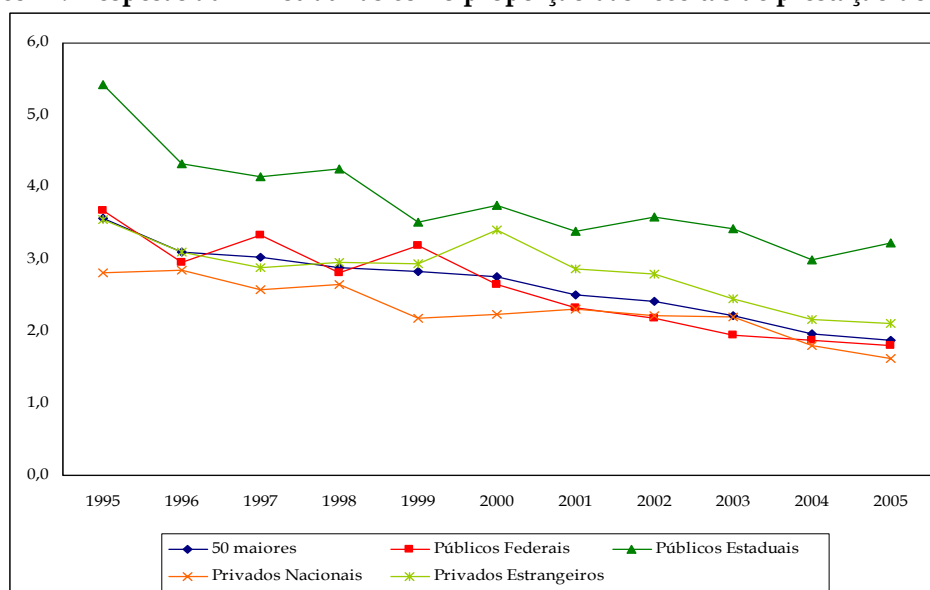
(1) Relação entre a soma das despesas administrativas e tributárias e a soma do resultado bruto da intermediação e das receitas com prestação de serviços.

Em resultado da generalização da livre cobrança de tarifas no esforço de recomposição das receitas após a queda novo volume de *floating* e ganhos com inflação, as rendas provenientes de prestação de serviço passaram a cobrir parcela crescente tanto do total das



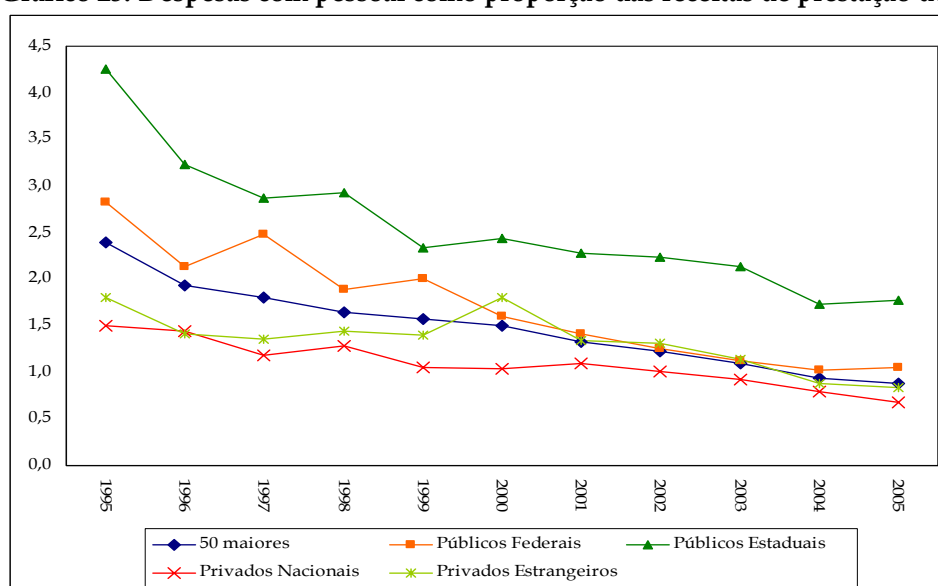
despesas administrativas como das despesas com pessoal (Gráficos 24 e 25). Conhecidos como indicadores de cobertura, essas relações entre as receitas de prestação de serviço e despesas administrativas indicam a elevação da produtividade no setor bancário associada à incorporação de novas tecnologias nas áreas de informática e telecomunicação. No caso dos bancos privados, as receitas com prestação de serviço superavam, em 2005, as despesas com a folha de pessoal em 30% no caso dos privados nacionais e de 20% nos bancos estrangeiros. No segmento dos bancos federais, havia total equivalência entre essas modalidades de receitas e despesas.

**Gráfico 24. Despesas administrativas como proporção das receitas de prestação de serviço**



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

**Gráfico 25. Despesas com pessoal como proporção das receitas de prestação de serviço**



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

A ampliação da produtividade pode igualmente ser avaliada pela evolução da relação entre os ativos e os números de funcionários e agências (Gráfico 26 e 27). Com a redução do quadro de funcionários e de agências pouco rentáveis, associada aos investimentos em automação e ao crescimento das transações via internet, os volumes de ativos por funcionários e por agência cresceram de forma considerável entre 1995 e 2005. Para o conjunto dos 50 maiores bancos, a relação volume de ativos por funcionário saltou de R\$ 749,8 em dezembro de 1995 para R\$ 2.746 em 2005 (variação nominal de 266,3% e real de 30,2%) enquanto a relação volume de ativos por agências se elevou de R\$ 27,5 mil para R\$ 78,8 mil (crescimento nominal de 186% e real de 1,7%).<sup>56</sup>

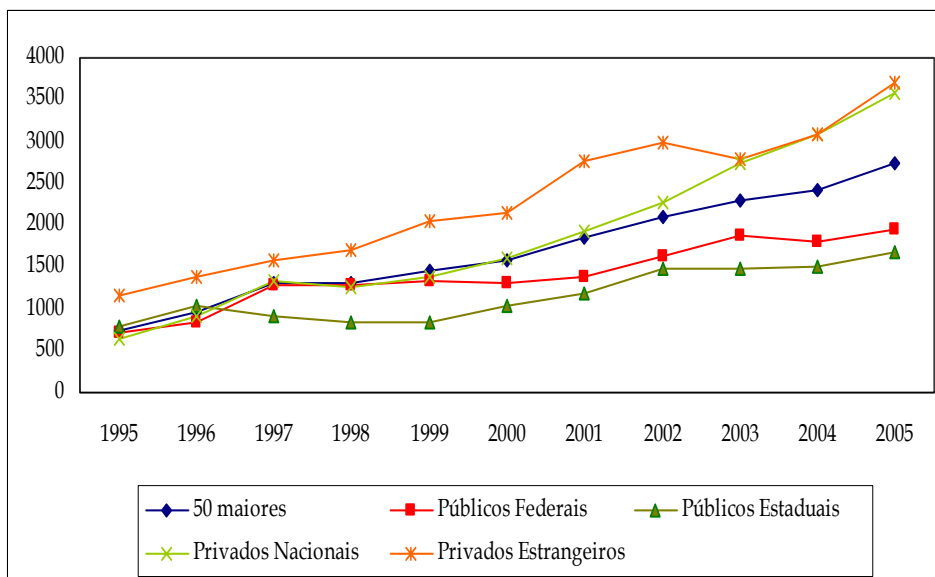
O aumento da produtividade do setor se concentrou no segmento dos bancos privados, em particular dos bancos nacionais, para os quais expansão foi bastante expressiva: incremento real de 97,2% na relação ativos por funcionários e de 45,9% na relação ativos por agências (crescimento nominal, respectivamente, 455% e 310%). Os bancos estrangeiros que já operavam com nível elevado de produtividade se mantiveram a frente dos seus concorrentes: R\$ 3.710 por funcionário (aumento real de 13,5% em relação a 1995). Porém, no que se refere à relação volume de ativos por agência, embora operassem em 2005 com o nível mais elevado entre todos os segmentos (R\$ 99,1 mi por agências), em termos reais, esse indicador retraiu 28,7% em comparação com 1995, uma vez que esses bancos ampliaram suas redes de agências ao longo do período analisado (Gráfico 12).

No caso dos bancos públicos, embora tenha havido melhora dos indicadores em termos nominais, houve decréscimo em termos reais no volume de ativos por funcionários e por agências (respectivamente, -1,6% e -15,3% para os bancos federais e -24,8% e -41,2% para os bancos estaduais). No caso das instituições bancárias federais, a razão para esse pior desempenho em relação aos bancos privados pode ser explicada pela ampliação do número de agências e funcionários para atender uma base de clientes muito mais ampla, incluindo a população de baixa renda que anteriormente não possuíam acesso ao sistema bancário.

---

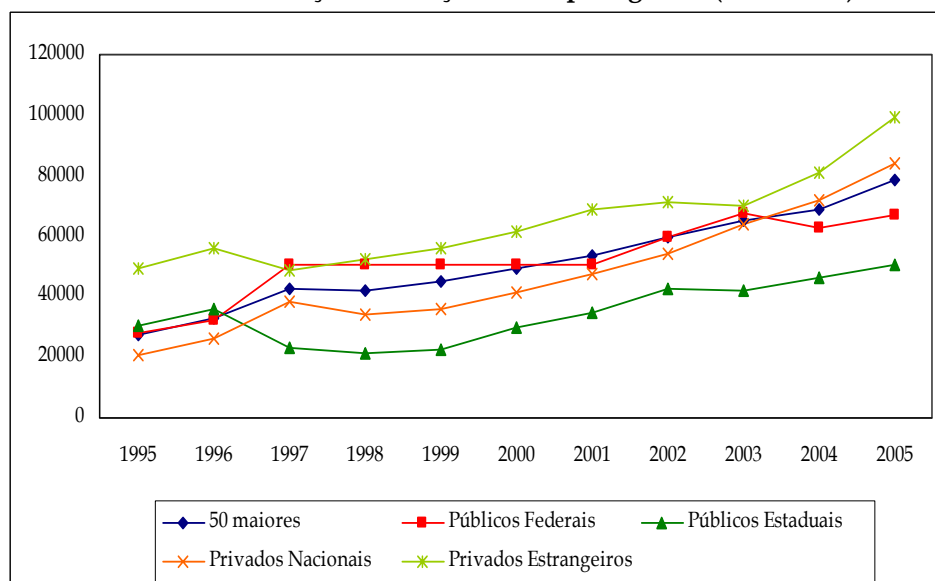
<sup>56</sup> Os dados sobre a evolução do volume dos ativos por funcionário e por agência são apresentados na Tabelas A8 e A9 no Anexo Estatístico.

Gráfico 26. Evolução da relação ativos por funcionário (em R\$ mil)



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Gráfico 27. Evolução da relação ativos por agência (em R\$ mil)



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

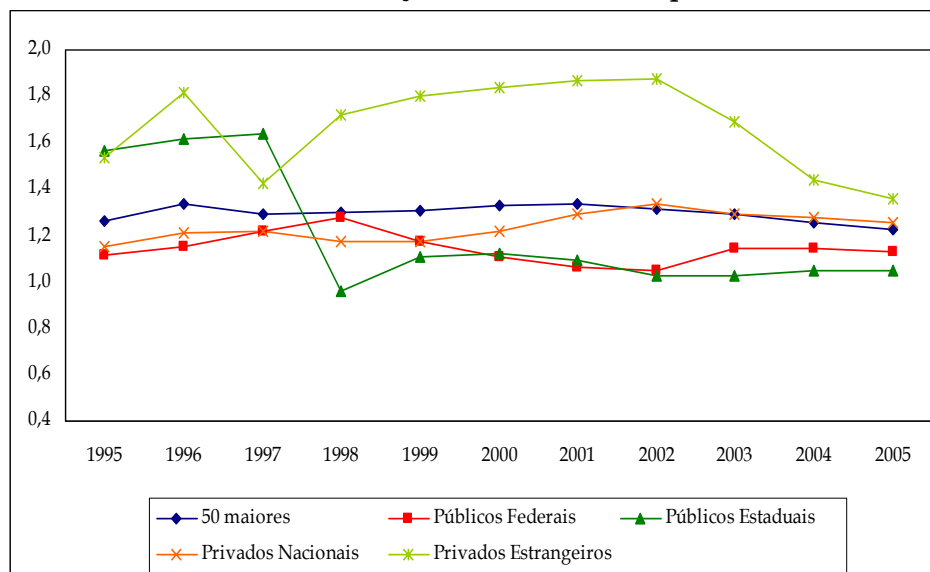
As estratégias concorrencias do sistema bancário também podem ser avaliadas a partir dos indicadores que expressam suas exposições aos riscos. Os mercados financeiros são, por natureza, voláteis, o que torna a liquidez um aspecto chave na gestão ativa pelos bancos de suas aplicações e obrigações. No caso do Brasil, onde vigorou em um ambiente macroeconômico altamente instável no período analisado, o desafio dos bancos em conciliar rentabilidade e alta liquidez foi uma constante. Para o conjunto dos 50 maiores bancos, o indicador de liquidez permaneceu relativamente estabilizado ao longo do período em foco, com ligeira tendência ao declínio: 1,22 em 2005 (1,26 em 1995). Porém, o exame dos

segmentos por natureza do capital mostra significativas diferenças nos padrões de atuação (Gráfico 28).

Por concentrarem suas operações ativas em aplicações em títulos e instrumentos derivativos, os bancos estrangeiros operaram com níveis de liquidez bem superior ao dos bancos brasileiros no período 1995-2005. Após um forte declínio entre 1996 e 1997, reflexo da aquisição do Bamerindus pelo HSBC, o indicador de liquidez desse segmento cresceu continuamente, saltando de 1,4 em 1997 para 1,7 em 1998 e atingindo 1,9 em 2001. Desde 2003, esse indicador vem se reduzindo, em razão da priorização das operações de crédito nas estratégias de aplicação desse segmento.

No segmento dos bancos privados nacionais, houve um ligeiro aumento do nível de liquidez no período 1995-2005, com o indicador se elevando para 1,25 (1,15 em 1995). Entre 1999 e 2002, em resposta ao aumento da volatilidade macroeconômica em decorrência da flutuação do câmbio, esse segmento optou pelo reforço da liquidez, embora em muito menor grau que os congêneres estrangeiros. Com o novo ciclo do crédito que tem início em 2003, o indicador de liquidez dos bancos privados começou a declinar suavemente, passando de 1,34 em 2002 para 1,30 em 2003 e para 1,27 em 2004.

O padrão de atuação dos bancos públicos federais é bastante distinto. O indicador de liquidez desse segmento se elevou nos anos iniciais do Plano Real, passando de 1,12 em 1995 para 1,28 em 1998. No período 1999-2001, ao contrário do que se observa para os bancos privados, o indicador de liquidez dos bancos federais declinou significativamente, indicando que essas instituições sustentaram o volume de crédito da economia. A partir de 2002, é uma nítida reorientação de estratégia, os bancos federais passaram a priorizar as aplicações em títulos, elevando o nível de liquidez que de 1,03 em 2002 atinge 1,14 em 2003 e se mantendo próximo desse patamar no biênio 2004-2005.

Gráfico 28. Evolução do indicador de liquidez<sup>(1)</sup>

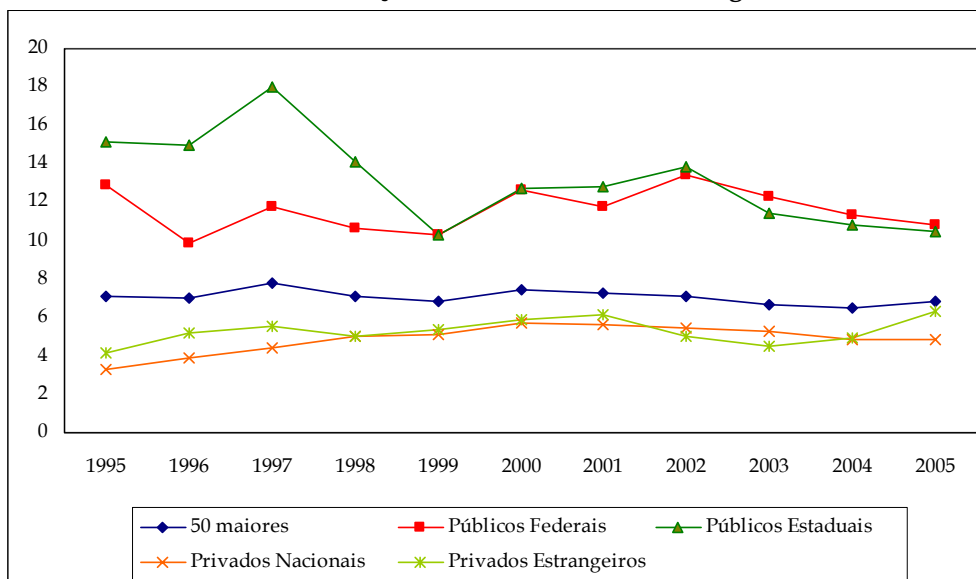
Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Nota:

(1) Relação entre as operações ativas e a soma dos depósitos totais e captação de mercado aberto.

O grau de comprometimento do patrimônio do sistema bancário com as operações de crédito e aplicações em título pode ser avaliado pelo indicador de alavancagem (Gráfico 29). Para o conjunto dos 50 maiores bancos, verifica-se que, entre 1995 e 2005, ocorreu uma ligeira queda no indicador de alavancagem, que recuou de 7,1 em 1995 para 6,9 em 2005 (6,5 em 2004), indicando uma menor exposição aos riscos. Esse recuo, entretanto, reflete o padrão de atuação dos bancos públicos, exatamente oposto ao apresentado pelos bancos privados, nacionais e estrangeiros.

Os bancos públicos, estaduais e federais, que sempre operaram com um grau de alavancagem muito superior ao das instituições privados, reduziram suas exposições, enquanto essas ampliaram seus graus de alavancagem. Note-se, mesmo após, o aumento de suas exposições, as instituições privadas, com destaque para as nacionais, permaneceram bem abaixo do patamar dos bancos públicos. O baixo grau de alavancagem do sistema bancário brasileiro e em particular das instituições privadas revela que há espaço para uma significativa ampliação do crédito, sem comprometer a segurança do sistema.

Gráfico 29. Evolução do indicador de alavancagem <sup>(1)</sup> <sup>(2)</sup>

Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

**Notas:**

(1) Operações de crédito e aplicações em títulos em relação aos recursos próprios.

(2) Para evitar distorções foram excluídos do cálculo desse indicador, os bancos que registravam Patrimônio Líquido negativo: Banerj em dezembro de 1995; Bamerindus em dezembro de 1997; Banestado e BEG em dezembro de 1998.

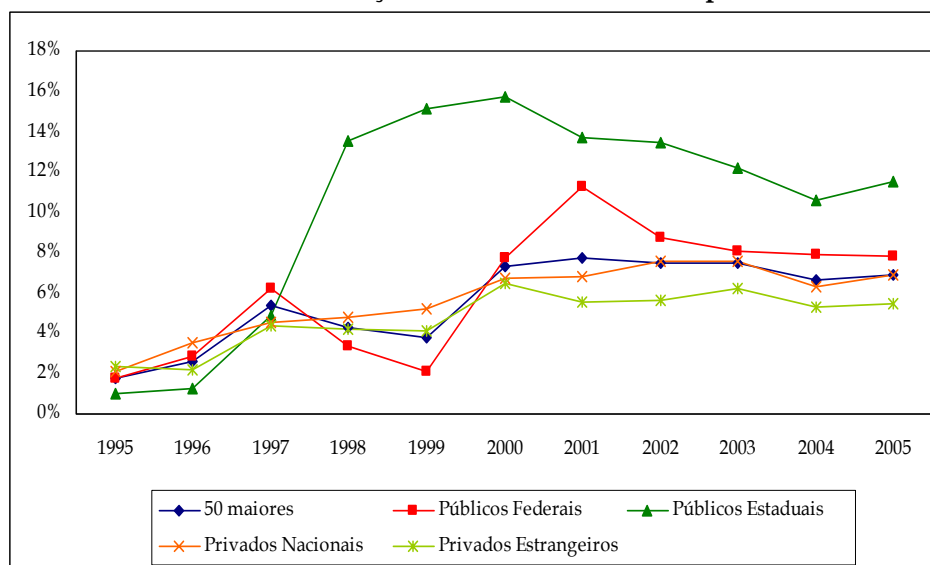
O sistema bancário brasileiro concede um volume reduzido de crédito em relação ao PIB, muito abaixo do patamar das economias desenvolvidas países periféricos com grau semelhante de desenvolvimento. Entre 1995 e 2005, essa relação declinou, passando de 35,0% para 31,2%. Nesse período, após o esgotamento do ciclo de crédito nos anos iniciais do Plano Real, o nível de inadimplência do sistema bancário aumentou, a partir de 1999, em razão da alteração nas regras de provisionamento para crédito em liquidação, em consonância com as orientações prudenciais do BIS.<sup>57</sup>

Para o conjunto dos 50 maiores bancos, o nível de inadimplência passou de 1,8% em 1995 para 6,9% em 2005 (Gráfico 30). No período em exame, todos os segmentos bancários por natureza do capital registraram igualmente acréscimo no nível de inadimplência. Todavia, o aumento do nível de inadimplência foi muito maior para os bancos públicos: o indicador de inadimplência desse segmento saltou de 1,0% em 1995 para 11,5% em 2005 no caso dos bancos estaduais e de 1,8% para 7,9% para os federais. Entre os bancos privados, o segmento estrangeiro apresentou os menores níveis de inadimplência ao longo de quase

<sup>57</sup> Em 1997, o BIS divulgou orientações aos bancos centrais no sentido de aperfeiçoamento da supervisão bancária em um documento denominado "25 Princípios-chave para uma supervisão bancária efetiva". A implementação desses princípios no Brasil foi efetuada por meio da Resolução nº. 2.682 de 1999 que redefiniu os procedimentos para a classificação das carteiras de crédito e para a constituição de provisões para perdas. Além das variáveis relativas ao andamento das operações (atraso), os bancos passaram a efetuar provisão de caráter prospectivo a partir da análise do fluxo de caixa do devedor, segmento econômico de atuação, condições macroeconômicas e setoriais.

todo o período, em razão do menor envolvimento com operações de crédito e da melhor *expertise* em avaliação de risco.

**Gráfico 30. Evolução do indicador de inadimplência**



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Nota:

(1) Provisão para crédito em liquidação em proporção das operações de crédito.

#### VIII.4. As Instituições Públicas Federais na Atual Configuração do Sistema Bancário

Nessa seção, a ênfase recairá sobre as instituições públicas federais, com o objetivo de avaliar como se comportaram ante as alterações das estratégias concorrenciais das instituições bancárias privadas. A idéia aqui é investigar como estas instituições mantiveram o seu espaço de atuação e de que modo podem contribuir para a ampliação e alongamento dos prazos dos empréstimos bem como para a diminuição dos *spreads*. Nesse sentido, procurar-se-á examinar se há traços distintivos na atuação dos bancos públicos *vis-à-vis* aos bancos privados ou se essas instituições também atuam segundo a lógica privada. Antes, porém, é necessário examinar, o processo de ajuste dessas instituições, em particular, o programa de saneamento executado pelo governo federal em 2001, importante condicionante da dinâmica operacional dos bancos federais desde então.

##### VIII.4.1 O ajustamento dos bancos públicos federais

O ajuste dos bancos federais teve início em 1996 com a capitalização do Banco do Brasil e a renovação das dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais do sistema financeiro da habitação e da Caixa Econômica Federal (Vidotto, 2005: 65).

Após vultosos prejuízos decorrentes do impacto da valorização do real sobre os ativos do banco no exterior e, principalmente, do aprovisionamento para créditos de liquidação duvidosa concedidos, sobretudo, para o setor rural, setor do qual é o principal agente

financeiro,<sup>58</sup> o BB recebeu aporte de capital de R\$ 8 bilhões mediante a emissão de novas ações.<sup>59</sup>

O aporte de capital do Banco do Brasil em 1996 marcou igualmente o início do processo de reorientação institucional dessa que é a maior instituição bancária brasileira, com alteração profunda em seu padrão de atuação. Além da reestruturação gerencial, do aperfeiçoamento dos controles internos, dos massivos investimentos em automação bancária e rede de comunicação, o BB passou a priorizar a diversificação da oferta de produtos e serviços e a ampliação da base de clientes, de acordo com a estratégia de se tornar “banco forte e sadio, indispensável para os clientes, lucrativo para os acionistas e atraente para os investidores” (BB, 1998: 7), operando com índices de rentabilidade próximos ao do setor privado.<sup>60 61</sup>

Os bancos públicos federais, a exemplo dos bancos estaduais, apresentavam sérios problemas patrimoniais decorrentes das operações de crédito de baixa qualidade e/ou baixa remuneração que se aprofundaram com a perda dos ganhos decorrentes da inflação a partir do Real. Todavia, embora houvesse, desde o final dos anos 80, forte pressão para privatização dessas instituições por partes dos organismos financeiros internacionais,<sup>62</sup> a opção do governo federal foi pelo saneamento e fortalecimento do capital dos bancos federais, mediante o Programa de Fortalecimento das Instituições Federais (Proef).

Como já mencionado, os problemas patrimoniais identificados pela fiscalização do Banco Central nos bancos federais na segunda metade da década de 1990 e o necessário enquadramento dessas instituições nos limites de capital e patrimônio mínimos exigidos pela regulamentação prudencial em vigor levou o governo federal a instituir o Proef em 12 de

---

<sup>58</sup> Os sucessivos refinanciamentos das dívidas do setor rural em condições favoráveis para os devedores aprovados pelo Congresso agravaram as condições financeiras do BB, que já vinha enfrentando problemas de descasamento dos prazos e custos das suas operações desde o final dos anos 80. Sobre esse ponto, ver Vidotto

<sup>59</sup> As novas ações foram absorvidas pelo Tesouro (R\$ 6 bilhões), BNDESpar e pela Previ, fundo de pensão dos funcionários do BB. Sobre a capitalização do BB em 1996, ver Vidotto (2002).

<sup>60</sup> Essa orientação respondia a exigência do governo federal para os bancos públicos com atuação no segmento comercial. Como destaca Vidotto (2005) a ênfase nos critérios de eficiência microeconômica norteou o programa de ajustamento e reestruturação dos bancos federais

<sup>61</sup> Em abril de 2001, o BB tornou-se um banco múltiplo carteiras comercial, financeira e de *leasing*, o que lhe permitiu absorver as subsidiárias e reduzir custos administrativos.

<sup>62</sup> Um dos principais defensores da privatização e/ou extinção dos bancos federais era Banco Mundial. Desde o final dos anos 80, essa instituição defendia a privatização dos bancos públicos e a extinção dos mecanismos de direcionamento de crédito. Essa idéia era também defendida por integrantes do governo. Em meados da década de 1990, o governo FHC chegou a esboçar a intenção de privatização parte do conglomerado do BB, mas as crises asiática e russa conduziram ao adiamento dos planos, posteriormente arquivado em definitivo. Vidotto (2005) ressalta que em relação aos bancos federais prevaleceu a visão da importância estratégica dessas instituições.



junho de 2001 (M. P. n.º 2.155).<sup>63</sup>

Dentre as suas principais medidas, esse programa definiu:

- equacionamento do estoque de crédito de baixa qualidade nos ativos das instituições federais, com transferência do risco de crédito desses ativos para o Tesouro Federal ou para a Empresa Gestora de Ativos (Emgea), empresa não-financeira criada para esse fim pelo Ministério da Fazenda;
- troca de ativos de baixa liquidez e remuneração por títulos públicos, remunerados à taxa de mercado;
- capitalização da Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste (BNB) e do Banco da Amazônia (Basa).<sup>64</sup>

No Banco do Brasil, o Proef se traduziu na securitização de dívidas rurais realizadas com recursos próprios e com recursos de terceiros no valor total de R\$ 7,3 bilhões, com redução de 4,7 bilhões dos ativos ponderados pelos riscos. Igualmente, o Tesouro Nacional efetuou a troca de US\$ 3,9 bilhões em títulos da dívida externa brasileira (bônus *Bradies*) em posse do BB por LFT e NTD-F e assumiu carteira de ativos do BB no valor de R\$ 4,1 bilhões em troca de LFT, com redução correspondente de R\$ 414 milhões ativos ponderados pelos riscos (BB, 2001).

No caso da CEF, o Proef resultou nas seguintes operações:

1. Cessão da totalidade da carteira de crédito imobiliário com cobertura e de parte da carteira sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) para a Empresa Gestora de Ativos - EMGEA pelo valor contábil correspondente a R\$ 26.613.556, líquido de provisões, cujo pagamento foi realizado por meio de assunção de dívida da CAIXA com o FGTS e FDS;
2. Aquisição pela União de créditos representativos de contratos de “Saneamento e Infra-estrutura Urbana” e de Habitação, concedidos com recursos do FGTS, pelo valor contábil de R\$ 8.198.347, líquido de provisões, com pagamento mediante a emissão de Letras Financeiras do Tesouro (LFT);
3. Aumento de capital no valor de R\$ 9,3 bilhões, mediante assunção pela

---

<sup>63</sup> O Bndes por possuir uma situação patrimonial mais sólida em relação às demais instituições financeiras federais não foi incluído no Programa, cujo custo coberto com emissão de títulos públicos foi da ordem de R\$ 62 bilhões (BCB, 2003).

<sup>64</sup> Para as medidas específicas do Proef para o Banco da Amazônia e para o Banco do Nordeste, ver: Vidotto, 2005: 66-67.

União da dívida da CEF com o Bacen, referente aos empréstimos do Proer;

4. Permuta com a União de créditos concedidos pela CEF referentes aos refinanciamento de dívidas estaduais e municipais) por Letras Financeiras do Tesouro (LFT), pelo valor contábil de R\$ 13,0 bilhões;
5. Troca com a União dos títulos federais CVS no valor de R\$ 5,71 bilhões recebidos em decorrência da novação de créditos com o FCVS, por Letras Financeiras do Tesouro (LFT);
6. . Liquidação antecipada de parte da dívida da CEF com o FGTS, com a utilização de títulos CVS, no montante de R\$ 6 bilhões (CEF, 2002).

Além da reestruturação patrimonial mediante o saneamento das carteiras e reforço do capital, o Proef estabeleceu regras para evitar a ocorrência de novos desequilíbrios patrimoniais para assegurar maior eficiência operacional. De forma a assegurar a remuneração adequada dessas instituições, os subsídios concedidos nos programas de desenvolvimento econômico e social operacionalizados pelos bancos federais devem ser explicitados na proposta de lei orçamentária anualmente enviada ao Congresso Nacional.<sup>65</sup> Ao mesmo tempo, foram recomendadas ações de fortalecimento da governança corporativa e aperfeiçoamento dos controles internos das instituições, bem como a adequada “precificação” dos produtos e serviços. A partir das deficiências constatadas durante as inspeções realizadas pelo Banco Central foram definidos diversos planos de ação para a readequação das práticas operacionais dos bancos federais, com o propósito de torná-los mais seguros e eficientes.<sup>66</sup>

Como destaca o Banco Central, o fortalecimento dos bancos federais, ao abrigo do Proef, “alargou as perspectivas de atuação competitiva e rentável para aquelas instituições ao sanear desequilíbrios passados, bem como ao inaugurar uma convivência mais transparente entre as atividades de caráter comercial e aquelas de cunho público e social” (BCB, 2003: 12).

A seguir, examina-se o padrão de atuação do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal que, como instituições públicas, procuram conciliar objetivos de desenvolvimento

---

<sup>65</sup> Em 2002, os estatutos do BB e da CEF foram reformulados para incorporar as alterações organizacionais realizadas a partir do Proef. Desses novos estatutos constam explicitamente os parâmetros para a relação entre essas instituições e o governo, sobretudo no que se refere à remuneração dos serviços prestados.

<sup>66</sup> Como destaca Maia, C (2003), o Proef se constituiu em um marco também na supervisão dos bancos públicos. É a partir desse programa que estas instituições se tornam aptas para cumprir as exigências da regulamentação prudencial previstas no Acordo de Basileia, a exemplo do que já vinha fazendo o sistema bancário privado.

econômico e social com a busca de valorização com base em critérios privados de rentabilidade e gestão de risco.

#### VIII.4.2 Banco do Brasil

As estratégias do Banco do Brasil no que se refere às aplicações e fonte de recursos e à ampliação da escala operacional foram condicionadas pelo processo de reestruturação administrativa e/ou gerencial e patrimonial desencadeado pelo programa de ajuste e capitalização iniciado em 1996. Como já destacado, a capitalização do BB representa um marco do redesenho do perfil institucional desse banco que reorientou suas estratégias operacionais e redefiniu os parâmetros para concessão de crédito, em particular, para o setor rural, com priorização de aplicações com maior liquidez e rentabilidade.<sup>67</sup>

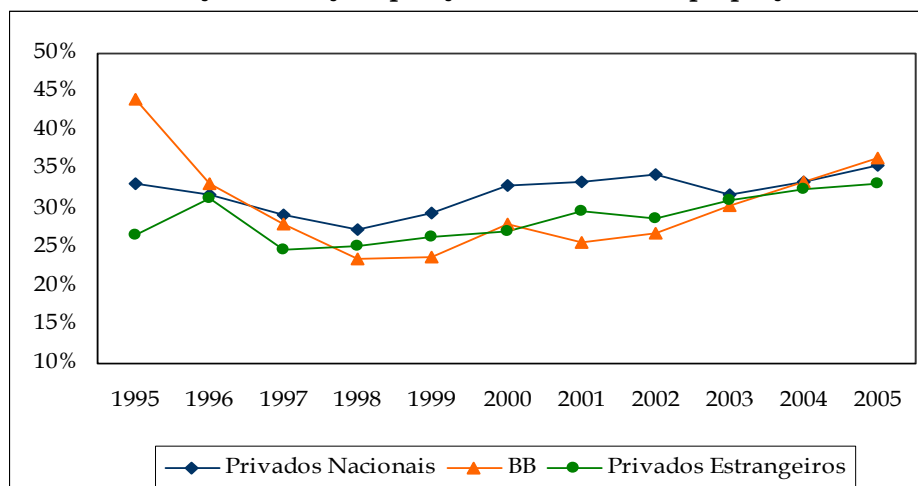
Refletindo essas profundas mudanças na cultura da instituição, a composição do ativo do BB se alterou significativamente no período em análise (Gráficos 31 e 32). A importância das operações de crédito se reduziu fortemente entre 1995 e 1999, caindo de 44,0% dos ativos para 23,6%. Em contrapartida, ocorreu a ampliação do peso das aplicações em títulos e instrumentos derivativos, que saltam de 17,4% em 1995 para 32,7% em 1999 e para 37,8% em 2002. A maior ênfase nas aplicações em títulos públicos levou o BB a responder por 24% do total dos 50 Maiores Bancos em 1998, contra 19% em 1995 (Gráfico 33)

A partir de 2002, antes mesmo do início do atual ciclo de crédito, as operações de crédito voltam a crescer ligeiramente. Indicando a clara reorientação da estratégia operacional do banco no sentido de priorizar a ampliação do crédito, em particular, na modalidade de crédito pessoal e financiamento de bens duráveis, a participação das operações de crédito nos ativos totais do ativo subiu de 30,2% em 2003 para 36,5% em 2005. Ao mesmo tempo, a importância das aplicações em títulos diminuiu, levando ao recuo da participação do BB no total das aplicações em títulos e instrumentos derivativos dos 50 maiores bancos (de 20% para 16% entre 2003 e 2005).

---

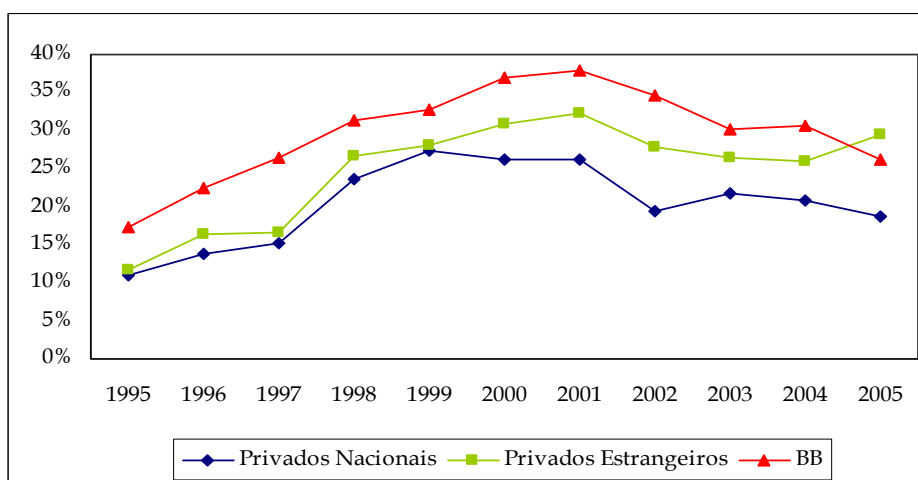
<sup>67</sup> Com esse propósito, o banco procurou ampliar as operações de crédito com base em recebíveis (desconto de cheque, antecipação de crédito ao lojista, por exemplo) e desenvolver novos produtos, como a Cédula de Produto Rural (CPR) Financeira, lançada em 2000. Esse instrumento, avalizado pelo banco, permite ao produtor rural captar recursos no mercado, mediante compromisso de resgatar o título financeiramente (BB, 2000).

Gráfico 31. BB - Evolução da relação operação de crédito como proporção dos ativos totais



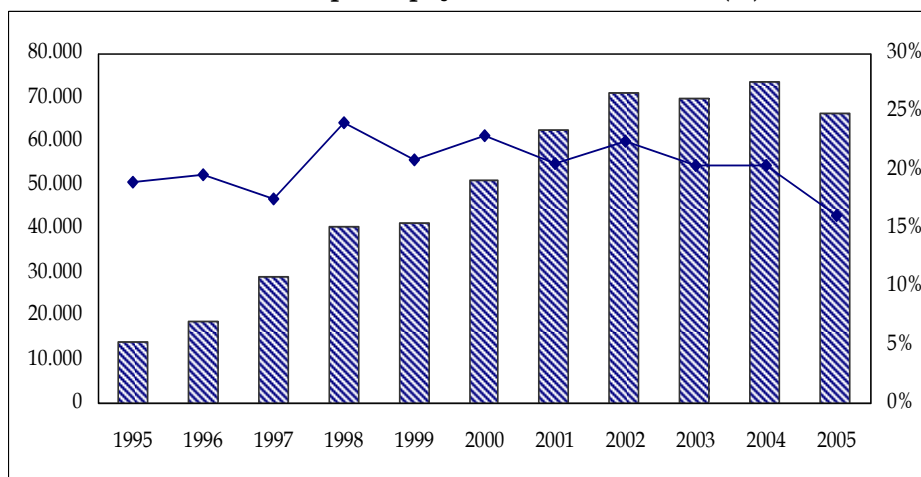
Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Gráfico 32. BB - Operações com títulos e instrumentos derivativos como proporção dos ativos totais



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

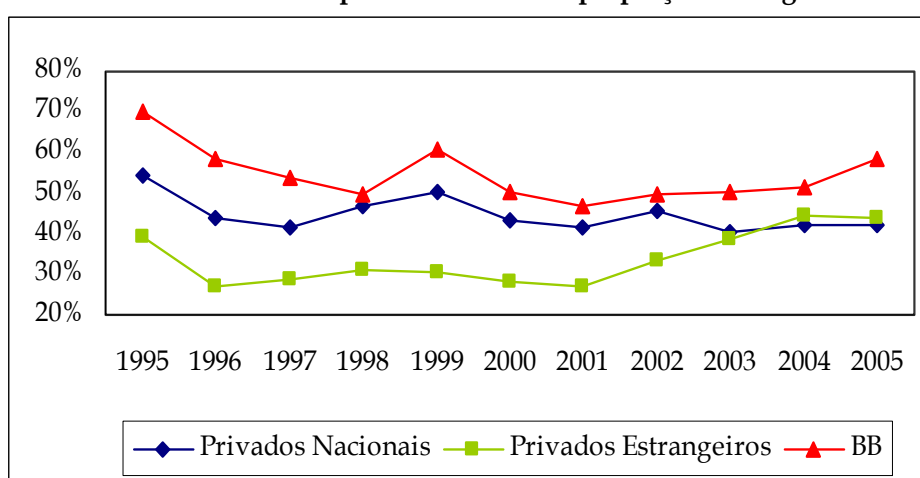
Gráfico 33. BB - Evolução das Operações com TVM e Derivativos Em R\$ milhões e participação no total 50 maiores (%)



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

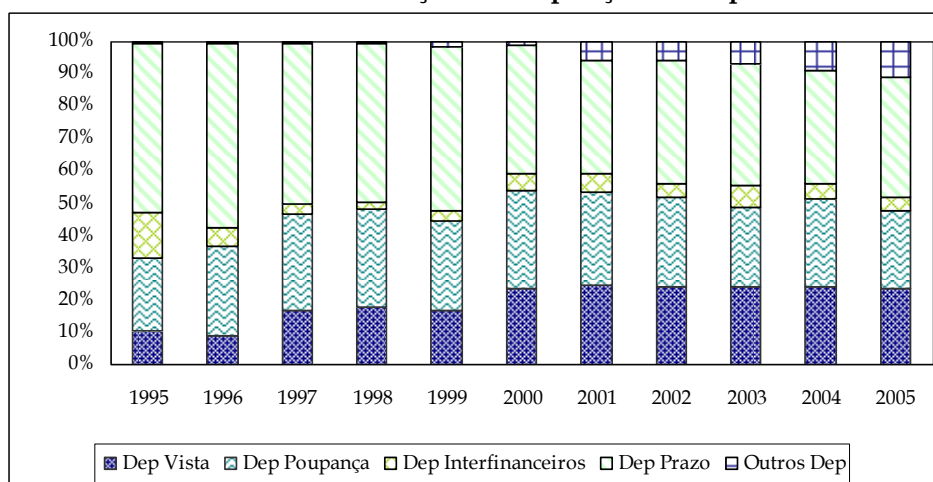
Em relação às fontes de recursos, observa-se que a captação de depósitos, com destaque para as modalidades a prazo e de poupança, constituiu a principal forma de captação do BB ao longo do período em exame (Gráfico 34 e 35). Embora tenha havido uma redução do peso dos depósitos no total do exigível entre 1995 e 2001, esse se mantém acima de 50% ao longo de quase todo o período (70,4% em 1995). A partir de 2002, participação dos depósitos voltou a aumentar atingindo 58,3% em 2005. Observe-se que esse crescimento foi acompanhado da ampliação da importância modalidade depósito à vista, recursos não oneroso, refletindo a estratégia de conquista de novos clientes de varejo por meio de convênios de pagamentos de terceiros.

**Gráfico 34. BB - Depósitos totais como proporção do exigível**



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

**Gráfico 35. BB - Evolução da composição dos depósitos**

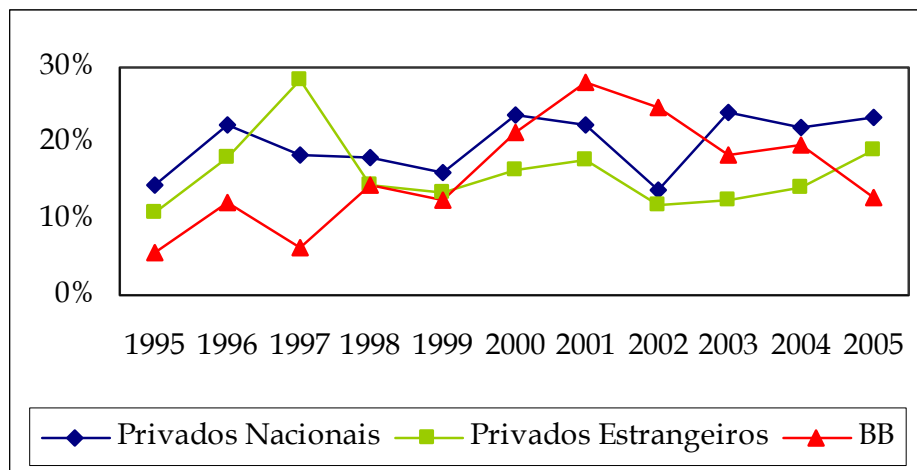


Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Indicando, porém, uma estratégia de diversificação do *funding* e conquista de novos clientes, o BB ampliou suas captações no mercado aberto, sobretudo, com operações compromissadas com títulos federais e fundos de investimento (Gráfico 36). Assim, de uma

participação no exigível da ordem de 5,5% em 1995, a captação no mercado aberto subiu para 28% em 2001. A partir de 2002, essa fonte de recursos perdeu importância, declinando para 12,9% em 2005.

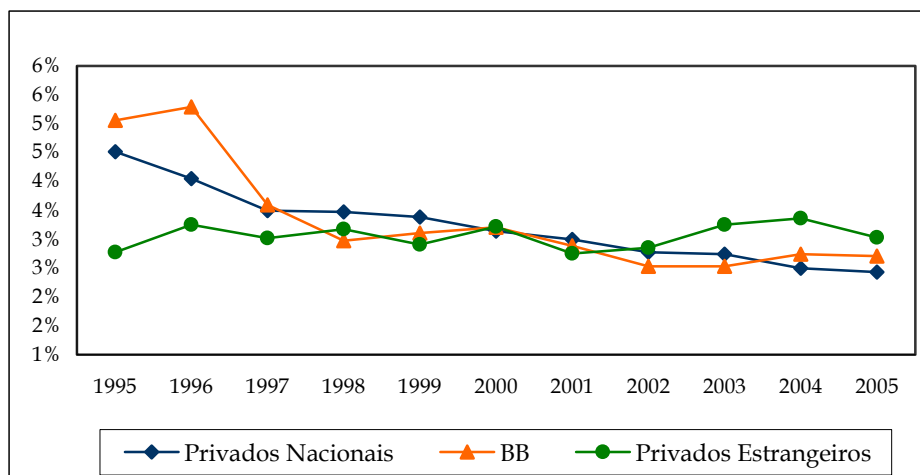
**Gráfico 36. BB - Captação no mercado aberto como proporção do exigível**



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

A adoção pelo BB de uma estratégia de aperfeiçoamento dos produtos e serviços, ampliação da base de clientes, a modernização dos pontos de atendimento, a automação de processos e o aumento de produtividade se traduziram na composição das receitas e despesas<sup>68</sup> e na melhoria dos indicadores de eficiência operacional. Em ambiente de acirrada concorrência em sistema bancário em concentração, a oferta de produtos e serviços com crescente agregação de valor e baixos custos, viabilizada pela incorporação do desenvolvimento tecnológico, se torna a principal arma concorrencial na obtenção de vantagens competitivas. Como pode ser observado nos Gráficos 37 e 38, esses indicadores para o BB apresentaram desempenho próximo ao dos bancos privados.

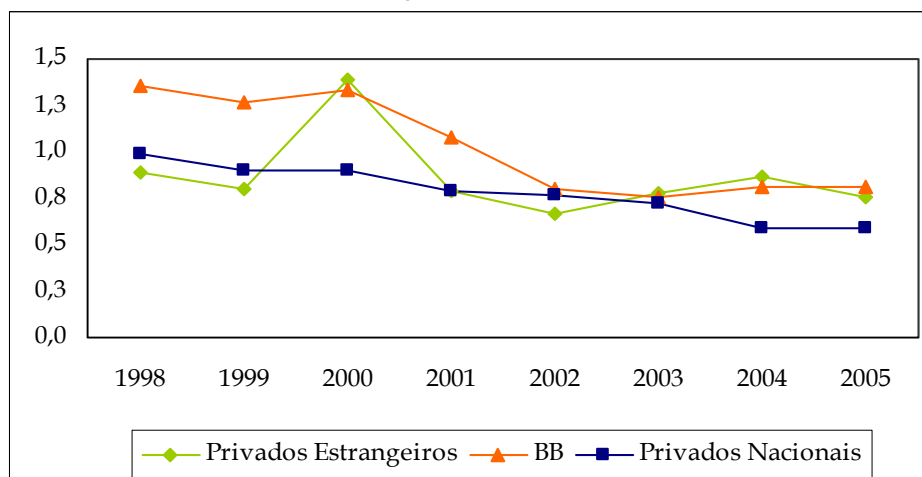
<sup>68</sup> Os dados da evolução da composição das receitas e despesas do BB são apresentados na Tabela A.10 do Anexo Estatístico.

Gráfico 37. BB - Evolução do custo operacional<sup>(1)</sup>

Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Nota:

(1) Relação entre despesas administrativas e os ativos totais.

Gráfico 38. BB - Evolução do indicador de eficiência<sup>(1) (2)</sup>

Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Notas:

(1) Relação entre a soma das despesas administrativas e tributárias e a soma do resultado bruto da intermediação e das receitas com prestação de serviços.

(2) Como o BB registrou perdas com intermediação financeira no segundo semestre de 1995 e de 1997, optou-se pela construção do indicador para o período 1998-2005.

O Banco do Brasil apresentou prejuízo com as operações de intermediação financeira nos anos de 1995 e 1996, respectivamente, de R\$ 231 milhões e R\$ 2,5 bilhões. No segundo semestre de 1997, as operações de intermediação financeira também resultaram em perdas da ordem de R\$, 1,1 bilhão, porém no exercício o resultado bruto da intermediação foi positivo em R\$ 2,2 bilhões (BB, 1998). Desde então, e ao longo de todo o período analisado, as operações de intermediação tem sido a principal fonte de lucro do banco.

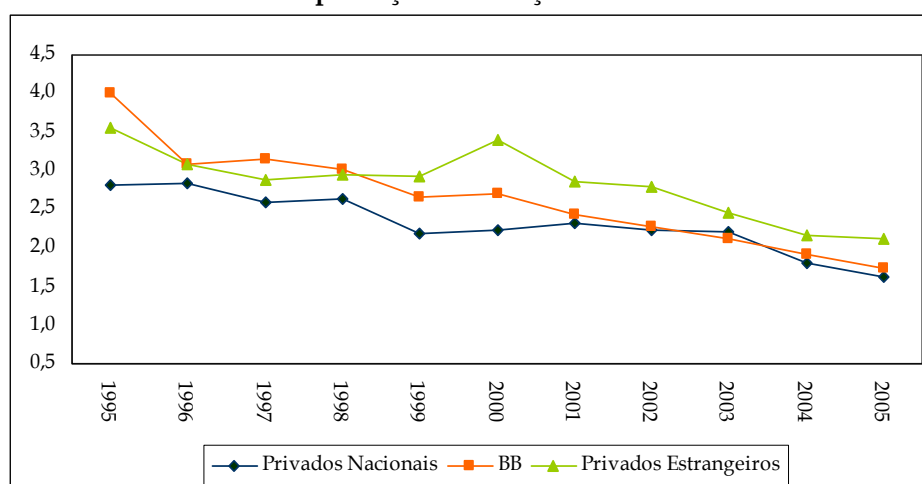
O novo modelo de gestão de crédito, com priorização de operações mais líquidas e mais rentáveis, e processo de terceirização de cobrança administrativa de dívidas na

recuperação de créditos também contribuíram para a ampliação das receitas de intermediação financeira. Após perder importância na composição da receitas totais, se reduzindo de 51,5% no segundo semestre de 1995 para 29,8% no segundo semestre de 1999, a o peso das receitas com operações de crédito voltaram a crescer, elevando-se a 41,8% em 2005.

Igualmente, ao longo do período em análise, houve o incremento das receitas oriundas de prestação de serviços, com notável melhoria nos indicadores de cobertura (Gráficos 39 e 40). O indicador despesa administrativas como proporção das receitas de prestação de serviço declinou de 4,0 em 1995 para 1,7 em 2005. Bastante próximo ao dos bancos privados nacionais (1,6), esse resultado obtido pelo BB é superior ao apresentado pelos bancos privados estrangeiros (2,1).

Em relação aos gastos com a folha de pessoal como proporção das receitas com prestação de serviço, houve igualmente notável melhora. Esse indicador passou de 3,2 em 1995 para 1,0 em 2005, ou seja, a receita com prestação de serviço cobre integralmente os gastos com os funcionários, cujo número como já mencionado cresceu nos últimos anos para atender a forte expansão na base da clientela. Aliás, o aumento no número de funcionários explica porque a relação volume de ativos por funcionário, embora crescente desde 2000, permaneceu em um patamar ainda bem inferior ao dos concorrentes privados, nacionais e estrangeiros (Gráfico 41).

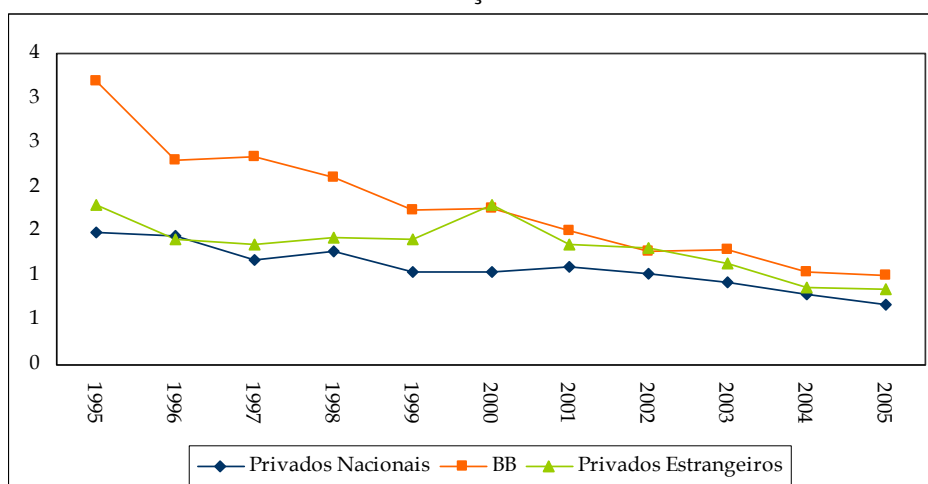
**Gráfico 39. BB - Evolução das despesas administrativas como proporção das receitas com prestação de serviço**



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

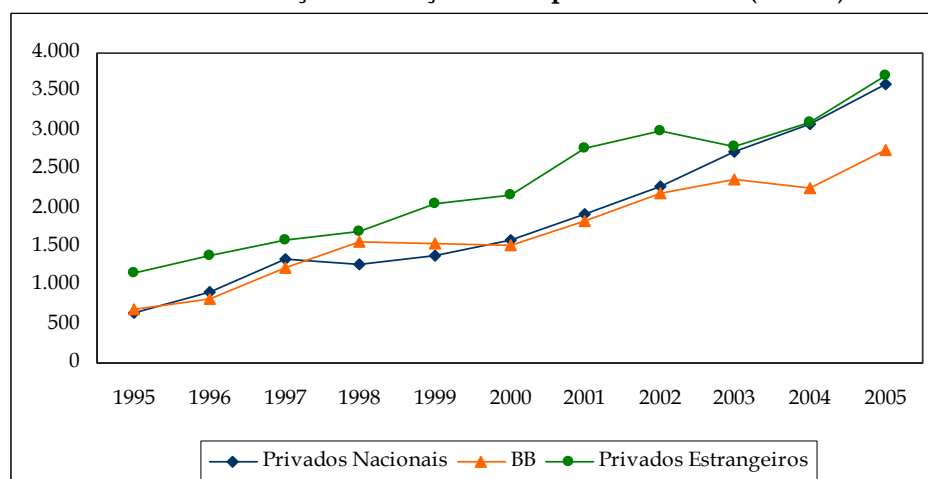


**Gráfico 40. BB - Evolução das despesas de pessoal como proporção das receitas com prestação de serviço**



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

**Gráfico 41. BB - Evolução da relação ativos por funcionário (R\$ mil)**

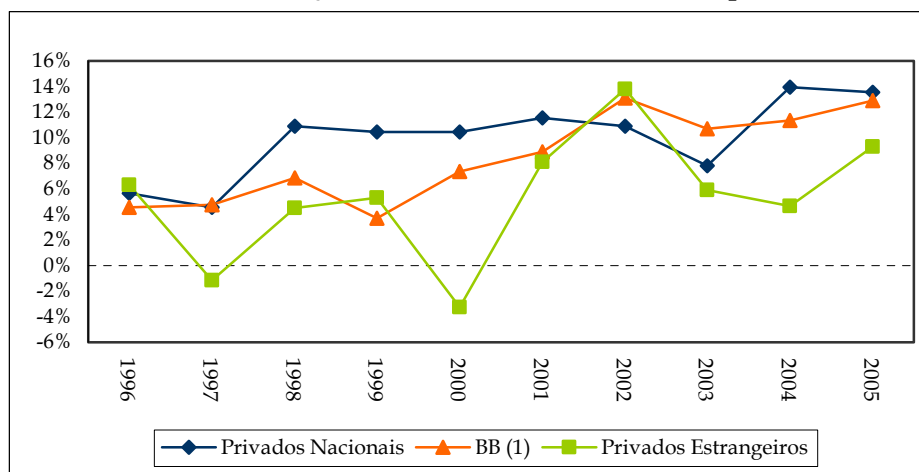


Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Embora tenha registrado lucro no segundo semestre de 1996, no exercício anual, o BB apresentou um forte prejuízo em virtude do reconhecimento contábil das dívidas em atraso do setor rural. Como já destacado, em 1996, após sua capitalização pelo Tesouro, o banco passa a buscar rentabilidade patrimonial próxima a dos bancos privados. A evolução do indicador de rentabilidade patrimonial mostra que o BB foi bem-sucedido em sua meta de valorização “próxima ao nível do mercado” (Gráfico 45). Desde 1999, a rentabilidade patrimonial do BB tem sido crescente. No segundo semestre de 2005, a rentabilidade patrimonial do banco atingiu 12,9% contra 13,5% dos bancos privados nacionais e 9,3% dos bancos estrangeiros. Em termos anuais, a rentabilidade patrimonial do BB saltou de 11,6%

em 1999 para 26,8% em 2005 (BB, 2000 e 2005).<sup>69</sup>

**Gráfico 45. BB - Evolução do indicador de rentabilidade patrimonial<sup>(1)</sup>**



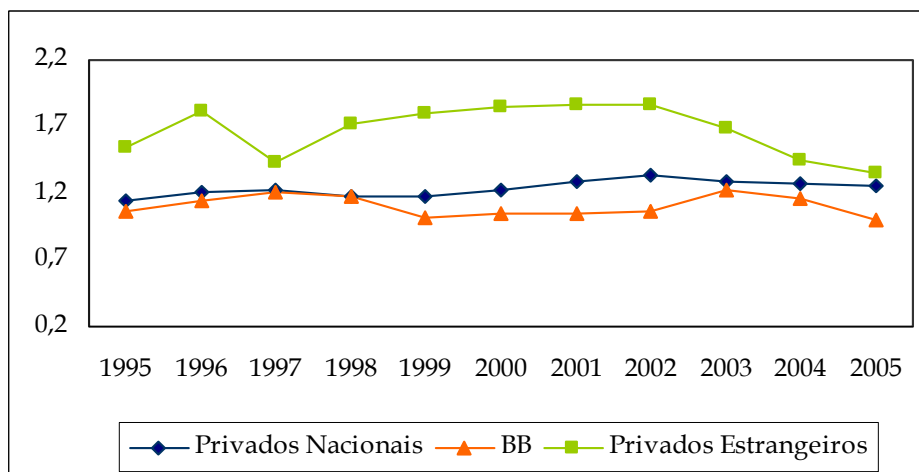
Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Nota:

(1) Operações de crédito e aplicações em títulos em relação aos recursos próprios.

Nos chamados indicadores de segurança que expressam a exposição dos bancos aos riscos, o BB se distingue dos bancos privados, nacionais e estrangeiros, por operar com índice de liquidez mais baixo e grau de alavancagem mais elevado (Gráfico 43 e 44). Esse desempenho pode ser explicado pelo papel que o banco executa como agente de políticas públicas, sobretudo, ao setor rural e pequenas empresas.

**Gráfico 43. BB - Evolução do indicado de liquidez<sup>(1)</sup>**

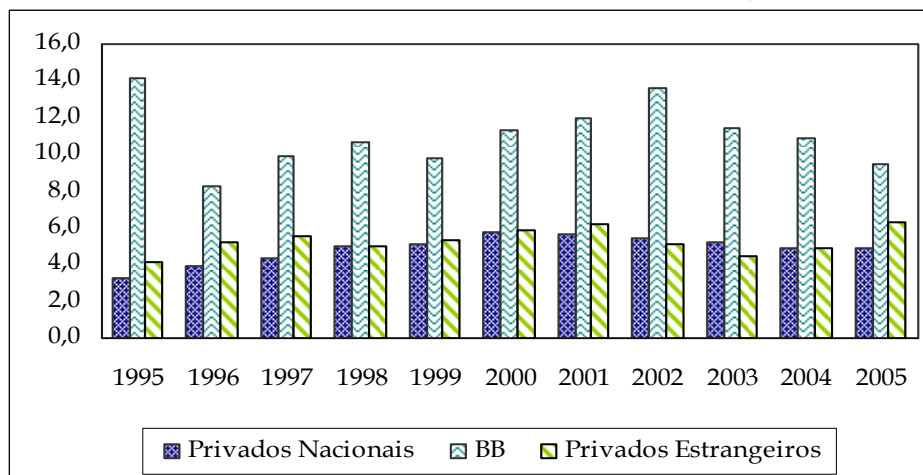


Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Nota:

(1) Relação entre as operações ativas e a soma dos depósitos totais e captação de mercado aberto.

<sup>69</sup> Em 2006, a rentabilidade patrimonial do BB se elevou a 32,1%. No exercício de 2006, o banco registrou lucro líquido de R\$ 6,044 bilhões, o que representa um incremento de 45,5% em relação ao lucro líquido de 2005. Esse foi o melhor obtido entre os bancos brasileiros que já divulgaram balanço: Bradesco (R\$ 5,0 bilhões), Itaú (R\$ 4,3 bilhões), CEF (R\$ 2,4 bilhões), ABN-Amro (R\$ 2 bilhões), Unibanco (R\$ 1,7 bilhão) e Santander Banespa (R\$ 1,3 bilhão). O banco atribuiu o forte crescimento de seu lucro ao crescimento de 30,8% da carteira de crédito em 2006, um resultado acima da média das instituições financeiras instaladas no país (20,8%).

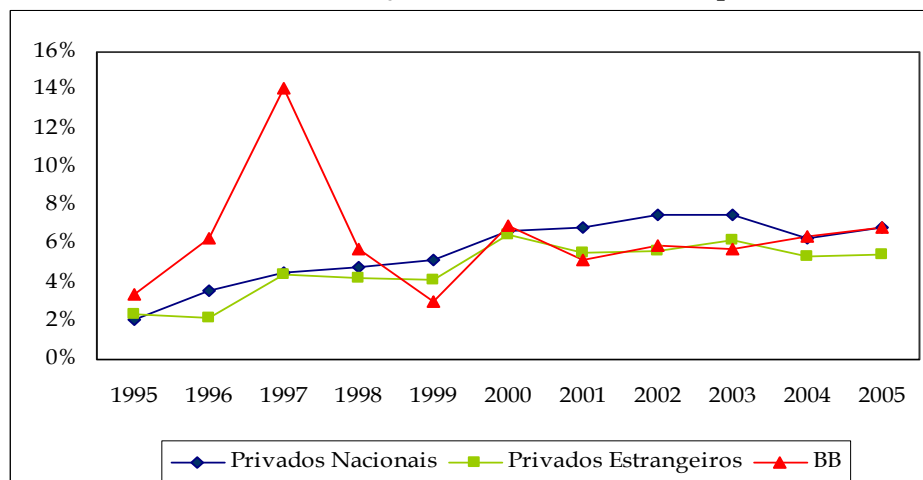
Gráfico 44. BB - Evolução do indicador de alavancagem <sup>(1)</sup>

Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Notas:

(1) Operações de crédito e aplicações em títulos em relação aos recursos próprios.

Em relação ao indicador de inadimplência, Após o reconhecimento das perdas com crédito rural em 1996, o BB adotou política conservadora da gestão do risco de crédito, que resultou na elevação das provisões. Ao mesmo tempo, várias medidas foram tomadas para agilizar a recuperação dos créditos, como terceirização de cobrança administrativa de dívidas de até R\$ 50 mil e sistema automático de cobrança de dívidas em atraso para clientes pessoa física. Em consequência, o indicador de inadimplência recuou de 14,1% em 1997 para 3,0% em 1999. Em 2000, refletindo a entrada em vigor das novas regras prudenciais para classificação de crédito e de formação de previsões, esse indicador volta a subir. Em 2005, o indicador de inadimplência do BB era de 6,9%, igual aos dos bancos privados nacionais e superiores ao dos bancos estrangeiros.

Gráfico 45. BB - Evolução do indicador de inadimplência <sup>(1)</sup>

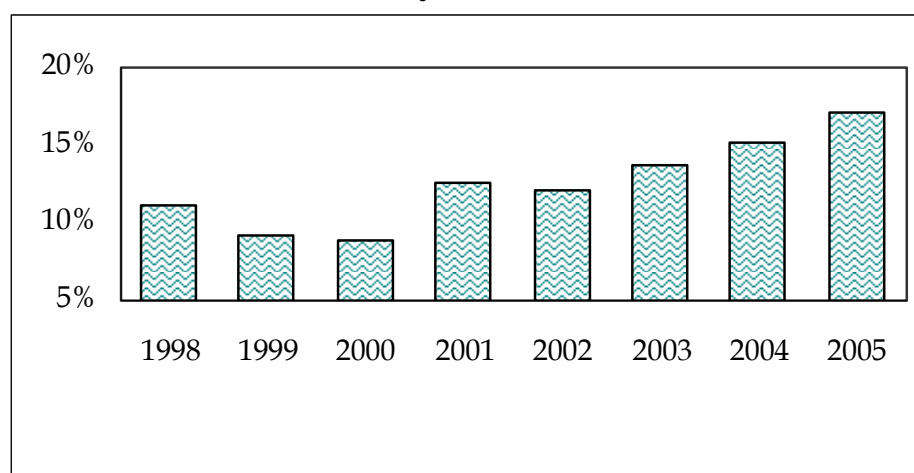
Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Notas:

(1) Provisão para crédito em liquidação em proporção das operações de crédito.

No que se refere ao Índice de Basileia, que expressa o nível de capital próprio em relação aos ativos ponderados pelo risco, após alterações na ponderação dos riscos das aplicações em moeda estrangeira e em ouro, o Banco do Brasil operou por dois anos consecutivos abaixo do limite mínimo de 11%: 9,2% em 1999 e 8,8% em 2000 (Gráfico 46). Como já mencionado, essa inadequação desencadeou inspeções da diretoria de fiscalização do Banco Central e na elaboração do Proef pelo governo federal. No âmbito do Proef, ativos que exigiam provisão elevada por parte do BB foram trocados por títulos do Tesouro Nacional, que melhoraram a qualidade da carteira e contribuíram para que o banco fechasse o exercício de 2001 com índice de 12,6%. Em 2005, o BB operava com índice de 17%.

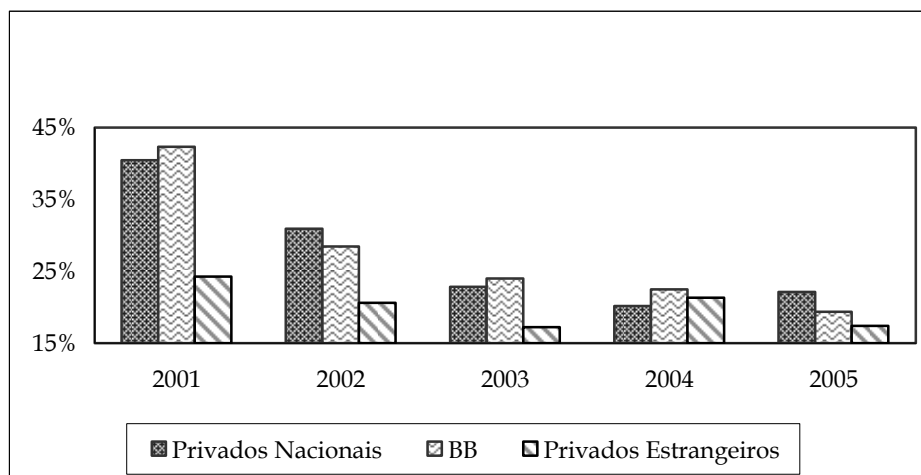
**Gráfico 46. BB - Evolução do Índice de Basileia**



**Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50 e Banco do Brasil - Relatório Anual. Elaboração própria.**

Em relação ao Indicador de Imobilização também monitorado pelo Banco Central, à semelhança dos bancos privados nacionais, o BB reduziu seus investimentos em imóveis, trazendo esse indicador para um nível muito inferior ao limite máximo de 50% permitido. Em 2001, o indicador de imobilização do BB era de 42,4%. Em 2005, atingiu seu nível mais baixo: 19,3%, patamar inferior ao dos bancos privados nacionais.

Gráfico 47. BB - Evolução do indicador de imobilização



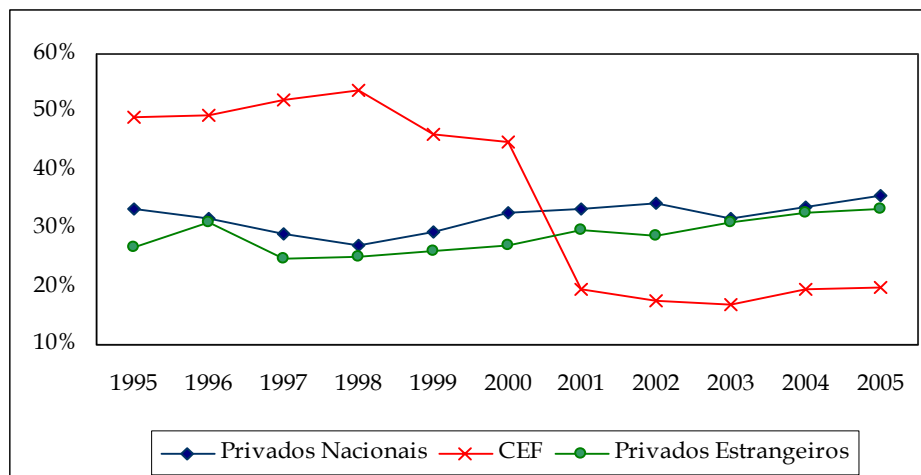
Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

#### VIII.4.3 Caixa Econômica Federal

A Caixa Econômica Federal também modificou seu padrão de atuação no período 1995-2005. Porém, no caso da CEF, estas alterações ocorrem a partir de 2001, após o saneamento e capitalização no âmbito do Proef. Como o BB, a CEF reorientou suas operações ativas, privilegiando as aplicações de maior rentabilidade e menor risco. Na busca por maiores lucros, a CEF intensificou as aplicações em títulos públicos e instrumentos derivativos.

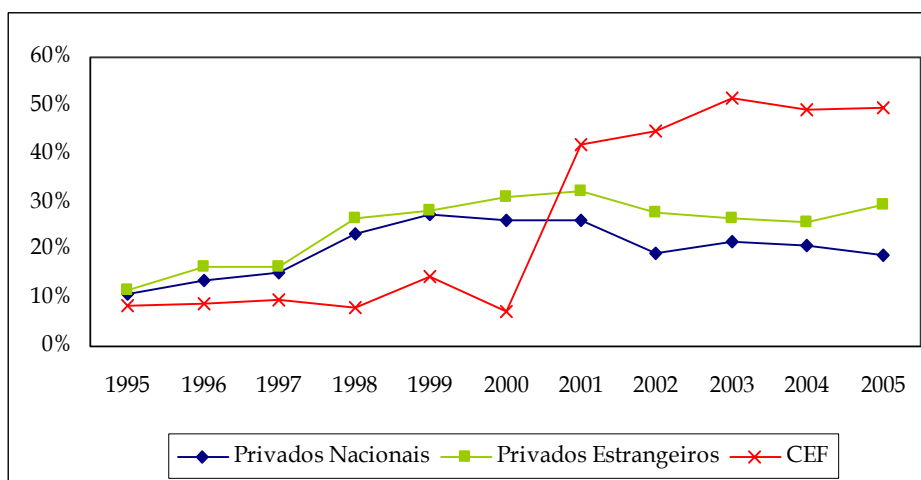
Em reflexo do saneamento da carteira de crédito e da nova estratégia de gestão das aplicações, as operações de crédito como proporção dos ativos totais se reduz fortemente em 2001, ao mesmo tempo em que cresce as aplicações em títulos públicos (Gráfico 48 e 49). Em 2005, as aplicações com títulos e instrumentos derivativos respondiam por 49,5% do total dos ativos (7,4% em 2000), enquanto as operações de crédito representavam apenas 19,7% (44,7% em 2000). Com essa estratégia de priorizar ativos com maiores rentabilidade e liquidez e baixo risco, participação da CEF nas aplicações em títulos dos 50 maiores bancos, saltou de 4,0% em 2000 para 23% em 2005 (Gráfico 50).

Gráfico 48. CEF - Evolução da relação operações de crédito como proporção dos ativos totais



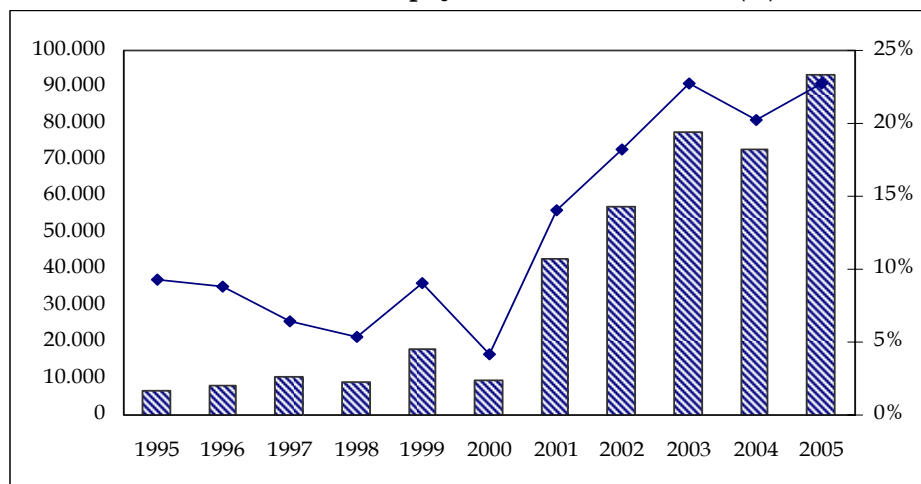
Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Gráfico 49. CEF - Operações com títulos e instrumentos derivativos como proporção dos ativos totais



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Gráfico 50. CEF - Evolução das operações com TVM e Derivativos Em R\$ mil e Participação no Total 50 maiores (%)

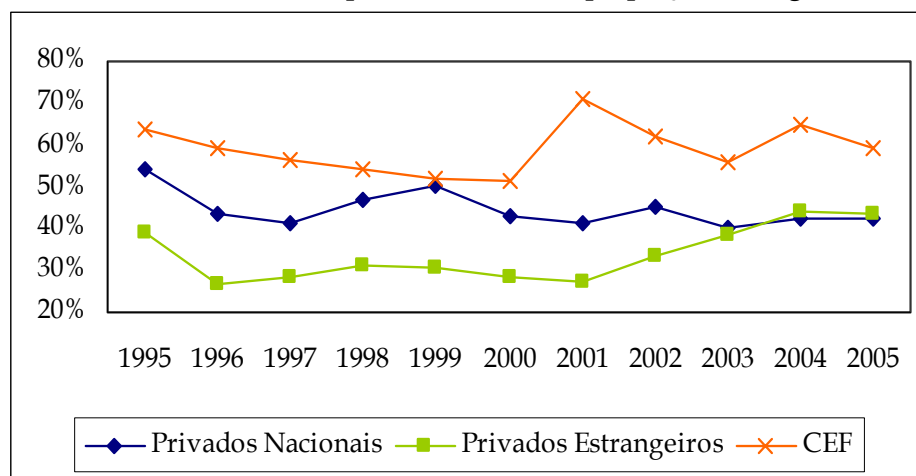


Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Em relação às fontes de recursos, observa-se que a captação de depósitos, com destaque para as modalidades de poupança e a prazo, constituiu a principal forma de captação da CEF ao longo do período em exame (Gráfico 51 e 52). Porém, a participação dos depósitos no total do exigível declinou de 63,6% em 1995 para 51,3% em 2000. Com o esforço de ampliação da base de clientes a partir de 2001, o peso dos depósitos, em particular na modalidade de poupança, voltou a subir. Em 2005, os depósitos representavam 59,2% do exigível da CEF.

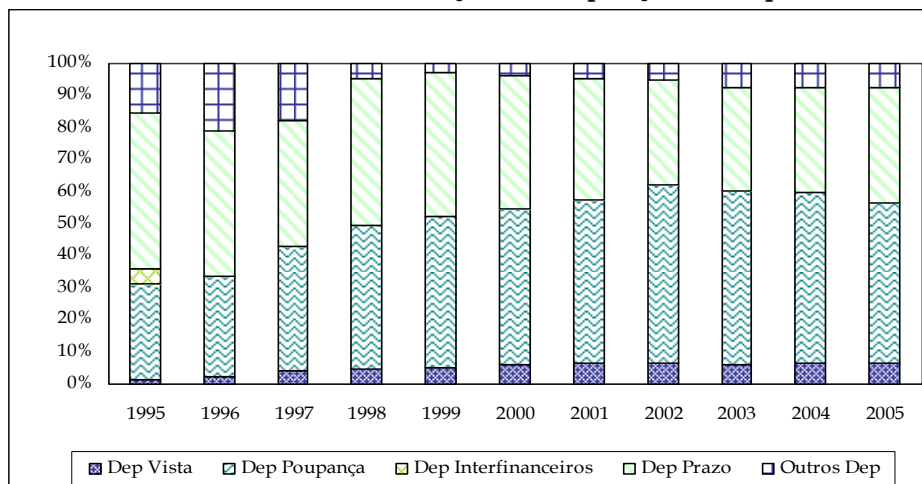
Ainda no que se refere à composição dos depósitos, observa-se que após representar 46% do total dos depósitos em 1998, a participação dos depósitos a prazo declinou entre 1999 e 2002 para o patamar de 32,9%; enquanto os de poupança atingiram 55,4% dos depósitos totais em 2002 (30,1% em 1996). Os outros depósitos – que incluem depósitos especiais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de outros fundos e programas – representavam 15,3% dos depósitos totais em 1995. A partir de 1998 perderam importância se reduzindo a 2,6% em 1999. No triênio 2003-2005, esses depósitos voltam a crescer, permanecendo no patamar de 7%.

**Gráfico 51. CEF - Depósitos totais como proporção do exigível**



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

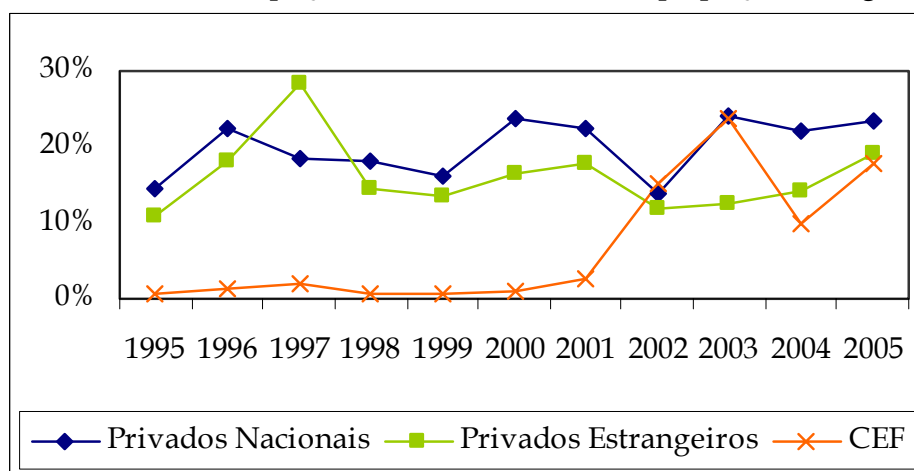
Gráfico 52. CEF - Evolução da composição dos depósitos



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Na busca de diversificação das fontes de recursos, a CEF também priorizou a captação no mercado aberto (Gráfico 53). Até 2001, era ínfima a participação das operações de mercado aberto no exigível da CEF (inferior a 1,0%). Em 2002, essa modalidade saltou para 15,3%, atingindo 23,6% em 2003. Em 2005, as captações no mercado aberto respondiam por 17,9% do exigível da CEF.

Gráfico 53. CEF - Captação no mercado aberto como proporção do exigível

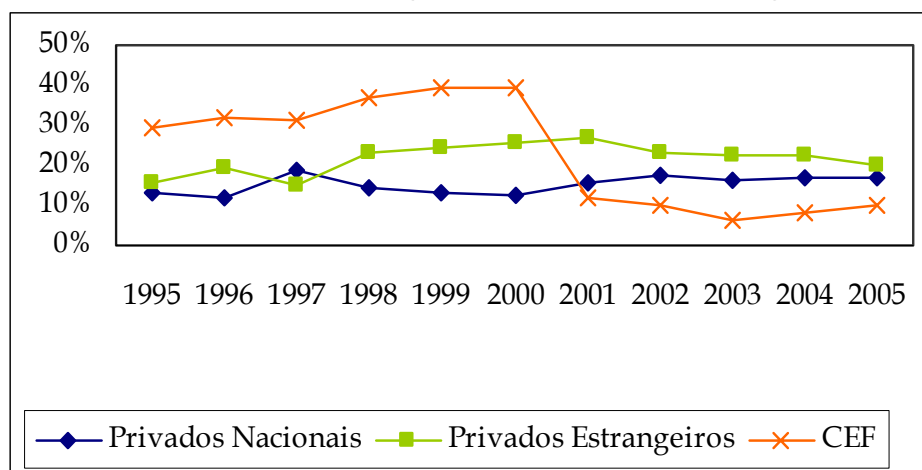


Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Como executora dos programas federais de habitação e saneamento, a CEF opera recursos de fundos e programas que são contabilizadas como Outras Obrigações (Gráfico 54). Em razão do saneamento realizado em 2001, que implicou na redução da dívida da CEF com o FGTS (assumida pelo Tesouro), o peso das outras obrigações se reduziu de 39,4% em 2000 para 11,6% em 2001, atingindo em 2003 o seu nível mais baixo (6,4%).



Gráfico 54. CEF - Outras obrigações como proporção do exigível



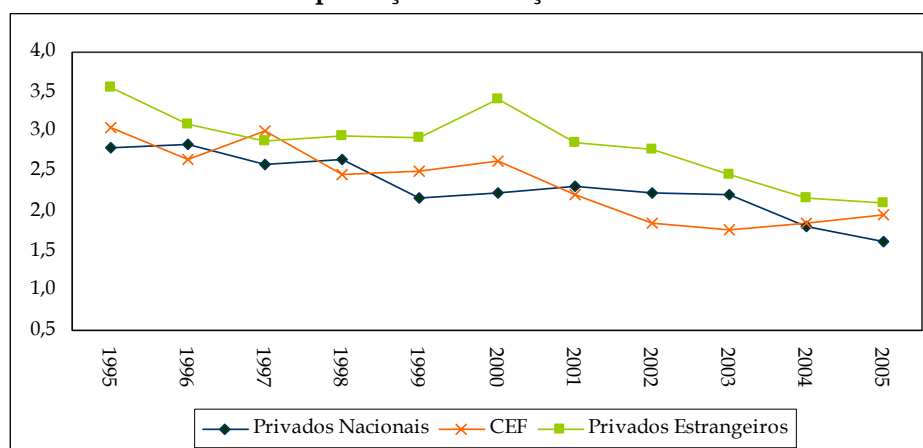
Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

A atuação da CEF a partir de 2001 se norteou pela explicitação de riscos e subsídios de programas públicos, pela a gestão de riscos e pela busca agressiva dos lucros, priorizando ativos líquidos e rentáveis. Essa reorientação de estratégia se refere à composição das receitas e despesas.<sup>70</sup> Em 2002, refletindo a troca de ativos realizados no âmbito do Proef, se reduz a participação das receitas com operações de crédito, ao mesmo tempo em que crescem as provenientes das aplicações em títulos. Em 2005, as receitas com carteira de crédito representavam 41,8% das receitas totais enquanto as receitas com as operações de tesouraria correspondiam a 26,3% (respectivamente, 51,5% e 16,9% em 1995). No período recente, 2003-2005, houve igualmente a ampliação das receitas com prestação de serviço. Em 2005, essas receitas respondiam por 16,2% da receita total.

Devido à ampliação na base de clientes e de agências que implicou na contratação de pessoal, os indicadores de cobertura da CEF embora tenham evoluído favoravelmente ainda são superiores ao dos bancos privados (Gráficos 55 e 56). Todavia, é preciso considerar que a CEF lançou em 2003 a conta CAIXA Aqui que permitiu a abertura de conta corrente simplificada para uma parcela da população até então excluída do sistema bancário.

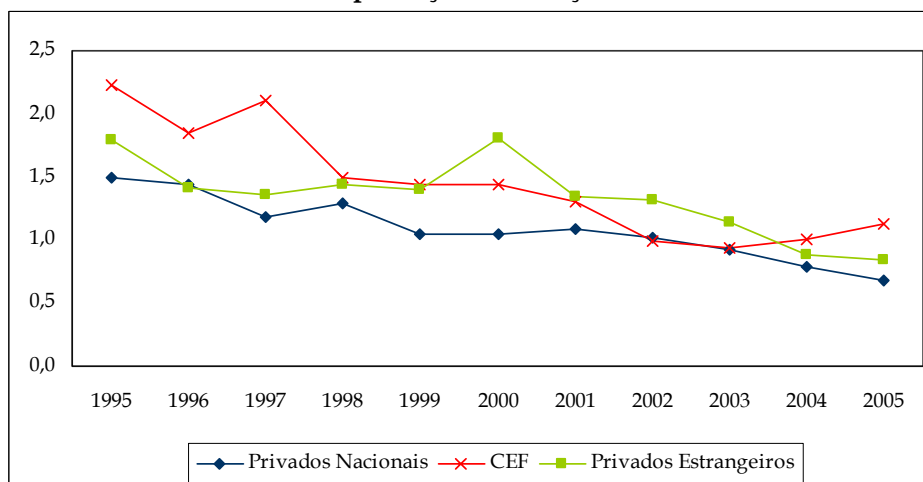
<sup>70</sup> Os dados da evolução da composição das receitas e despesas são apresentados na Tabela A11 do Anexo Estatístico.

**Gráfico 55. CEF - Evolução das despesas administrativas como proporção das receitas com prestação de serviço**



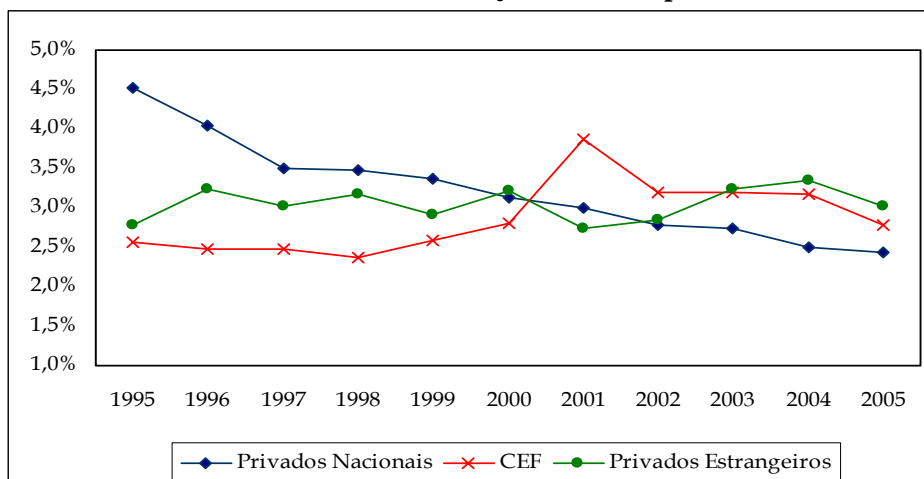
Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

**Gráfico 56. CEF - Evolução das despesas de pessoal como proporção das receitas com prestação de serviço**



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

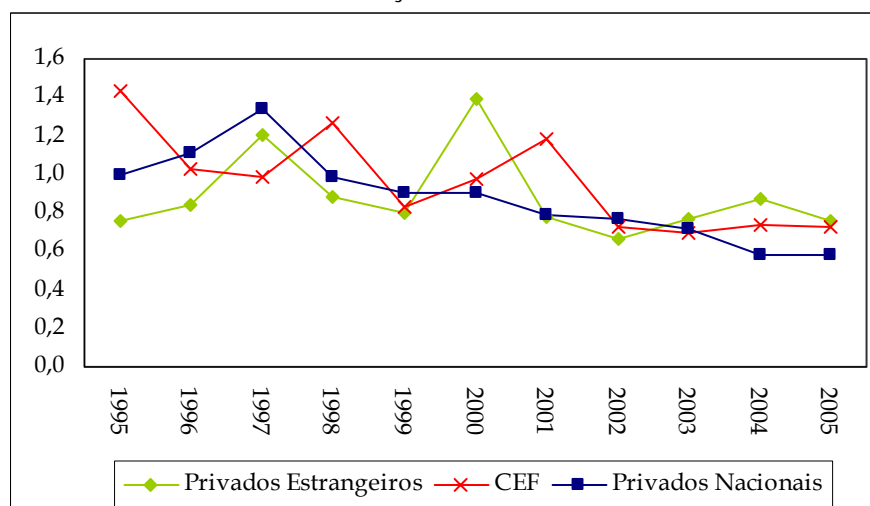
Esse padrão de atuação com base em critérios privados de rentabilidade e risco se traduziu igualmente na melhora dos diferentes indicadores de desempenho. Houve notável melhora nos indicadores de eficiência operacional, que expressam a redução dos custos da atividade bancária (Gráfico 57 e 58). Entre 2001 e 2005, a CEF conseguiu diminuir seus custos operacionais para um patamar inferior ao dos bancos privados estrangeiros: de 3,9% no segundo semestre de 2001 para 2,8% no segundo semestre de 2005. O indicador de eficiência, que relaciona as despesas administrativas e tributárias com o soma do resultado bruto da intermediação e receitas com prestação de serviço, também se reduziu após 2001, declinando de 1,2 para 0,7 em 2005. Embora distante do desempenho dos bancos privados, o indicador de eficiência da CEF é melhor do que o do BB e dos bancos estrangeiros.

Gráfico 57 . CEF - Evolução do custo operacional <sup>(1)</sup>

Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Nota:

(1) Relação entre despesas administrativas e os ativos totais.

Gráfico 58. CEF- Evolução do indicador de eficiência <sup>(1)</sup>

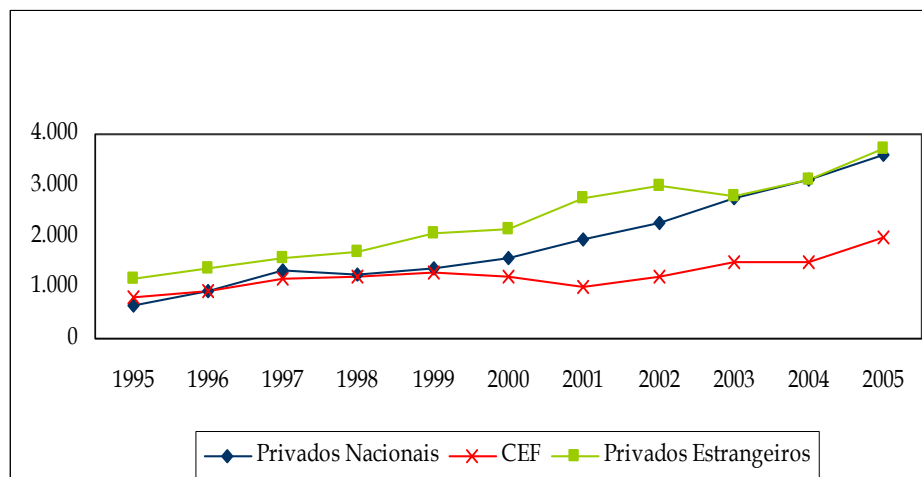
Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Nota:

(1) Relação entre a soma das despesas administrativas e tributárias e a soma do resultado bruto da intermediação e das receitas com prestação de serviços.

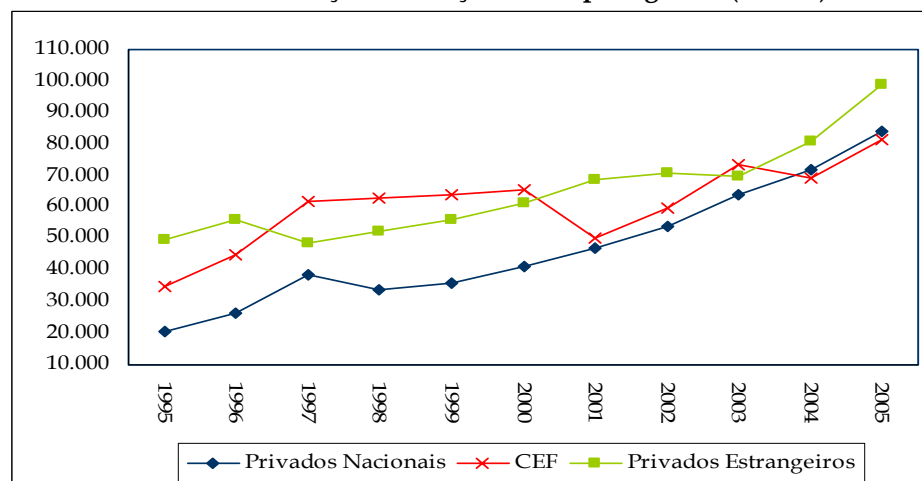
A CEF também apresentou aumento de produtividade, como mostram as relações entre o volume dos ativos por funcionário e por agência (Gráficos 57 e 58). Em comparação com os bancos privados, nacionais e estrangeiros, a CEF apresenta pior desempenho, sobretudo, na relação entre volume de ativos e funcionários. Todavia, cabe destacar que pela natureza dessa instituição responsável pela administração do FGTS e pela operacionalização de vários programas do governo federal, a CEF necessita de um quadro de pessoal maior do que os seus congêneres privados.

Gráfico 57. CEF - Evolução da relação ativos por funcionários (R\$ mil)



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

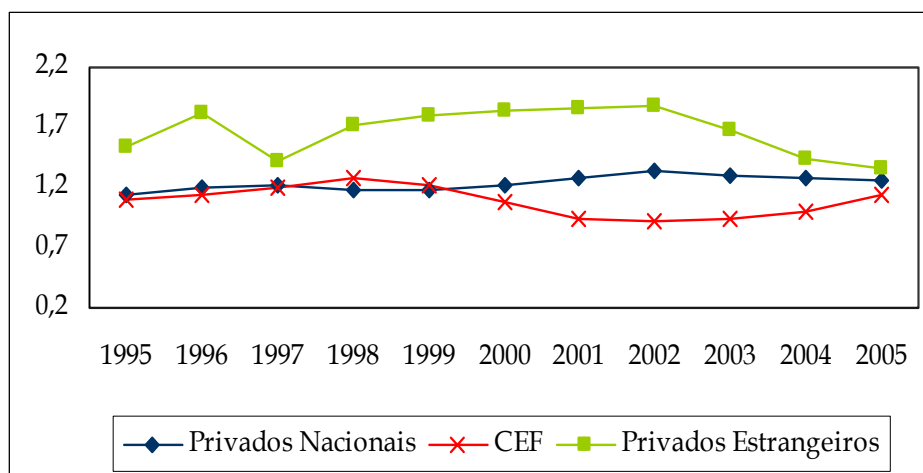
Gráfico 58. CEF - Evolução da relação ativos por agência (R\$ mil)



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Em relação aos indicadores de segurança, a CEF opera com níveis mais baixo de liquidez e mais alto grau de alavancagem que os bancos privados, nacionais e estrangeiros (Gráficos 62 e 63). Note-se, contudo, que desde 2002, refletindo a prioridade na gestão dos ativos por aplicações mais líquidas e rentáveis, o indicador de liquidez da CEF se elevou continuamente, atingindo 1,1 em 2005 (0,94 em 2001). No que se refere ao grau de alavancagem, após ampliação entre 1995 e 2000, quando atingiu seu patamar mais elevado no período em análise (21,4%), a CEF reduziu a alavancagem para 17,3% em 2002. Em 2005, a CEF operava com alavancagem de 16,4%.

Gráfico 62 . Evolução do indicador de liquidez

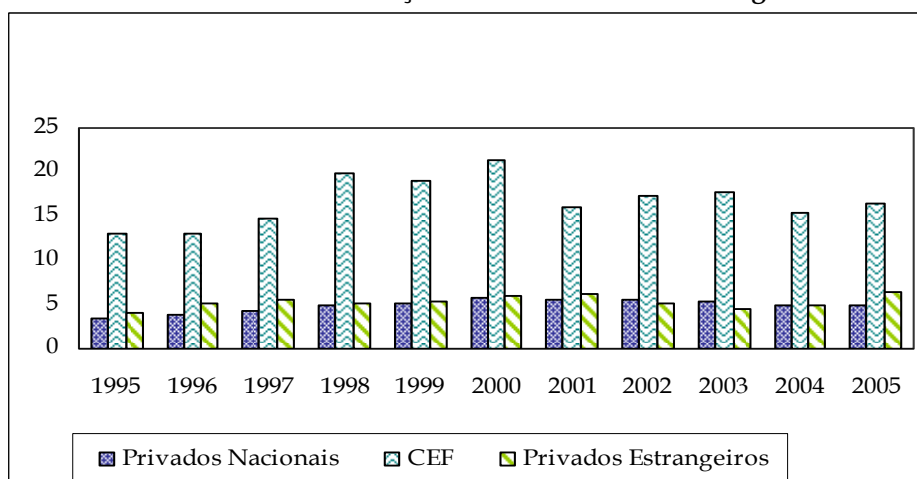


Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Nota:

(1) Aplicações sobre recursos de terceiros.

Gráfico 63 . CEF - Evolução do indicador de alavancagem (1)

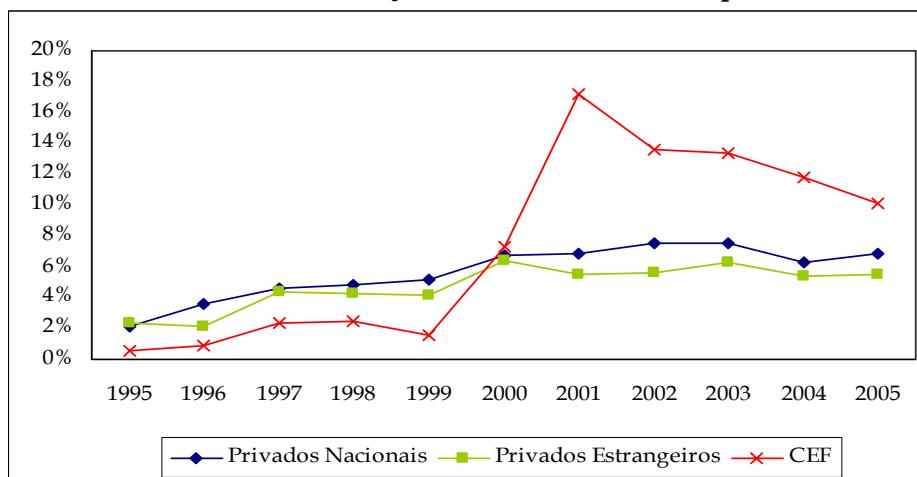


Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Nota:

(1) Operações de crédito e aplicações em títulos em relação aos recursos próprios.

No que se refere à inadimplência, após o reconhecimento de perdas em 2001, a CEF vem reduzindo o nível de inadimplência de sua carteira de crédito (Gráfico 64). Todavia, em 2005, a CEF operava inadimplência de 10,1%, nível bastante elevado quando comparado com os bancos privados e também com o Banco do Brasil.

Gráfico 64. CEF - Evolução do indicador de inadimplência <sup>(1)</sup>

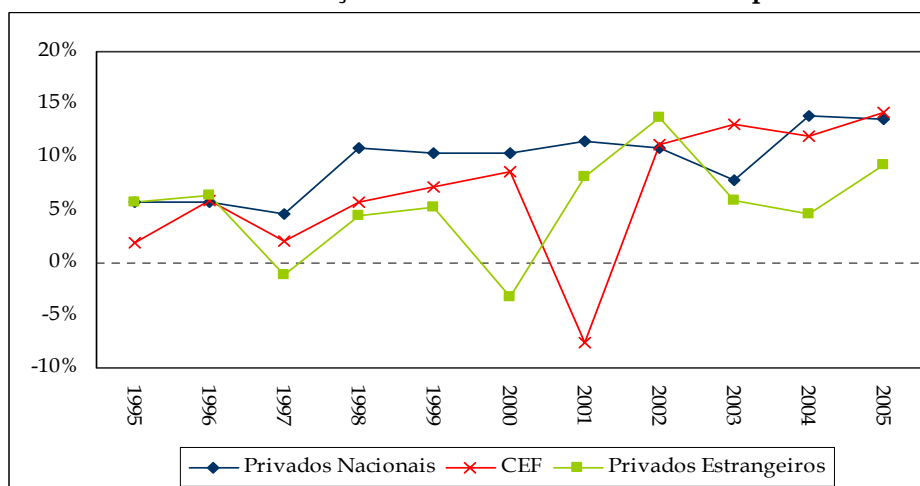
Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Notas:

(1) Provisão para crédito em liquidação em proporção das operações de crédito.

A redefinição das estratégias operacionais pela CEF em 2002 se traduziu na ampliação dos lucros. O indicador de rentabilidade patrimonial que expressa o retorno sobre o capital vem se elevando desde 2002. No segundo semestre de 2002, esse indicador atingiu 11,2% e se elevou a 14,3% no segundo semestre de 2005.

Gráfico 65. CEF - Evolução do indicador de rentabilidade patrimonial



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Nota:

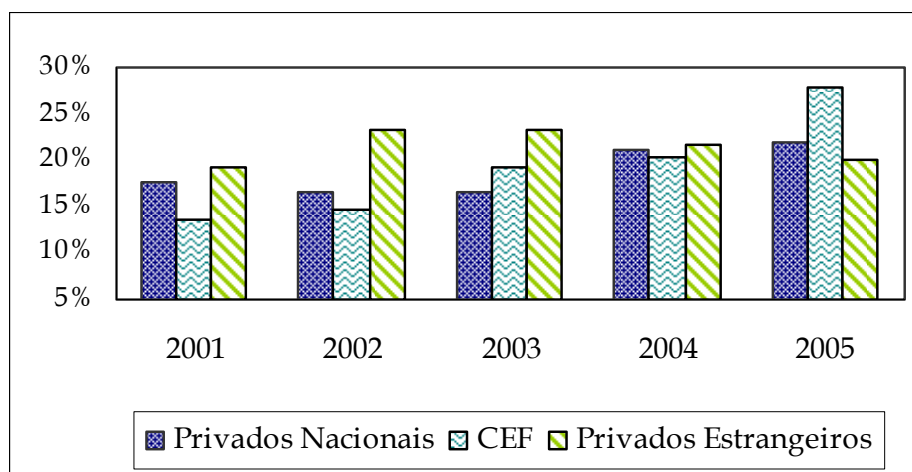
(1) Operações de crédito e aplicações em títulos em relação aos recursos próprios.

No exercício de 2003, a rentabilidade patrimonial atingiu 28%, o nível mais elevado da história da CEF. No exercício de 2005, a rentabilidade foi novamente bastante elevada: 26%. No triênio 2003-2005, a CEF repassou um total de R\$ 2,1 bilhões ao Tesouro a título de dividendos e juros sobre o capital próprio (CEF, 2003, 2004 e 2005). O governo federal tem utilizado as transferências de lucro da CEF como das demais instituições bancárias públicas

para cumprir as metas de superávit fiscal, quando poderia incentivar os bancos a utilizar parte desses recursos para forçar a queda dos *spreads* bancários.<sup>71</sup>

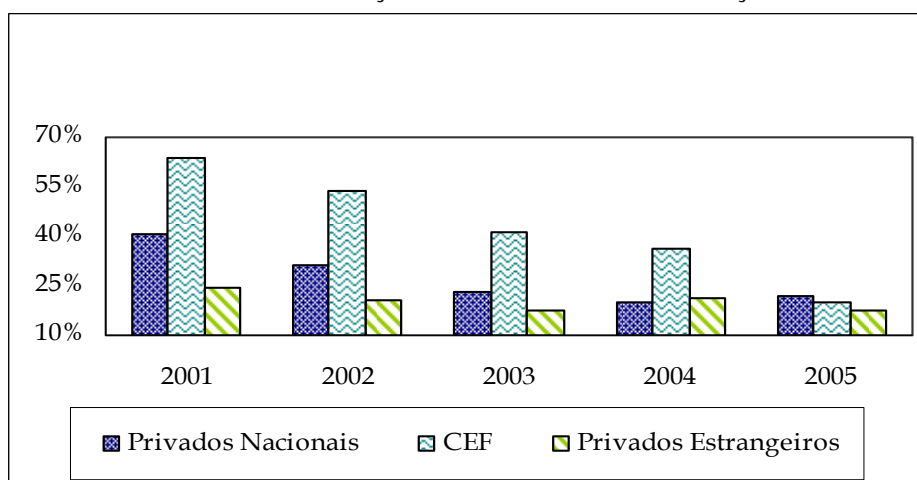
No processo de reestruturação patrimonial da CEF a partir de 2001 ocorreu tanto reforço da capitalização como redução do imobilizado, que em 2001 estava acima do limite permitido pela legislação prudencial (Gráficos 66 e 67). Em consonância com as orientações do Banco Central para o aprimoramento dos controles dos riscos, a CEF ampliou o capital próprio ponderado pelos riscos (Índice de Basileia) ao mesmo tempo em que reduziu os seus investimentos em imóveis. Em 2005, o índice de Basileia da CEF era de quase 28%, bem superior à média dos bancos privados nacionais (21,9%) e estrangeiros (20,0%). Já o imobilizado correspondia a 20% (63,8% em 2001).

**Gráfico 66 - CEF - Evolução do Índice de Basileia**



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

**Gráfico 67. CEF - Evolução do indicador de imobilização**



Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

<sup>71</sup> Esse ponto será retomado no segundo relatório quando da discussão da contribuição dos bancos públicos para a redução dos *spreads* bancários.

### VIII.5. Considerações Finais

Nesse relatório procurou-se examinar as transformações institucionais no sistema bancário no período 1995-2005, a partir dos seus principais condicionantes: alterações no ambiente macroeconômico com introdução do Plano Real e a estabilização dos preços e a adoção do regime de câmbio flutuante; modificação na regulamentação prudencial; abertura ao capital estrangeiro; privatização dos bancos públicos; e estratégias concorrenciais das instituições bancárias.

Algumas conclusões importantes emergem da análise realizada na seção 3 sobre o novo perfil do sistema bancário:

- A internacionalização do sistema bancário continua elevada e em expansão como sugerem as aquisições recentes realizadas pelo francês Société General e pelos suíços Crédit Suisse e UBS, embora alguns bancos estrangeiros tenham se retirado do país em razão do fracasso de suas estratégias de expansão e/ou revisão das estratégias de atuação internacional das matrizes;
- A elevada rentabilidade do sistema bancário aumenta ainda mais a partir do ciclo de expansão do crédito iniciado em 2003, indicando que os bancos apostam na queda dos juros e, portanto, na redução das margens das operações de tesouraria.
- A concentração do sistema não implicou menor concorrência, a qual é bastante acirrada, a despeito de não assumir a forma de concorrência via preço. A forte concorrência em um cenário de juros em declínio deve resultar em nova onda de aquisições;
- Os bancos privados nacionais priorizaram a redução de custo operacional e apresentam indicadores de desempenho superiores ao dos bancos estrangeiros em atuação no país;
- O sistema bancário brasileiro opera com baixa alavancagem, índice de Basiléia superior ao mínimo exigido, índice de imobilização bem abaixo do máximo permitido, o que indica solidez e folga para ampliar a concessão de crédito.
- Bancos públicos e, em particular, os federais, ainda possuem participação expressiva no sistema bancário, controlando mais de um terço dos ativos totais do sistema.

Na seção 4, o exame do padrão de atuação dos dois principais bancos federais – o Banco do Brasil e a Caixa – revelou que essas instituições passaram a operar com base em critérios privados de rentabilidade e risco. No caso do Banco do Brasil, essa reorientação de



prioridades tem início em 1996 com a capitalização e o saneamento na carteira de crédito agrícola. Na CEF, a atuação mais agressiva teve início em 2002 após o saneamento das carteiras e capitalização no âmbito do Proef. Os elevados lucros que estas instituições estão obtendo desde 2002 são espelhos das estratégias concorrenciais adotadas pelos bancos federais com vistas a se aproximar do padrão privado. No caso do BB, essa meta já foi alcançada em 2006, quando o banco registrou o lucro recorde de R\$ 6,0 bilhões.

No segundo relatório, cujo foco será o crédito, procurar-se-á investigar as conseqüências do padrão de atuação com base em critérios privados no desempenho por esses dois bancos federais das funções públicas de promoção do desenvolvimento econômico e social.

### VIII.6. Bibliografia

- ANDRADE, Rogério; DEOS, Simone (2006). *Banco do Brasil de meados dos Anos 90 até o período recente: uma análise a partir da regulamentação da Basileia*. Relatório de Pesquisa, CERI, Instituto de Economia da Unicamp.
- BALARIN, Rachel (2007). A transformação dos bancos brasileiros. *Valor Econômico*. 22 de janeiro.
- BALBI, Sandra (2006). Compras recentes de bancos superam US\$ 5 bi. *Folha de S. Paulo*, Dinheiro, 11 de maio.
- BANCO... (2007). Banco francês fecha compra do brasileiro Cacique por R\$ 860 mi. *Folha de S. Paulo*, Dinheiro, 27 de fevereiro.
- BARROS, José R. Mendonça de; Almeida Júnior, M. F. (1996). *A Reestruturação do sistema financeiro no Brasil*. Brasília. Mimeo.
- BARROS, José Roberto Mendonça; LOYOLA, Gustavo & BOGDANSKI, Joel (1998). *Reestruturação do setor financeiro*, Brasília, DF: Ministério da Fazenda, mimeo, fevereiro.
- BAUTZER, Tatiana (2006). Bradesco fará acordo com BB e Caixa. *Valor Econômico*, 14 de novembro.
- BB – Banco do Brasil. *Relatório anual*. Vários anos. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>>.
- BCB - Banco Central do Brasil (2006). *Economia bancária e crédito 2005*. Agosto. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pec/spread/port/rel\\_econ\\_ban\\_cred.pdf](http://www.bcb.gov.br/pec/spread/port/rel_econ_ban_cred.pdf)> . Acesso em 23 de agosto de 2006.
- \_\_\_\_\_. (2004). *Economia bancária e crédito: avaliação de cinco anos do Projeto Juros e Spread Bancário*. Dezembro. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>.
- \_\_\_\_\_. (2003). Relatório de atividades da Diretoria de Fiscalização, 1995-2002. Janeiro. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>.
- \_\_\_\_\_. (2003). *Economia bancária e crédito: avaliação de quatro anos do Projeto Juros e Spread Bancário*. Dezembro. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Economia bancária e crédito: avaliação de três anos do Projeto Juros e Spread Bancário*. Dezembro. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>.
- \_\_\_\_\_. *50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 06 de agosto de 2006.

- \_\_\_\_\_. *Séries temporais – Indicadores de Crédito*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/sgspub>>. Acesso em 06 de agosto de 2006.
- \_\_\_\_\_. *Relatório Anual*, vários números. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>.
- \_\_\_\_\_. *Relatório de Evolução do Sistema Financeiro Nacional*. Vários números. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>.
- \_\_\_\_\_. *Relatório de Estabilidade Financeira*, vários números. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>.
- BECK, Thorsten (2006). Creating an efficient financial system: challenges in a global economy. *World Bank Policy Research Working Paper*, n. 3858. Washington, DC: The World Bank, February. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>.
- BECK, T.; DEMIRGÜÇ-KUNT, E.; LEVINE, R. (2003). Bank concentration and crises. *World Bank Policy Research Working Paper*, n. 3041. Washington, DC: The World Bank, May. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>.
- BELAISCH, Agnès (2003). Do Brazilian banks compete? *IMF Working Paper*, nº 03113. Washington, DC: International Monetary Fund, May. Disponível em: <<http://www.imf.org>>.
- BODY, John H.; NICOLÓ, Gianni de (2003). Bank risk taking and competition revisited. *IMF Working Paper*, nº 03114. Washington, DC: International Monetary Fund, May. Disponível em: <<http://www.imf.org>>.
- BOECHAT Filho, Dalton; MELO, Enilce Leite & CARVALHO, Fernando José Cardim de (2001). *O novo perfil do sistema financeiro*. Rio de Janeiro: Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Relatório Econômico).
- BOSSONE, Biagio; LEE, Jong-Kun (2003). Bank efficiency and financial system size. in: HANSON, James; HONOHAN, Patrick; MAJNONI, Giovanni (Eds) *Globalization and national financial system*. New York: Oxford University Press; Washington, DC: The World Bank, p. 67-90.
- CAMPELO Jr., Aloísio (2003). Bancos obtêm lucros recordes. *Valor Financeiro*, ano 2, n. 2, pp. 20-25, junho.
- CARVALHO, Carlos Eduardo (1995) *Bancos e inflação no Brasil: comentários depois do plano real*. São Paulo. Mimeo.
- CARVALHO, Carlos Eduardo; ABRAMOVAY, Ricardo (2004). O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. In: Carlos Alberto dos Santos (org). *Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas*. Brasília, SEBRAE, p. 17-45, 2004.
- CARVALHO, Carlos Eduardo; OLIVEIRA, Giuliano C. de. (2002). Fragilização de grandes bancos no início do Plano Real. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p.69-84, jan./junho.
- CARVALHO, Carlos Eduardo; STUDART, Rogério & ALVES Jr., Antônio José. (2002) Desnacionalização do setor bancário e financiamento das empresas: a experiência brasileira recente. *Texto para Discussão*, no. 882. Brasília, D.F.: Cepal/Ipea.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de (2006). Investimento, poupança e financiamento do desenvolvimento, in: SOBREIRA, Rogério & RUEDIGER, Marco Aurélio (Org.) *Desenvolvimento e construção nacional: política econômica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.11-37.
- \_\_\_\_\_. Sistema bancário privado mais tranquilo, mas problemas continuam nos bancos oficiais. *Boletim de Conjuntura*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 45-50, jul.

- CARVALHO, Maria Christina (2006). Bank of America ficará com 7,4% do capital do Itaú. *Valor Econômico*, 10 de agosto.
- \_\_\_\_\_ (2005). Bradesco leva BEC por R\$ 700 mi. *Valor Econômico*, 22 de dezembro.
- \_\_\_\_\_ (2004). Bradesco leva BEM por R\$ 78 milhões, com só 1% de ágio. *Valor Econômico*, 11 de fevereiro.
- CERUTTI, E.; DELL'ARICCIA, G.; PÉRIA, M. S.M. (2005). How banks go abroad: braches or subsidiaries? *World Bank Policy Research Working Paper*, n. 3733. Washington, DC: The World Bank, October. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>
- CEF - Caixa Econômica Federal. *Relatório de administração e demonstrações financeiras*. Vários anos. Disponível em: <<http://www.cef.com.br>>.
- CGFS - Committee on the Global Financial System (2004). Foreign investment direct in the financial sector of emerging market economies. (*CGFS Paper*, n. 22), Basle: BIS, March. Disponível em: <<http://www.bis.org>>.
- CINTRA, Marcos Antonio M. (2006) Reestruturação patrimonial do sistema bancário brasileiro e os ciclos de crédito entre 1995 e 2005. *Política Economia em Foco n.7*, seção X, p. 292-318, Cecon - Instituto de Economia, Unicamp, maio.
- \_\_\_\_\_ (2006) O Acordo de Basiléia e os bancos públicos. *Folha de S. Paulo*, 4 de janeiro.
- COSTA NETO, Yttrio Correa (2004). *Bancos oficiais no Brasil: origem e aspectos do seu desenvolvimento*. Brasília: Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>.
- COTIAS, Adriana (2004). A escalada do Bradesco. *Balanço Financeiro*, São Paulo: Gazeta Mercantil, p. 24-25, junho.
- DEMIRGÜÇ-KUNT, E.; LAEVEN, L. LEVINE, R. (2003) The impact of bank regulations, concentration, and institutions on bank margins. *World Bank Policy Research Working Paper*, n. 3030. Washington, DC: The World Bank, April. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>.
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (1998). *Bancos Estaduais: a atualidade do debate*. Rio de Janeiro, (Linhas Bancário – Texto 07/98), mimeo, julho.
- DOMANSKI, Dietrich (2005). Foreign banks in emerging market economies: changing players, changing issues. *BIS Quarterly Review*, p. 69-81. December. Disponível em: <<http://www.bis.org>>.
- FERREIRA, Caio; FARINA, Elisabeth (2005). Concorrência e performance do setor bancário em um mercado heterogêneo. *Revista Economia*, vol. 6, n. 3, p. 157-189. ANPEC, dezembro.
- FREITAS, M. Cristina P. de (2000). Política financeira, fragilidade e reestruturação bancária, in: CARNEIRO, Ricardo *et al.*. *Gestão estatal no Brasil: armadilhas da estabilização, 1995-1998*. São Paulo: Edições Fundap, p. 237-295.
- \_\_\_\_\_ (1999a) Abertura do sistema bancário brasileiro ao capital estrangeiro, in: FREITAS, M. Cristina P. de (org). *Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90*. São Paulo: Edições Fundap-Fapesp, p. 101-173.
- \_\_\_\_\_ (1999b). Moeda endógena e passividade bancária: uma análise crítica da abordagem 'horizontalista' e da teoria do circuito monetário. *Revista de Economia Política* vol. 19, nº. 4 (76), out.-dez., São Paulo: Editora 34.

- \_\_\_\_\_ (1997). A natureza particular da concorrência bancária e seus efeitos sobre a estabilidade financeira. *Economia e Sociedade*, nº. 8, pp. 51-83, Campinas: Unicamp/IE, junho.
- FMI - Fundo Monetário Internacional (2006). *Global financial stability report*. Chap. 2 - Household credit growth in emerging market countries, p. 46-73. Washington, IMF, September. Disponível em: <<http://www.imf.org>>.
- HANSON, James (2003). Banking in developing countries in the 1990s. *World Bank Policy Research Working Paper*, n. 3168. Washington, DC: The World Bank, November, 2003. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>.
- HERMANN, Jennifer (2003). Financiamento de longo prazo: revisão do debate e propostas para o Brasil, in: SICSÚ, João; OREIRO, José Luís & PAULA, Luiz Fernando de (Orgs.) *Agenda Brasil: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços*. Barueri, SP: Editora Manolo e Fundação Konrad Adenauer, p. 241-293.
- IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Andima - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (1997). *Sistema financeiro: uma análise a partir das contas nacionais 1990-95*. Rio de Janeiro: IBGE.
- JACOB, Claudio A. *Crédito bancário no Brasil: uma interpretação heterodoxa*. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, Unicamp, 2003.
- KLEBER, Klaus (2006). Novos passos na globalização. *Balanço Financeiro*. São Paulo: Gazeta Mercantil, p. 8-13, junho.
- MAIA, Carlos Donizeti M. (2003). *Democratização e supervisão bancária: as transformações recentes*. Tese (Doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo, mimeo.
- MAIA, Geraldo V. S. (2003). Reestruturação bancária no Brasil: o caso Proer. *Nota Técnica do Banco Central do Brasil*, n. 38, p. 1-19. Brasília: BCB, junho. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>.
- MIHALJEK, Dubravko (2006). Privatisation, consolidation and the increased role of foreign banks. in: *BIS Papers*, n. 28, p.41-65, Basel: Bank for International Settlement. August.
- MOHANTY, MS; SCHNABEL, Gert; GARCIA-LUNA, Pablo (2006). Banks and aggregate credit: what is new? in: *BIS Papers*, n. 28, p. 11-39, Basel: Bank for International Settlement. August.
- NAKANE, Márcio; WEINTRAUB, Daniela. (2004) Bank privatization and productivity: evidences for Brazil. *Working Paper Series nº 90*, Brasília: Banco Central do Brasil, novembro, 2004. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>.
- NAKANE, Márcio; ALENCAR, Leonardo; KANCZUC, Fabio (2006). Demand for bank service and market power in Brazilian banks. *Working Paper Series nº 107*, Brasília: Banco Central do Brasil, junho. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>.
- NICOLÓ, Gianni de *et al.* (2003). Bank consolidation, internationalization and conglomeration: trends and implication for financial risks. *IMF Working Paper*, nº 03158. Washington, DC: International Monetary Fund, July. Disponível em: <<http://www.imf.org>>.
- OLIVEIRA, Giuliano C. (2006) O comportamento recente do crédito e da estrutura patrimonial dos grandes bancos no Brasil (2002-2005): uma abordagem pós-keynesiana. Trabalho apresentado no Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política. Vitória: SEP, Disponível em: <<http://www.sep.gov.br>>. Acesso em 27 de junho de 2006.
- \_\_\_\_\_ (2004). *Análise do spread bancário no Brasil após o plano Real (1994-2003)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da Puc-SP.

- PAULA, Luiz F. de P. (2002). *A recente onda de bancos europeus no Brasil: determinantes e impactos*. São Paulo: Banco Santos.
- PAULA, Luiz Fernando, ALVES Junior, Antônio José; MARQUES, M. Beatriz L. (2001). Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real (1994/98). *Estudos Econômicos*, São Paulo, V. 31, n.2, pp. 285-319, abril-junho.
- PAULA, Luiz Fernando, MARQUES, M. Beatriz. (2006). Tendências recentes da consolidação bancária no Brasil. *Análise Econômica*. Porto Alegre, Ano 24, nº 45, p. 235-263, março.
- PRATES, Daniela M, FREITAS, M. Cristina P & FARHI, Maryse. (2005). Internacionalização bancária e derivativos financeiros no Brasil. *in: André Scherer (Org). O Brasil frente à ditadura do poder financeiro: reflexões e alternativas*, Ed. Univates, pp. 149-172.
- ROCHA, Fernando A. S. (2001). Evolução da concentração bancária no Brasil (1994-2000). *Nota Técnica do Banco Central do Brasil*, n. 11, p. 1-40. Brasília: BCB, novembro. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br>>.
- RODRIGUES, Eduardo et al. Efeito da consignação em folha na taxas de juros dos empréstimos pessoais. *Working Paper Series nº 108*, Brasília: Banco Central do Brasil, junho, 2006. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br>>.
- ROLDOS, Jorge. FDI in emergent markets banking system. Paper prepared for the OECD Global Forum on International Investment: "New Horizons and Policy Challenges for Foreign Direct Investment in the 21st Century, Mexico City, November 26-27, 2001. . Disponível em:<<http://www.oecd.org>>.
- SALVIANO JR., Cleofas (2004). Bancos estaduais: dos problemas crônicos ao Proes. Brasília: Banco Central do Brasil. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br>>.
- STALLINGS, Bárbara; STUDART, Rogério (2006). *Financiamiento para el desarrollo: América Latina desde una perspectiva comparada*. Santiago del Chile: CEPAL, julio.
- TONOOKA, Eduardo; KOYAMA, Sérgio. (2003). Taxa de juros e concentração bancária no Brasil. *Working Paper Series nº 62*, Brasília: Banco Central do Brasil, fevereiro. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br>>.
- VIDOTTO, Carlos Augusto. (2005). Reforma dos bancos federais brasileiros: programa, base doutrinária e afinidades teóricas. *Economia e Sociedade*, n. 24, p. 57-84, jun., Campinas: Instituto de Economia/Unicamp. 2005.
- \_\_\_\_\_ (2002). *O sistema financeiro brasileiro nos anos 90: um balanço das mudanças estruturais*. Tese (Doutoramento). Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, mimeo.

## VIII.7. Anexos

### VIII.7.1 Anexo metodológico

Os dados apresentados nesse relatório foram coletados junto ao *site* do Banco Central do Brasil a partir de duas bases de informação. Uma delas contém informações detalhadas sobre a evolução institucional do sistema financeiro nacional, organizadas na publicação *do Relatório de Evolução do SFN*. Foram consultados os relatórios e seus anexos dos anos de 1998 a 2005, que cobrem o período dezembro de 1994 a dezembro de 2005. Dentre as informações desses relatórios destaca-se a evolução da composição do sistema bancário em seu conceito amplo que inclui os bancos múltiplos com carteira de investimento, classificado tanto por porte como por natureza do capital:

Para os propósitos específicos do *Relatório de Evolução do SFN*, o Banco Central classifica as instituições por porte com base no ativo total ajustado (ativo total menos contas de compensação) apresentado pelos bancos comerciais, bancos múltiplos e caixa econômica no mês de dezembro, de acordo com o seguinte procedimento:

1. Relaciona-se a participação relativa do ativo total ajustado de cada instituição com a soma dos ativos totais ajustados de todas as instituições consideradas. As instituições cujo percentual de participação individual é superior a 15% são consideradas de grande porte e excluídas da amostra.
2. Toma-se a amostra dos demais bancos e os classificamos em ordem decrescente de suas participações individuais no total dos ativos dessa amostra e acumulamos essas participações. Fazem-se os cortes quando esse acumulado atinge 70%, 95% e 100% dos ativos dessa amostra;
3. As instituições que compõem a faixa de até 70%, inclusive, do montante de participação acumulada, também são consideradas de grande porte, juntamente com aquelas apuradas no item 1. As instituições que compõem a faixa acima de 70% até 95% são consideradas de médio porte. As que compõem a faixa acima de 95% até 100% são consideradas de pequeno porte.

A classificação das instituições por natureza de capital agrupa as instituições financeiras de acordo com a origem do controlador: público federal, público estadual, privado e estrangeiro. A classificação das instituições estrangeiras baseia-se nos seguintes conceitos:

1. Instituição financeira nacional com participação estrangeira refere-se às instituições que possuem participação direta e/ou indireta relevante, ou seja, entre 10% e 50% do capital votante.

2. Instituição financeira nacional com controle estrangeiro refere-se às instituições que possuem participação direta e/ou indireta da maioria do capital votante.
3. Instituição financeira estrangeira refere-se às instituições constituídas e sediadas no exterior com dependência ou filial no País.

Esses relatórios também fornecem informações sobre a reorganização do sistema financeiro nacional relacionando os cancelamentos de autorização de funcionamento, a transferência de controle acionário, modificação de objeto social, etc.

A outra base de informações utilizada refere-se aos dados contábeis das cinquenta maiores instituições bancárias que compõe o Consolidado Bancário 1: bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e caixa econômica (ver Quadro A1). Essas cinquenta instituições detinham uma participação em 83,3% dos ativos totais do sistema financeiro brasileiro, em dezembro de 2005. Dentre as cinquenta maiores instituições bancárias, se classificam instituições públicas, privadas nacionais e privadas com controle estrangeiro (Tabela A1).

Na elaboração dos 50 Maiores Bancos, o Banco Central utiliza as informações dos demonstrativos financeiros das instituições bancárias, que por determinação legal estão obrigadas a apurar resultado a 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

As informações disponíveis cobrem o período dezembro de 1995 a dezembro de 2005 permitindo a análise da composição dos ativos, das fontes de *funding* e das receitas de intermediação. Igualmente, os dados dos balancetes contábeis fornecem informação sobre o nível de capitalização das instituições bancárias, número de agências, número de funcionários, receitas de prestação de serviço, despesa de pessoal, patrimônio líquido, lucro líquido, entre outros.

Enquanto os dados contábeis das contas ativas e passivas se referem ao exercício anual, os dados referentes às receitas e despesas correspondem aos saldos acumulados de julho a dezembro de cada ano.

A partir dessas informações dos balancetes contábeis foram elaborados os seguintes indicadores:

- Crédito em % dos ativos totais;
- Títulos e valores mobiliários em % dos ativos totais;
- Composição dos depósitos (depósito à vista; a prazo e de poupança em % dos depósitos totais);
- Depósitos totais em % do Passivo Exigível;

- Captação no mercado aberto em % do Passivo Exigível;
- Evolução das operações com derivativos financeiros (dados disponíveis para o período 2002-2005);
- Evolução do custo operacional (despesas administrativas mais despesas de pessoal sobre o ativo total);
- Ativos totais por número de funcionário
- Ativos totais por número de agências;
- Proporção das despesas administrativas cobertas pelas receitas com prestação de serviços;
- Proporção das despesas com pessoal cobertas pelas receitas com prestação de serviços
- Evolução da rentabilidade patrimonial (lucro líquido sobre patrimônio líquido);
- Evolução da inadimplência (relação entre a provisão para crédito em liquidação e as operações de crédito)
- Evolução da liquidez (relação entre disponibilidades, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, aplicações interfinanceiras com depósitos totais acrescidos de captação no mercado aberto);
- Evolução do índice de Basileia (período 2002-2005)
- Evolução do indicador de imobilização (período 2002-2005);
- Evolução dos índices de alavancagem (operações de crédito e títulos e valores mobiliários em relação ao patrimônio líquido).
- Evolução do índice de eficiência (relação entre a soma das despesas administrativa, com pessoal e tributária e o resultado de intermediação financeira mais receitas de prestação de serviço).





BRASCAN						44	35	40			
BRB	42	44	50	50	49	45	45	42	40	37	36
BVA									42		
CACIQUE									50		
CEF	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2
CHASE		32	30	27	27	22					
CHASE MANHATTAN	44										
CITIBANK	18	13	16	15	12	13	10	8	11	12	12
CLASSICO										45	42
CREDIBANCO	40	41	41	42	44						
CREDIREAL	12	11									
CREDIT LYONNAIS										41	
CREDIT SUISSE							23	25	16	16	21
CRUZEIRO DO SUL									36	34	35
CSFB GARANTIA				30	26	24					
DAYCOVAL										50	43
DEUTSCH		40									
DEUTSCHE	45		47	35	30	36	21	37	22	24	19
DIBENS	35	36	44								
DRESDNER				34	33	29	34	36	45	40	
EUROPEU						33	33				
EXCEL	38		22								
FIBRA	46	38	38	45	50	42	37	26	27	30	29
FININVEST						47					
GARANTIA			29								
GERAL DO COMERCIO	50	46									
HSBC				9	13	10	12	10	10	9	9
HSBC BAMERINDUS			12								
IBIBANK										36	32
ING				32	39	37	38	31	39	49	44
ING BANK			40								
ITAU	6	5	4	4	4	4	4	4	4	4	4
JP MORGAN	36	45	31	38	31						
JP MORGAN CHASE							22	18	19	18	20
LLOYDS	23	27	28	26	23	21	19	19	43		
MERCANTIL DO BRASIL					38	27	31	32	28	27	27
MERCANTIL FINASA				18	18						
MERCANTIL SP		18	21			18	20				
MERCAPAULO	21										
MERIDIONAL	29	31	34	20	20						
MORGAN						35					
NOSSA CAIXA	9	9	8	10	9	11	11	9	9	10	11
PACTUAL	39	37	43	48	40	40	24	30	21	19	14
PINE									47	48	38
PONTUAL	31	33	42	31							
PROSPER							48				
RABOBANK						46	42	29	29	28	28
REAL	8	7	7	7							
RURAL	47	42	45	29	29	26	27	22	20	23	34
SAFRA	11	12	11	11	8	9	8	12	8	8	8

SANTANDER BANESPA							5	6	7	6	6
SANTANDER BRASIL			33	12	11	8					
SANTOS						25	25	20	17		
SANTOS - Sob Intervenção										20	
SMBC							47	46	49		
SOCIETE GENERALE											49
SOFISA								43	48	47	45
SS						48	43	41	33	32	33
SUDAMERIS	17	16	19	13	15	15	13	14			
SUL AMERICA								48			
TOKYOMITSUBISHI				44	46	43	39	34	38		
UNIBANCO	5	6	6	5	5	5	6	5	5	5	5
VOTORANTIM	41	50	32	25	24	20	15	13	12	11	10
WESTLB								27	35	43	47

Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração Própria.

Obs: O número indica a posição da instituição no ranking no respectivo ano. A ausência de número significa que a instituição não figurava no ranking dos 50 maiores ou deixou de existir.

**Tabela A1. Evolução da Composição no Número de Bancos por Natureza do Capital Classificados entre os 50 Maiores**

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Público Federal	5	5	4	5	6	6	5	6	6	6	6
Público Estadual	10	10	7	7	5	4	4	4	4	4	4
Privado Nacional	20	20	19	14	12	14	16	16	20	21	21
Privado Estrangeiro (1)	15	15	20	24	27	26	25	24	20	19	19
Privado Controle Estrangeiro <sup>(1)</sup>	10	10	13	18	22	21	21	21	18	17	17
Privado Partic Estrangeira <sup>(2)</sup>	5	5	7	6	5	5	4	3	2	2	2

Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração Própria.

Nota:

(1) Inclui filiais de instituições estrangeiras e subsidiárias brasileiras de bancos estrangeiras e bancos nacionais com participação estrangeira, direta e/ou indireta, entre 10% e 50% no capital votante

## VIII.7.2 Anexo estatístico

Quadro 2A. Um Balanço do Proes: as opções dos governos dos Estados

Opção/ Situação		Instituições
Fora do PROES		BRB (DF), BANDES (ES), BANESTES (ES), NOSSA CAIXA (SP) PARAIBAN (PB) <sup>1</sup>
Saneamento com Manutenção do Controle pelo Estado		BANESTES (ES), BANRISUL (RS), BANPARÁ (PA), e BANESE (SE)
Privatização	Já Privatizadas	CREDIREAL e BEMGE (MG) <sup>2</sup> , BANDEPE (PE) <sup>2</sup> , BANEBA (BA) <sup>2</sup> , BANESTADO (PR) <sup>2</sup> , BEA (AM) <sup>3</sup> , BEG (GO) <sup>3</sup> , BEM (MA), <sup>3</sup> BEC (CE) <sup>3</sup>
	A Privatizar <sup>4</sup>	BEP (PI), BESC (SC)
Federalização		BEG (GO), BEC (CE), BEA (AM), BEM (MA), BEP(PI), BESC (SC)
Transformação em Agência de Fomento	A Transformar	BDMG (MG)
	Já Transformada	CEE (RS), DESENBANCO (BA) <sup>5</sup> , BEMAT (MT), BANDEPE (PE), BANER (RR), BADESC (SC), BDRN (RN), BANACRE (AC), BANAP (AP)
Agências de Fomento Criadas		AFEAM (AM), AFG (GO), AF do Paraná, AF Desenvolvimento Econ. Social do Estado de RO,
Liquidação Extrajudicial	Liquidadas	BANAP (AP), MINASCAIXA (MG), BANERJ (RJ), BADERN (RN)
	Autorização Cancelada	RONDONPOUP

Fonte: Banco Central do Brasil/Diretoria de Liquidação e Desestatização - *Boletim da Situação dos Bancos Estaduais*, maio de 2002; Salviano Jr (2004); Carvalho (2004 e 2005). Elaboração Própria.

## Notas:

- (1) Privatização executada pelo Estado da Paraíba sem recursos do PROES. O Paraiban foi adquirido pelo ABN Amro Bank em leilão realizado em 08/11/2001.
- (2) Privatização conduzida pelos Estados.
- (3) Privatização conduzida pela União.
- (4) Processo de privatização está paralisado. O STF revogou o edital de privatização do BESC em 2002. No caso do BEP, o Banco Central cancelou o edital de privatização em julho de 2004.
- (5) A razão social foi alterada para DESENBÁHIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia. S.A.

Tabela A2. Evolução da Composição do Passivo Exigível

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Depósitos Totais</b>											
50 maiores	53,2%	46,1%	42,5%	45,9%	47,1%	41,6%	42,2%	45,5%	45,3%	48,8%	49,1%
Públicos Federais	65,3%	58,5%	48,9%	51,3%	54,2%	49,9%	55,4%	53,5%	51,5%	55,3%	57,4%
Públicos Estaduais	39,6%	41,2%	48,1%	58,4%	72,5%	67,6%	72,5%	65,6%	72,4%	73,8%	75,1%
Privados Nacionais	54,2%	43,6%	41,3%	46,7%	50,3%	43,1%	41,4%	45,5%	40,2%	42,4%	42,2%
Privados Estrangeiros	39,1%	26,9%	28,6%	31,2%	30,4%	28,3%	27,2%	33,5%	38,5%	44,4%	43,8%
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>											
50 maiores	17,7%	18,8%	16,4%	13,7%	13,6%	13,7%	14,5%	13,9%	11,3%	11,1%	8,9%
Públicos Federais	6,5%	8,6%	10,0%	11,1%	7,9%	7,9%	7,8%	8,6%	7,7%	10,9%	7,7%
Públicos Estaduais	32,5%	31,9%	41,3%	5,0%	6,5%	4,7%	4,5%	3,5%	2,1%	2,5%	2,5%
Privados Nacionais	16,0%	18,2%	16,0%	13,3%	14,4%	12,7%	14,3%	14,4%	12,1%	11,1%	9,0%
Privados Estrangeiros	28,5%	26,3%	20,8%	21,6%	22,3%	21,8%	22,0%	21,0%	17,2%	12,5%	11,1%
<b>Captção no Mercado Aberto</b>											
50 maiores	10,6%	14,7%	17,5%	13,2%	11,2%	16,6%	19,0%	16,1%	19,3%	17,4%	18,8%
Públicos Federais	3,1%	6,3%	14,4%	7,6%	7,0%	11,2%	17,7%	20,6%	20,0%	15,8%	14,9%
Públicos Estaduais	19,4%	16,8%	3,2%	25,6%	8,5%	17,1%	14,2%	22,5%	16,2%	13,0%	10,8%
Privados Nacionais	14,4%	22,5%	18,5%	18,1%	16,3%	23,9%	22,5%	14,0%	24,1%	22,2%	23,5%
Privados Estrangeiros	10,9%	18,0%	28,3%	14,6%	13,5%	16,6%	17,8%	12,0%	12,5%	14,2%	19,0%
<b>Outras Obrigações</b>											
50 maiores	15,6%	16,0%	18,6%	20,9%	22,3%	21,9%	18,8%	17,2%	17,6%	17,1%	17,3%
Públicos Federais	21,9%	22,3%	22,5%	25,6%	26,9%	26,6%	14,3%	13,3%	16,6%	14,0%	16,5%
Públicos Estaduais	7,8%	8,4%	5,2%	8,8%	10,7%	9,1%	7,8%	7,6%	8,5%	9,4%	10,5%
Privados Nacionais	12,9%	11,7%	18,9%	14,3%	13,3%	12,7%	15,6%	17,3%	16,0%	17,1%	16,7%
Privados Estrangeiros	15,7%	19,5%	15,1%	22,9%	24,4%	25,5%	26,9%	23,1%	22,5%	22,4%	20,0%

Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

**Tabela A3. Evolução da Composição dos Depósitos Bancários (%)**

50 maiores	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Dep Vista	8,2%	7,5%	11,9%	11,6%	13,4%	16,2%	16,2%	17,6%	16,7%	16,0%	15,4%
Dep Poupança	27,8%	31,4%	36,1%	38,6%	36,6%	36,6%	34,5%	32,5%	31,2%	29,8%	26,6%
Dep Interfinanceiros	10,4%	7,7%	2,8%	2,6%	2,1%	2,0%	2,0%	1,6%	3,1%	2,8%	2,6%
Dep Prazo	49,9%	48,1%	44,6%	46,0%	46,8%	44,1%	44,2%	45,6%	45,5%	47,9%	51,3%
Outros Dep	3,7%	5,4%	4,6%	1,4%	1,1%	1,2%	3,1%	2,8%	3,4%	3,6%	4,1%
Totais	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	99,9%	100,0%
<b>Públicos Federais</b>	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Dep Vista	6,2%	5,3%	11,2%	11,9%	12,2%	15,1%	15,7%	16,5%	16,5%	16,4%	16,2%
Dep Poupança	26,3%	29,6%	32,7%	36,2%	35,4%	38,7%	38,6%	39,2%	36,8%	38,2%	35,0%
Dep Interfinanceiros	9,2%	2,6%	1,8%	1,2%	1,8%	2,7%	3,0%	2,2%	3,8%	2,7%	2,3%
Dep Prazo	50,7%	51,2%	45,9%	48,4%	48,6%	40,9%	35,6%	35,5%	35,1%	33,8%	36,7%
Outros Dep	7,6%	11,4%	8,4%	2,4%	2,0%	2,6%	7,0%	6,6%	7,8%	8,8%	9,9%
Totais	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
<b>Públicos Estaduais</b>	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Dep Vista	11,1%	10,5%	11,6%	10,5%	11,0%	10,9%	9,9%	10,2%	10,4%	9,7%	10,0%
Dep Poupança	21,1%	19,7%	33,8%	35,7%	42,0%	41,8%	35,0%	34,8%	35,0%	35,5%	33,6%
Dep Interfinanceiros	25,8%	26,7%	5,3%	10,6%	0,3%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,3%
Dep Prazo	41,6%	42,8%	45,5%	41,5%	45,8%	47,2%	54,9%	54,8%	54,4%	54,6%	56,0%
Outros Dep	0,4%	0,3%	3,7%	1,7%	0,9%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%
Totais	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
<b>Privados Nacionais</b>	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Dep Vista	10,8%	9,3%	14,6%	13,4%	16,0%	18,2%	18,0%	21,1%	18,8%	18,7%	17,4%
Dep Poupança	40,3%	46,5%	48,8%	50,6%	44,6%	42,7%	38,2%	31,7%	30,7%	29,1%	26,1%
Dep Interfinanceiros	5,3%	4,3%	2,8%	2,3%	1,6%	1,2%	1,6%	1,2%	3,8%	4,4%	4,4%
Dep Prazo	43,6%	39,9%	33,8%	33,7%	37,7%	37,9%	42,2%	46,0%	46,6%	47,5%	51,6%
Outros Dep	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,4%
Totais	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	99,8%	100,0%
<b>Privados Estrangeiros</b>	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Dep Vista	6,5%	7,3%	9,3%	7,9%	14,1%	17,2%	16,8%	17,0%	16,1%	13,6%	13,2%
Dep Poupança	14,9%	20,7%	26,1%	27,7%	27,1%	23,6%	21,9%	20,4%	19,5%	15,4%	12,6%
Dep Interfinanceiros	3,6%	3,4%	4,7%	2,7%	4,1%	2,0%	1,4%	1,5%	1,8%	1,6%	1,5%
Dep Prazo	74,8%	68,3%	59,8%	61,5%	54,6%	57,0%	59,7%	61,0%	62,4%	69,3%	72,5%
Outros Dep	0,1%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%
Totais	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração própria.

Obs: Valores diferentes de 100% se devem a problemas de arredondamento.

**Tabela A4. Evolução no Número de Funcionários**

1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
238.345	218.424	222.084	216.934	217.045	213.392	205.053	216.457	214.174	225.350	236.149
119.217	103.051	56.306	48.756	37.050	28.193	29.023	29.266	29.684	32.190	32.157
180.445	164.060	134.410	136.476	122.214	135.621	133.918	133.731	134.992	132.168	133.048
54.271	56.457	88.310	91.484	102.548	124.777	115.241	109.467	104.289	107.989	110.864
592.278	541.992	501.110	493.650	478.857	501.983	483.235	488.921	483.139	497.697	512.218

Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50.

**Tabela A5. Evolução no Número de Agências**

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Público Federal</b>	6.028	5.723	5.621	5.475	5.742	5.496	5.596	5.897	5.930	6.518	6.933
<b>Público Estadual</b>	3.106	2.965	2.222	1.901	1.374	988	1.000	1.018	1.033	1.046	1.072
<b>Privado Nacional</b>	5.714	5.683	4.650	5.082	4.677	5.239	5.446	5.642	5.776	5.701	5.693
<b>Privado Estrangeiro</b>	1.275	1.389	2.877	2.981	3.752	4.380	4.640	4.616	4.152	4.135	4.149
<b>Total 50 Maiores</b>	16.123	15.760	15.370	15.439	15.545	16.103	16.682	17.173	16.891	17.400	17.847

Fonte: Banco Central do Brasil - Top 50. Elaboração Própria.

Tabela A6. Evolução da Composição das Receitas<sup>(1)</sup>

	Receitas de Intermediação Financeira				Receitas de Prestação de Serviço	Result. de Part. em Coligadas e Controladas	Outras Receitas	Total das Receitas
	Operações de Créd. e Arrend. Mercantil	Operações com Tit. Val. Mobiliários	Operações de Câmbio	Outras Receitas				
<b>50 Maiores Bancos</b>								
1995	50,4%	25,9%	3,7%	3,8%	6,5%	1,1%	8,7%	100,0%
1996	45,2%	27,8%	2,5%	1,5%	9,7%	2,3%	11,0%	100,0%
1997	48,3%	25,1%	1,8%	2,3%	8,7%	1,8%	12,0%	100,0%
1998	43,5%	32,1%	2,2%	1,6%	9,3%	1,4%	9,8%	100,0%
1999	42,7%	27,9%	4,5%	1,7%	10,4%	2,8%	10,0%	100,0%
2000	41,4%	28,4%	3,4%	-0,7%	10,9%	3,0%	13,6%	100,0%
2001	39,9%	27,8%	4,3%	4,3%	10,9%	1,2%	11,7%	100,0%
2002	35,0%	36,0%	9,8%	0,0%	8,2%	3,2%	7,8%	100,0%
2003	39,0%	34,0%	2,8%	4,7%	12,3%	1,5%	5,6%	100,0%
2004	39,3%	25,5%	0,7%	6,2%	14,0%	0,2%	14,0%	100,0%
2005	43,7%	27,5%	1,3%	4,8%	13,4%	1,6%	7,6%	100,0%
<b>Bancos Públicos Federais</b>								
1995	52,5%	18,3%	4,5%	5,4%	6,7%	-2,4%	15,0%	100,0%
1996	39,6%	23,4%	0,9%	4,3%	11,9%	0,8%	19,0%	100,0%
1997	46,7%	26,5%	0,6%	3,7%	6,5%	0,6%	15,4%	100,0%
1998	43,6%	29,3%	1,0%	1,1%	9,0%	1,4%	14,6%	100,0%
1999	41,2%	27,5%	3,0%	2,1%	10,4%	2,8%	13,0%	100,0%
2000	42,6%	20,1%	2,6%	1,7%	13,1%	3,0%	16,9%	100,0%
2001	28,3%	28,4%	3,6%	5,4%	14,6%	0,6%	19,2%	100,0%
2002	24,6%	37,6%	12,3%	3,1%	10,7%	3,1%	8,5%	100,0%
2003	28,6%	39,9%	3,8%	6,4%	13,7%	1,0%	6,5%	100,0%
2004	31,6%	32,0%	0,3%	6,1%	16,5%	-1,1%	14,6%	100,0%
2005	32,2%	34,7%	0,3%	5,2%	15,7%	0,7%	11,3%	100,0%
<b>Bancos Públicos Estaduais</b>								
1995	51,1%	37,9%	0,7%	2,1%	4,1%	-0,2%	4,2%	100,0%
1996	49,4%	39,5%	0,7%	-0,8%	5,3%	0,7%	5,2%	100,0%
1997	49,3%	29,7%	0,8%	4,8%	7,6%	-0,1%	7,8%	100,0%
1998	36,6%	45,5%	0,9%	3,5%	7,8%	-3,2%	9,0%	100,0%
1999	33,3%	31,3%	2,0%	2,4%	10,6%	13,1%	7,3%	100,0%
2000	34,3%	48,7%	1,2%	1,1%	10,1%	0,3%	4,3%	100,0%
2001	32,1%	46,7%	2,0%	0,7%	9,3%	0,1%	9,0%	100,0%
2002	30,9%	45,3%	5,1%	5,6%	7,2%	0,7%	5,1%	100,0%
2003	35,2%	43,9%	1,5%	7,2%	9,3%	0,4%	2,4%	100,0%
2004	38,1%	37,5%	1,9%	5,6%	11,0%	-0,2%	6,1%	100,0%
2005	37,1%	38,5%	3,6%	6,4%	9,4%	0,2%	4,9%	100,0%
<b>Banco Privados Nacionais</b>								
1995	51,0%	23,2%	2,9%	3,7%	8,5%	5,0%	5,7%	100,0%
1996	48,2%	23,2%	3,7%	1,2%	11,2%	4,1%	8,4%	100,0%
1997	51,7%	19,6%	3,5%	0,5%	12,4%	3,0%	9,2%	100,0%
1998	46,2%	29,6%	3,6%	0,8%	11,0%	2,8%	6,1%	100,0%
1999	46,2%	23,9%	3,3%	1,2%	13,5%	3,8%	8,2%	100,0%
2000	45,9%	28,3%	3,8%	-3,3%	13,3%	5,6%	6,6%	100,0%
2001	47,1%	22,4%	4,9%	3,5%	11,3%	2,0%	8,8%	100,0%
2002	45,7%	29,0%	9,3%	-3,9%	9,0%	4,1%	6,7%	100,0%
2003	46,1%	29,7%	2,1%	3,5%	11,7%	2,7%	4,2%	100,0%
2004	45,4%	21,8%	0,7%	8,7%	13,0%	0,4%	10,0%	100,0%
2005	51,8%	22,0%	1,6%	4,7%	13,0%	2,8%	4,2%	100,0%
<b>Bancos Privados Estrangeiros</b>								
1995	41,9%	33,3%	8,3%	2,1%	5,0%	3,7%	5,7%	100,0%
1996	45,3%	29,6%	5,7%	-0,6%	8,2%	4,4%	7,5%	100,0%
1997	47,7%	27,0%	3,2%	0,0%	9,9%	3,9%	8,1%	100,0%
1998	42,6%	35,6%	3,0%	2,8%	8,2%	1,2%	6,6%	100,0%
1999	43,2%	30,9%	7,6%	1,5%	8,1%	0,6%	8,2%	100,0%
2000	37,9%	32,7%	3,8%	-0,8%	7,7%	1,5%	17,0%	100,0%
2001	43,5%	29,6%	4,5%	4,4%	8,1%	1,1%	8,8%	100,0%
2002	35,5%	39,0%	8,7%	-0,2%	5,9%	2,9%	8,2%	100,0%
2003	44,1%	30,2%	2,8%	3,7%	11,7%	1,0%	6,5%	100,0%
2004	40,5%	21,6%	1,1%	3,6%	13,2%	1,4%	18,8%	100,0%
2005	46,4%	25,4%	1,7%	4,4%	12,3%	1,5%	8,3%	100,0%

Fonte: Banco Central do Brasil. Top 50. Elaboração própria.

Nota:

(1) Dados se referem ao segundo semestre de cada ano e não ao exercício anual.

Tabela A7. Evolução da Composição das Despesas (1)

	Despesas de Intermediação Financeira					Despesas	Despesas	Outras	Total das
	Captações no Mercado	Empréstimos e Repasses	Arrendam. Mercantil	Operações de Câmbio	Provisão para CL	Administrativas	Tributária	Despesas	Despesas
<b>50 Maiores Bancos</b>									
1995	46,8%	13,5%	1,8%	0,1%	9,8%	22,9%	0,6%	4,5%	100,0%
1996	38,6%	14,7%	3,8%	0,0%	4,7%	31,6%	1,0%	5,6%	100,0%
1997	37,6%	14,5%	2,8%	0,1%	10,9%	26,6%	1,0%	6,5%	100,0%
1998	37,9%	14,8%	4,0%	0,0%	7,8%	27,4%	1,3%	6,7%	100,0%
1999	29,3%	15,6%	5,1%	0,0%	6,3%	30,5%	2,3%	10,9%	100,0%
2000	29,5%	16,4%	4,4%	0,1%	5,5%	31,0%	2,4%	10,6%	100,0%
2001	34,0%	11,8%	3,7%	0,2%	8,3%	28,9%	2,6%	10,6%	100,0%
2002	34,8%	20,6%	2,1%	0,5%	6,0%	21,7%	2,3%	12,0%	100,0%
2003	41,1%	7,6%	2,0%	0,1%	6,7%	30,0%	3,1%	9,2%	100,0%
2004	35,3%	3,6%	2,5%	0,8%	6,3%	31,3%	3,9%	16,1%	100,0%
2005	40,0%	5,2%	3,4%	0,1%	8,8%	28,9%	3,8%	9,9%	100,0%
<b>Bancos Públicos Federais</b>									
1995	47,0%	15,1%	0,5%	0,0%	11,1%	23,1%	0,5%	2,8%	100,0%
1996	39,4%	14,4%	0,9%	0,0%	2,5%	36,3%	0,9%	5,6%	100,0%
1997	39,9%	18,5%	0,4%	0,0%	12,6%	23,3%	0,7%	4,7%	100,0%
1998	37,2%	19,5%	0,5%	0,0%	8,2%	26,6%	1,0%	7,1%	100,0%
1999	27,3%	16,9%	0,6%	0,0%	7,7%	33,0%	1,7%	12,9%	100,0%
2000	30,0%	13,0%	0,5%	0,0%	6,5%	35,0%	2,5%	12,5%	100,0%
2001	32,6%	7,3%	0,4%	0,0%	11,7%	31,9%	2,3%	14,0%	100,0%
2002	33,4%	19,2%	0,3%	0,0%	6,0%	24,9%	2,0%	14,1%	100,0%
2003	42,6%	8,4%	0,3%	0,0%	6,4%	29,3%	2,7%	10,2%	100,0%
2004	36,2%	4,4%	0,3%	0,0%	6,3%	34,0%	3,4%	15,4%	100,0%
2005	39,2%	5,3%	0,3%	0,0%	9,2%	32,4%	3,6%	9,9%	100,0%
<b>Bancos Públicos Estaduais</b>									
1995	48,9%	19,7%	0,9%	0,0%	5,2%	21,6%	0,6%	3,1%	100,0%
1996	45,7%	19,0%	1,4%	0,0%	5,4%	24,8%	0,7%	3,1%	100,0%
1997	38,4%	18,6%	2,1%	0,0%	5,1%	30,1%	1,1%	4,5%	100,0%
1998	45,7%	3,2%	2,1%	0,0%	9,5%	28,8%	1,2%	9,6%	100,0%
1999	39,1%	3,3%	2,2%	0,0%	-2,0%	38,3%	3,5%	15,6%	100,0%
2000	39,7%	3,3%	0,6%	0,0%	3,5%	41,8%	3,1%	8,0%	100,0%
2001	42,8%	4,0%	0,5%	0,0%	5,1%	35,6%	3,1%	8,8%	100,0%
2002	40,7%	5,6%	0,5%	0,0%	7,5%	28,5%	2,8%	14,4%	100,0%
2003	45,1%	2,0%	0,4%	0,0%	3,7%	36,5%	3,8%	8,5%	100,0%
2004	41,1%	2,0%	0,5%	0,0%	1,4%	38,1%	4,5%	12,3%	100,0%
2005	40,0%	2,6%	0,4%	0,0%	8,3%	34,8%	4,1%	9,9%	100,0%
<b>Banco Privados Nacionais</b>									
1995	47,1%	6,7%	3,3%	0,0%	11,6%	25,3%	0,8%	5,2%	100,0%
1996	35,4%	10,5%	8,2%	0,0%	6,3%	33,4%	1,2%	5,0%	100,0%
1997	33,8%	9,3%	6,2%	0,1%	10,0%	30,2%	1,4%	9,1%	100,0%
1998	38,3%	9,7%	6,6%	0,0%	8,8%	30,4%	1,5%	4,8%	100,0%
1999	30,8%	9,6%	10,0%	0,0%	7,2%	32,0%	3,0%	7,4%	100,0%
2000	33,5%	10,3%	7,5%	0,1%	5,5%	32,2%	2,7%	8,2%	100,0%
2001	35,9%	10,3%	6,6%	0,0%	7,6%	29,5%	2,8%	7,4%	100,0%
2002	33,8%	18,5%	4,0%	0,2%	7,9%	21,7%	2,4%	11,4%	100,0%
2003	41,9%	7,0%	4,0%	0,2%	6,7%	28,9%	3,1%	8,2%	100,0%
2004	38,4%	3,5%	5,7%	1,2%	5,9%	29,1%	4,1%	12,0%	100,0%
2005	40,4%	5,1%	7,6%	0,2%	8,2%	25,0%	3,9%	9,6%	100,0%
<b>Bancos Privados Estrangeiros</b>									
1995	42,2%	13,1%	4,0%	0,5%	9,7%	18,8%	0,7%	10,9%	100,0%
1996	33,4%	17,2%	5,1%	0,0%	5,4%	27,4%	1,1%	10,5%	100,0%
1997	37,2%	10,5%	4,2%	0,2%	10,4%	28,1%	1,1%	8,3%	100,0%
1998	36,3%	16,6%	7,2%	0,0%	5,7%	25,3%	1,5%	7,4%	100,0%
1999	29,3%	20,1%	7,9%	0,0%	5,1%	25,1%	2,3%	10,2%	100,0%
2000	25,8%	24,0%	5,6%	0,3%	4,9%	26,3%	2,1%	11,0%	100,0%
2001	32,9%	17,4%	4,6%	0,6%	6,4%	25,2%	2,7%	10,3%	100,0%
2002	36,2%	24,9%	2,3%	1,0%	4,3%	18,4%	2,5%	10,4%	100,0%
2003	37,8%	8,3%	2,2%	0,0%	7,6%	31,3%	3,6%	9,3%	100,0%
2004	30,9%	3,1%	1,9%	1,3%	7,3%	30,0%	4,2%	21,2%	100,0%
2005	40,2%	5,6%	2,1%	0,2%	9,1%	29,0%	3,8%	10,1%	100,0%

Fonte: Banco Central do Brasil. Top 50. Elaboração própria.

Nota:

(1) Dados se referem ao segundo semestre de cada ano e não ao exercício anual.

**Tabela A8. Evolução da relação entre volume de ativos e número de funcionários**

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Variação Real 1995- 2005
50 maiores Públicos Federais	R\$ 749,8	R\$ 958,1	R\$ 1.305,1	R\$ 1.312,1	R\$ 1.459,3	R\$ 1.581,0	R\$ 1.846,4	R\$ 2.102,3	R\$ 2.285,2	R\$ 2.410,0	R\$ 2.746,6	30,2%
Públicos Estaduais	R\$ 709,5	R\$ 845,8	R\$ 1.279,7	R\$ 1.281,5	R\$ 1.330,9	R\$ 1.304,1	R\$ 1.375,7	R\$ 1.624,2	R\$ 1.874,9	R\$ 1.809,5	R\$ 1.962,8	-1,6%
Privados Nacionais	R\$ 797,9	R\$ 1.032,5	R\$ 912,7	R\$ 833,5	R\$ 834,6	R\$ 1.048,2	R\$ 1.190,9	R\$ 1.490,6	R\$ 1.469,2	R\$ 1.508,6	R\$ 1.688,6	-24,8%
Privados Estrangeiros	R\$ 647,4	R\$ 915,0	R\$ 1.332,6	R\$ 1.266,6	R\$ 1.382,9	R\$ 1.594,6	R\$ 1.921,5	R\$ 2.278,9	R\$ 2.728,6	R\$ 3.091,8	R\$ 3.590,5	97,2%
	R\$ 1.162,0	R\$ 1.381,7	R\$ 1.577,7	R\$ 1.707,9	R\$ 2.047,6	R\$ 2.160,3	R\$ 2.761,6	R\$ 2.995,5	R\$ 2.786,4	R\$ 3.097,2	R\$ 3.710,1	13,5%

Fonte: Banco Central do Brasil. Top 50. Elaboração própria.

**Tabela A9. Evolução da relação entre volume de ativos e número de agências**

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Variação Real 1995- 2005
R\$ 27.545,5	R\$ 32.948,6	R\$ 42.551,9	R\$ 41.954,2	R\$ 44.952,9	R\$ 49.286,2	R\$ 53.484,5	R\$ 59.852,7	R\$ 65.365,6	R\$ 68.932,6	R\$ 78.827,8	R\$ 78.827,8	1,7%
R\$ 28.053,7	R\$ 32.280,9	R\$ 50.559,0	R\$ 50.774,7	R\$ 50.309,2	R\$ 50.634,2	R\$ 50.408,6	R\$ 59.617,8	R\$ 67.715,0	R\$ 62.561,3	R\$ 66.857,6	R\$ 66.857,6	-15,3%
R\$ 30.626,1	R\$ 35.886,7	R\$ 23.128,6	R\$ 21.377,5	R\$ 22.505,6	R\$ 29.911,2	R\$ 34.562,4	R\$ 42.851,6	R\$ 42.219,0	R\$ 46.426,2	R\$ 50.652,2	R\$ 50.652,2	-41,2%
R\$ 20.445,0	R\$ 26.414,8	R\$ 38.518,5	R\$ 34.013,3	R\$ 36.137,5	R\$ 41.278,8	R\$ 47.250,5	R\$ 54.015,7	R\$ 63.770,1	R\$ 71.677,0	R\$ 83.910,6	R\$ 83.910,6	45,9%
R\$ 49.459,6	R\$ 56.160,1	R\$ 48.428,4	R\$ 52.413,6	R\$ 55.964,5	R\$ 61.542,9	R\$ 68.589,0	R\$ 71.036,6	R\$ 69.988,5	R\$ 80.885,4	R\$ 99.135,8	R\$ 99.135,8	-28,7%

Fonte: Banco Central do Brasil. Top 50. Elaboração própria.

**Tabela A8. BB - Evolução da Composição das Receitas e Despesas (1)**

Anos	Receitas de Intermediação Financeira				Receitas de Prestação de Serviço	Result. de Part. em Coligadas e	Outras Receitas	Total das Receitas
	Operações de Créd. e Arrend. Mercantil	Operações com Tit. Val. Mobiliários	Operações de Câmbio	Outras Receitas				
1995	51,5%	16,9%	8,9%	1,2%	7,8%	-5,1%	18,8%	100,0%
1996	31,4%	27,3%	1,8%	0,5%	15,1%	1,8%	22,1%	100,0%
1997	39,4%	21,6%	1,1%	0,1%	8,4%	1,3%	28,1%	100,0%
1998	40,6%	38,2%	1,7%	-2,6%	8,3%	2,2%	11,6%	100,0%
1999	29,8%	36,9%	6,0%	-0,8%	10,1%	5,7%	12,3%	100,0%
2000	33,9%	27,7%	4,6%	-2,4%	12,4%	5,3%	18,4%	100,0%
2001	36,4%	25,6%	5,9%	0,5%	12,6%	1,1%	17,8%	100,0%
2002	28,7%	35,4%	20,3%	-1,7%	8,8%	5,0%	3,5%	100,0%
2003	37,2%	32,9%	6,6%	1,9%	12,6%	1,6%	7,1%	100,0%
2004	39,0%	24,9%	0,5%	2,8%	15,3%	-1,9%	19,4%	100,0%
2005	41,8%	26,3%	0,4%	2,3%	16,2%	1,0%	12,0%	100,0%

Anos	Despesas de Intermediação Financeira				Despesas Administrativas	Despesas Tributária	Outras Despesas	Total das Despesas
	Captações no Mercado	Empréstimos e Repasses	Arrendam. Mercantil	Provisão para CL				
1995	41,2%	14,9%	0,9%	14,6%	27,0%	0,4%	1,0%	100,0%
1996	40,9%	9,8%	1,9%	-3,2%	48,1%	0,6%	1,9%	100,0%
1997	28,8%	12,0%	0,7%	29,1%	26,8%	0,7%	1,8%	100,0%
1998	36,7%	15,8%	0,8%	17,0%	26,1%	1,0%	2,6%	100,0%
1999	30,3%	16,9%	0,9%	13,2%	27,8%	1,5%	9,4%	100,0%
2000	34,0%	9,8%	0,9%	7,0%	35,1%	2,6%	10,6%	100,0%
2001	36,3%	9,9%	0,9%	6,9%	32,7%	2,6%	10,9%	100,0%
2002	32,8%	28,7%	0,5%	7,0%	21,5%	1,8%	7,7%	100,0%
2003	40,1%	10,6%	0,5%	7,8%	29,7%	2,9%	8,5%	100,0%
2004	33,3%	3,4%	0,5%	9,8%	32,9%	4,0%	16,1%	100,0%
2005	37,6%	4,4%	0,7%	14,2%	33,3%	4,3%	5,5%	100,0%

Fonte: Banco Central do Brasil. Top 50. Elaboração própria.

Nota:

(1) Dados se referem ao segundo semestre de cada ano e não ao exercício anual.



Tabela A11. CEF - Evolução da Composição das Receitas e Despesas (1)

Anos	Receitas de Intermediação Financeira				Receitas de Prestação de Serviço	Result. de Part.em Coligadas e	Outras Receitas	Total das Receitas
	Operações de Créd. e Arrend. Mercantil	Operações com Tit. Val. Mobiliários	Operações de Câmbio	Outras Receitas				
1995	53,3%	20,5%	0,0%	10,3%	5,5%	0,1%	10,3%	100,0%
1996	47,7%	21,8%	0,0%	8,5%	8,9%	0,0%	13,1%	100,0%
1997	50,4%	18,1%	0,0%	11,4%	7,8%	0,0%	12,3%	100,0%
1998	51,8%	13,8%	0,0%	5,7%	9,4%	0,2%	19,0%	100,0%
1999	62,3%	10,7%	0,0%	6,7%	11,4%	0,1%	8,8%	100,0%
2000	56,9%	9,5%	0,0%	7,7%	13,9%	0,2%	11,8%	100,0%
2001	15,4%	35,1%	0,0%	14,2%	18,4%	0,0%	17,0%	100,0%
2002	14,0%	41,7%	0,0%	12,4%	14,9%	0,3%	16,7%	100,0%
2003	17,1%	48,1%	0,0%	14,1%	15,1%	0,2%	5,3%	100,0%
2004	21,6%	41,8%	0,0%	12,3%	18,1%	0,2%	5,9%	100,0%
2005	21,6%	44,1%	0,0%	9,6%	14,2%	0,3%	10,0%	100,0%

Anos	Despesas de Intermediação Financeira				Despesas Administrativas	Despesas Tributária	Outras Despesas	Total das Despesas
	Captações no Mercado	Empréstimos e Repasses	Operações de Câmbio	Provisão para CL				
1995	56,3%	14,4%	0,0%	7,0%	16,9%	0,5%	4,9%	100,0%
1996	40,9%	18,7%	0,0%	5,8%	24,4%	1,0%	9,2%	100,0%
1997	47,6%	23,7%	0,0%	1,2%	26,6%	0,9%	0,0%	100,0%
1998	39,1%	27,0%	0,0%	-2,7%	23,9%	0,8%	11,8%	100,0%
1999	31,0%	22,7%	0,0%	2,6%	29,5%	2,0%	12,2%	100,0%
2000	27,2%	14,6%	0,0%	4,6%	35,5%	2,3%	15,7%	100,0%
2001	36,2%	2,1%	0,0%	7,3%	39,6%	2,4%	12,3%	100,0%
2002	38,1%	2,1%	0,0%	3,9%	29,2%	2,3%	24,4%	100,0%
2003	50,0%	2,9%	0,0%	5,0%	29,0%	2,4%	10,7%	100,0%
2004	43,9%	3,3%	0,0%	1,3%	36,0%	2,5%	12,9%	100,0%
2005	44,2%	4,2%	0,0%	4,1%	30,5%	2,8%	14,2%	100,0%

Fonte: Banco Central do Brasil. Top 50. Elaboração própria.

Nota:

(1) Dados se referem ao segundo semestre de cada ano e não ao exercício anual.